

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LIANA SEVERO RIBEIRO

**Debates sobre raça, classe e projetos de República a partir do jornal O Exemplo
no pós-abolição em Porto Alegre (1910-1919)**

PORTO ALEGRE

2020

LIANA SEVERO RIBEIRO

**Debates sobre raça, classe e projetos de República a partir do jornal O Exemplo
no pós-abolição em Porto Alegre (1910-1919)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius de Freitas
Rosa

PORTO ALEGRE

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Ribeiro , Liana Severo

Debates sobre raça, classe e projetos de República a partir do jornal O Exemplo no pós-abolição em Porto Alegre (1910-1919 / Liana Severo Ribeiro . -- 2020. 127 f.

Orientador: Marcus Vinicius de Freitas Rosa.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Pós- abolição. 2. Primeira República. 3. Imprensa Negra . I. Rosa, Marcus Vinicius de Freitas, orient. II. Título.

LIANA SEVERO RIBEIRO

**Debates sobre raça, classe e projetos de República a partir do jornal O Exemplo
no pós-abolição em Porto Alegre (1910-1919)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em 30 de setembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcus Vinicius de Freitas Rosa
PPGH/UFRGS (Orientador)

Prof. Dra. Natalia Pietra Mendez
PPGH/UFRGS

Prof. Dra. Fernanda Oliveira da Silva
PPGH/UFRGS

Prof. Dra. Melina Kleinert Perussatto
Prefeitura de São Leopoldo/PPGH Unisinos

Prof. Dr. José Rivair Macedo
PPGH/UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiro agradeço imensamente a meu pai, minha mãe e irmã. Ter uma base forte foi fundamental para que eu não desistisse de estar em um espaço que, por inúmeras vezes, me fez (e ainda faz) sentir que não o pertença. Obrigada por todos esses anos de incentivo, material e sentimental, que me permitem ser quem eu sou hoje. Obrigada ao meu companheiro, Wagner, por dividir todos os momentos e fazer com que os dias finais de escrita da dissertação fossem mais leves.

Agradeço aos amigos e companheiros de organização, em especial Karen e Douglas, pela compreensão da minha ausência no último período. É um pouco mais fácil encarar a dureza do mundo ao lado de vocês.

Ao GT Emancipações e Pós-abolição pelas trocas e orientações, fundamentais para o meu avanço enquanto pesquisadora. Sinto muita falta das nossas reuniões presenciais.

Agradeço ao Marcus pela orientação, pela paciência e por ter colaborado tanto na minha formação. Em anos de Universidade foi a primeira vez que me senti um pouco mais segura em enviar minhas produções textuais para alguém, e tenho certeza de que isso foi fruto de um trabalho conjunto.

Por fim, agradeço à banca pela disponibilidade em avaliar e contribuir com a pesquisa.

A história da raça negra ainda está por fazer, dentro de uma
História do Brasil ainda a ser feita.

Maria Beatriz Nascimento, 1974¹

¹ NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma História do homem negro. Publicado originalmente em: Revista de Cultura Vozes. 68(1), pp. 41-45, 1974.

RESUMO

A dissertação tem como objeto e fonte principal o jornal da imprensa negra gaúcha O Exemplo, lançado no período do pós-abolição em Porto Alegre. O objetivo da pesquisa é analisar as estratégias políticas acionadas no interior do periódico e também por seus articulistas no recorte temporal que vai do ano de 1910 até 1919, observando as possíveis readequações de posições entre os anos. Para tanto, pesquisei algumas trajetórias de vida de sujeitos que estiveram envolvidos na manutenção do periódico entre os anos apontados, analisei alguns textos produzidos por eles e, por fim, busco identificar permanências e transformações apresentadas em edições de O Exemplo que remetem a fundação e refundação do jornal em contextos diferentes. Tais produções permitiram uma aproximação com os projetos políticos gestados no interior do Exemplo- e para além dele-, e que foram pensados e executados a partir do campo político aberto com a abolição da escravidão e a inauguração da República em uma sociedade altamente orientada pelo racismo.

Palavras-chave: pós-abolição; Primeira República; Imprensa negra.

ABSTRACT

The dissertation has as object and main source the newspaper of the black press of Rio Grande do Sul, O Exemplo, launched in the Post-abolition in Porto Alegre. The objective of the research is to analyze the political strategies implemented within the periodical and also by its writers in the time period from 1910 to 1919, observing possible readjustments of positions between the years. To do so, I researched some life trajectories of subjects who were involved in the journal's maintenance between the years pointed out, analyzed some texts produced by them and, finally, aimed to identify permanences and transformations presented in editions of O Exemplo that refer to the founding and refounding of the journal in different contexts. These productions have allowed an approach to the political projects managed within Exemplo - and beyond - which were thought and executed from the political field opened with the slavery abolition and the inauguration of the Republic in a society which was and remains highly oriented by racism.

Keywords: Post-abolition; First Republic; Black press.

SUMÁRIO

1 Introdução	8
2 Caminhos diversos e um projeto em comum: as trajetórias de Julio da Veiga Rabello, Christiano Fettermann, Alcides Chagas Carvalho e suas atuações em O Exemplo	23
2.1 Entre espaços associativos: a trajetória de Julio da Veiga Rabello	25
2.2 “Por princípio o amor, por divisa a liberdade e por fim a humanidade”: os vínculos entre raça e classe na trajetória militante de Christiano Fettermann	31
2.3 A trajetória de Alcides Feijó Chagas de Carvalho: entre a medicina e o republicanismo	44
3 Diálogos sobre mestiçagem, formação nacional e o impacto da Primeira Guerra na vida dos trabalhadores: debates e embates travados em O Exemplo entre 1910 e 1916	53
3.1 Interloquções com ideias anarquistas e disputas sobre o sentido da República: O Exemplo entre os anos de 1910 e 1911	54
3.2. Primeira Guerra Mundial, Mestiçagem e Nacionalidade em O Exemplo na Primeira República	64
4 Instrução e educação na busca pelo “adiantamento coletivo”: O Exemplo a partir dos manifestos de fundação e refundação	84
4.1 1902: Projetos gestados para o início do século	90
4.2 “Contra qualquer preconceito que vise desunir o nosso povo”: mudanças e continuidades em O Exemplo a partir de 1916	97
5 Considerações finais	113
Relação de fontes utilizadas	117
Bibliografia	120

1 INTRODUÇÃO

Narrar o percurso de uma pesquisa é algo bastante difícil, pois implica em esquecimentos de fatos e pessoas que foram essenciais para a finalização deste trabalho. Contudo, acredito que um breve resgate do meu percurso desde antes do início do mestrado é essencial para entender as escolhas e responsabilidades que assumi ao longo da trajetória acadêmica. O interesse em conhecer e estudar a história das múltiplas resistências organizadas pela comunidade negra em nosso país, que tinham o intuito de combater o racismo e pensar em outro projeto de sociedade, foi se desenvolvendo ao longo da graduação em História. Durante a realização de uma pesquisa de Iniciação Científica a respeito das doenças que acometiam escravizados na primeira metade do século XIX, a professora Regina Xavier me apresentou o livro sobre as Associações Negras de Porto Alegre de Liane Muller.² A partir dali, meus interesses se reorientaram e um novo horizonte de possibilidades se abriu.

Assim como na atualidade, eram diversas as formas de organização e de atuação construídas por pessoas negras em uma sociedade particularmente racista. Sobre essas histórias de organização passei a dedicar o meu tempo de estudo e, nesse sentido, meu primeiro contato com o Jornal O Exemplo ocorreu no processo de produção de meu Trabalho de Conclusão de Curso da graduação, concluída em 2015, ocasião em que analisei a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (uma associação negra de culto católico surgida em Porto Alegre por volta de 1786) e a atuação de escravizados em seu interior. Esse trabalho foi desenvolvido, em boa medida, a partir da dissertação de Liane Muller e, de acordo com a autora, foi a atuação nessa entidade religiosa que permitiu um novo passo na organização de um grupo de homens negros na cidade de Porto Alegre, materializado na crescente organização de associações negras a partir de fins do século XIX e na fundação de um jornal onde pudessem apresentar seu ponto de vista sobre a sociedade do período. A Irmandade do Rosário contou com significativa participação de escravizados e livres, sendo importante canal de sociabilidade para essa população na cidade. Dessa forma, e como reflexo do acúmulo de vivências e experiências adquiridas com a atuação na referida associação, um grupo diferenciado de negros “buscou ampliar seu espaço social fundando clubes, associações beneficentes e até mesmo um jornal”.³

² MULLER, Liane. *As contas do meu Rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

³ MULLER, Liane. O Exemplo: *O jornal negro cujas raízes estão na Irmandade do Rosário de Porto Alegre*. Ciclo de debates sobre o Jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas [recurso eletrônico] / Organizado por: Fernanda Oliveira da Silva; Melina Kleinert Perussatto; Rodrigo de Azevedo Weimer e Sara Calvi Amaral Silva. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2015, p.7.

De lá para cá, O Exemplo foi objeto de artigos em disciplinas, o que proporcionou uma maior aproximação com a literatura produzida até então. No entanto, veremos que mesmo o periódico sendo objeto de consideráveis estudos (concluídos ou ainda em construção), ainda há espaço para novos olhares e novas perguntas, devido à complexidade e à riqueza de seus escritos. Como afirmou o poeta Oliveira Silveira, O Exemplo merece que se escreva em letras grandes nas encadernações de suas coleções: Cuidado, delicado, precioso, patrimônio cultural da comunidade negra em Porto Alegre”.⁴

Além da missão um tanto solitária, mas nem por isso menos instigante, que é a de se aventurar na descoberta daquilo que já havia sido acumulado sobre O Exemplo, é preciso também colocar a importância dos momentos coletivos e de debates proporcionados por seminários e grupos de estudo. Nesse sentido, cabe destacar para esse processo a influência do seminário “*O Exemplo: temas, problemas e perspectivas*”, realizado em 2015 por iniciativa do Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH-RS – momento em que pude conhecer um pouco mais do periódico. Sabemos que a pesquisa histórica não é estática, tampouco avessa a modificações. No caso deste trabalho, o contato cada vez mais íntimo com as fontes suscitou uma ampliação das possibilidades de pesquisa, circunstâncias que transformaram significativamente os rumos seguidos desde a proposta inicial.

No projeto original, minha preocupação era analisar o processo de formação das identidades de raça e classe no interior do jornal, tendo como fontes edições selecionadas de O Exemplo e de alguns jornais da chamada imprensa operária que circularam na capital gaúcha entre 1902 e 1920. O recorte temporal era bastante audacioso, mas mostrou-se impraticável em virtude da quantidade de fontes disponíveis para análise, em contraposição ao tempo disponível para conclusão da pesquisa. Além das fontes, a participação em encontros do Grupo de Pesquisa Emancipações e Pós-Abolição, os encontros com meu orientador, assim como a participação em eventos da área – tais como o *II Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico*, realizado em 2018 na Fundação Getúlio Vargas-RJ – foram essenciais para perceber que uma das modificações necessárias seria a inclusão de análise das trajetórias de indivíduos que foram mantenedores ou colaboradores do jornal.

Ao longo de quase três décadas, O Exemplo foi idealizado, concretizado e mantido por um conjunto de pessoas que, mesmo possuindo trajetórias e pensamentos heterogêneos acerca dos principais debates pautados no período, compreenderam que era relevante articular e aglutinar tais diferenças. Desse modo, a formação do jornal desempenha o papel de expressar o projeto político que lhes era comum, qual seja: o combate à discriminação racial, o empenho

⁴ Correio do Povo, 1972, p. 22.

pela conquista do progresso intelectual e material da comunidade negra da capital gaúcha, além da concretização da cidadania negra anunciada com o processo da abolição e da proclamação da República. Nesse sentido, os trabalhos de José Antônio dos Santos⁵, Maria Angélica Zubaran⁶, Marcus Vinicius de Freitas Rosa⁷ e Melina Perussatto⁸ foram fundamentais para que eu pudesse compreender as histórias de vida e caminhos trilhados por indivíduos que construíram O Exemplo em momentos diversos, auxiliando para as análises acerca das trajetórias que compõem o estudo.

Esta pesquisa está inserida no campo de estudos sobre emancipações e pós-Abolição, o qual abrange uma gama de possibilidades para temas de pesquisa, particularmente as experiências de liberdade antes e depois do 13 de maio. É importante salientar que o processo de emancipação e o decreto do final da escravidão caracteriza-se por um complexo período em que a sociedade brasileira passava por mudanças. Tomamos como emancipação o processo em que a escravidão ainda é existente e que a concessão de liberdade gradual é colocada pelo Estado e por medidas dos próprios proprietários.⁹ Tal noção muito se inspira nos estudos que focam os processos de emancipação nos Estados Unidos onde, em 1863, a então presidência proclamou a chamada Lei de Emancipação.¹⁰ No caso do Brasil, as discussões institucionais em torno da emancipação ocorriam desde o século XVIII, tendo o século seguinte sido marcado pelas leis de 1831 (Lei Feijó), 1850 (Eusébio de Queirós) – que pretendiam acabar com o tráfico de escravizados para o país – e a lei de 1871, conhecida popularmente como Ventre Livre, ampliando ainda mais o número de libertos e de nascidos já na condição de livres no país. A extinção do tráfico, as políticas de incentivo à imigração europeia e ao desenvolvimento da

⁵ SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da História: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, PUCRS, 2011; Santos, José Antônio dos. *Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro*. In: RS negro [recurso eletrônico]: cartografias sobre a produção do conhecimento / organizadores Gilberto Ferreira da Silva, José Antônio dos Santos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

⁶ ZUBARAN, Maria Angélica. *A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: Imprensa negra em Porto Alegre (1902- 1910)*. Revista de Iniciação Científica da ULBRA – 2006; *História, acervo e protagonismo negro no Jornal O Exemplo (1892-1930)*. Ciclo de debates sobre o Jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas [recurso eletrônico] / Organizado por: Fernanda Oliveira da Silva; Melina Kleinert Perussatto; Rodrigo de Azevedo Weimer e Sara Calvi Amaral Silva. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2015

⁷ ROSA, Marcus Vinicius F. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884- 1918)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação História, Unicamp, 2014.

⁸ PERUSSATTO, Melina K. *Arautos da Liberdade: Educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do Jornal O Exemplo de Porto Alegre (1892-1911)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018

⁹ OLIVEIRA, Fernanda. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil- Uruguai (1870- 1960)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017, p. 24.

¹⁰ *Ibidem*, p. 25.

pequena propriedade, assim como as concessões de alforria, fazem parte de um contexto de emancipação gradual no Brasil.¹¹

É neste contexto que as noções sobre raça passam a ser cada vez mais incorporadas às políticas de Estado (ainda que sem registro evidente nas leis) e às relações sociais. Cabe ressaltar que compreendo a raça como uma categoria histórica, não estática e que, nesse sentido, precisa ser entendida em conjunto com o contexto histórico ao qual está inserida. A abolição, de acordo com a elite senhorial da época, era vista como uma poderosa forma de estabelecer o caos e o descontrole sobre uma mão de obra que, no período anterior, estava juridicamente sob seu controle. O desmonte dessa forma de relação colocou a necessidade de incorporação de novos meios de controle sobre os trabalhadores e, nesse contexto, as noções de raça (incorporadas e atualizadas pelas elites) forneceram a justificativa para que se interditasse o exercício pleno de cidadania para os agora libertos e seus descendentes¹² – como bem coloca Wlamyra Albuquerque, “não se trata de estabelecer o ano de 1888 como o ano de estreia do racismo no Brasil”.¹³ O estabelecimento de diferenças baseadas na cor, em local de origem e em termos raciais já existiam e eram marcantes durante o Império e também durante o período colonial. No entanto, é preciso entender as suas modificações, significados e propósitos diferenciados ao longo dos anos, principalmente no que se refere ao pós-abolição, como referido anteriormente.

Além de compreender como a noção de raça foi essencial para a reprodução de antigas hierarquias sociais, principalmente após a desintegração da escravidão, é preciso analisar como elas foram recebidas e apropriadas não apenas pelas elites, mas também pelas camadas populares da sociedade em distintos lugares e contextos já que, como alerta o trabalho de Albuquerque, as noções de raça “não têm o mesmo significado para todos os sujeitos”.¹⁴

O texto de Hebe Mattos e Ana Maria Rios é fundamental para entendermos a formação e consolidação do campo do pós-abolição no Brasil.¹⁵ Também entendendo o processo de emancipações nas Américas durante todo o século XIX através das imbricações entre o ideário liberal, as teorias racialistas e o debate sobre cidadania estendida aos então libertos estava na

¹¹ SCOTT, Rebecca; HOLT, Thomas; COOPER, Frederick. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 21.

¹² ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.16; ROSA, Marcus Vinicius F. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884- 1918)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação História, Unicamp, 2014.

¹³ ALBUQUERQUE, WLAMYRA. “A vala comum da ‘raça emancipada’: abolição e racialização no Brasil, um breve comentário”. *História Social*, n. 19, Campinas, segundo semestre de 2010, p. 100.

¹⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra. Op. Cit., 2009, p. 16.

¹⁵ RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, jan-jun. 2004.

ordem do dia em diferentes cenários, o texto analisa com mais profundidade a região do Vale do Paraíba buscando compreender as “demandas por inclusão, ou cidadania, perseguidas pela última geração de escravos e por seus filhos e netos”.¹⁶ Nesse contexto, de acordo com as autoras, é preciso atentar não somente para os projetos pensando pelas elites outrora vinculadas à escravidão, mas sobretudo para as expectativas e projetos políticos construídos a partir da perspectiva das populações então libertas ou livres. É nesse sentido que Hebe Mattos e Ana Rios mostraram-se fundamentais para a pesquisa, pois reforçam a necessidade e relevância de olhar com mais atenção para os projetos elaborados e veiculados pelo Exemplo acerca dos desdobramentos da abolição e da República – os quais dialogavam e propunham nova interpretação aos ideais liberais de igualdade que vinham sendo gestados desde os movimentos abolicionistas. Além disso, a partir da análise de três trajetórias, também foi possível localizar em certa medida quais instrumentos políticos, para além do jornal, aqueles indivíduos construíram a fim de que pudessem pautar o regime republicano a partir de seus interesses.

Como enunciado, os estudos sobre trajetórias de membros que constituíram O Exemplo não são novidades e os retomarei brevemente a seguir. Antes, cabe colocar que o importante trabalho de Ana Flávia Magalhães Pinto acerca dos literatos negros atuantes na arena política brasileira da segunda metade do século XIX foi também essencial para a compreensão das experiências negras que em certa medida foram expostas neste trabalho.¹⁷ Naquele contexto, homens como Machado de Assis, Luiz Gama, Arthur Carlos, José do Patrocínio e Teophilo Dias de Castro construíram suas trajetórias de formas distintas, estabelecendo alianças e estratégias, pensando um projeto de país a partir de ideais que lhes eram caras – isso tudo, evidentemente, encarando de formas variadas as implicações impostas pelo racismo em suas trajetórias e lidando com os desdobramentos de um país que constituía-se sobre uma ideia de raça que lhes restringia ou impedia o exercício da cidadania. No texto, a autora ressalta que a imprensa foi essencial na vida daqueles literatos, pois foi um “lugar privilegiado para o desenvolvimento de seus anseios.”¹⁸ Assim, o presente trabalho busca caminhar no sentido de investigar as pautas e experiências de um veículo de comunicação elaborado por homens negros letrados e trabalhadores no início da República, inseridos em uma sociedade moderna que tem como fundante a escravização e possuíam um cotidiano informado pela racialização e pelo racismo.¹⁹

¹⁶ Ibidem, p. 175.

¹⁷ PINTO, Ana Flávia. *Escritos de Liberdade: Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

¹⁸ Ibidem, p. 23

¹⁹ PINTO, Ana Flávia. Op. Cit., 2018, p. 23.

A pesquisa de Liane Muller²⁰ busca estudar as redes de relações e os itinerários percorridos por um grupo de homens negros que formaram, de acordo com a autora, uma “elite intelectual” em Porto Alegre e que acabou por contribuir para a ascensão social do negro na cidade. A partir de 1870, esse grupo passa a fundar uma significativa rede de associações compostas por negros e negras, que tinham caráter de cunho beneficente, social e recreativo, visavam viabilizar a educação dos filhos dos seus membros e denunciavam a existência de discriminação racial, sendo a fundação jornal O Exemplo parte desse contexto. No que se refere ao jornal, a autora analisa os anos de 1892 a 1910 e de 1911 a 1916, destacando a visibilidade com que são tratadas as variadas associações negras do período nas páginas do jornal, tendo O Exemplo divulgado atividades por elas realizadas, como os bailes e jantares beneficentes, comemorações em torno do carnaval, bem como a ocorrência das assembleias representativas. Além de noticiar tais atividades, os articulistas do jornal eram comumente chamados para representar O Exemplo nos espaços promovidos pelas associações, além de seguidamente receberem a ilustre visita de diretores e demais membros das associações em sua redação. A pesquisa evidencia a ligação existente entre o jornal negro e as entidades que visavam a sociabilidade dessa população, algo que nos permite vislumbrar um pouco da trajetória e dos espaços por onde circulavam esses personagens.

Por sua vez, os estudos de Maria Angélica Zubaran e Juliana Vargas²¹ têm como objetivo historicizar o processo de construção da identidade negra a partir do pós-abolição, tendo como referência os estudos culturais. No que se refere ao jornal O Exemplo, essas abordagens o entendem como um local privilegiado para entendermos as experiências e expectativas de parte da população negra de Porto Alegre no período, sendo possível perceber como seus articulistas estavam inseridos em certos debates e como recebiam, se apropriavam e ressignificavam informações – como as definições em torno da ideia de raça, por exemplo – a partir de seus próprios interesses.

As experiências e anseios dos negros articulistas de O Exemplo e do A Alvorada, periódico de Pelotas, são utilizados por José Antônio dos Santos para entender como esses sujeitos trataram e reformularam as noções de cidadania e liberdade após o 13 de maio de 1888, como lidaram com o estigma da escravidão e quais foram as suas estratégias de conquista de ascensão social na sociedade gaúcha. Através de um estudo de trajetórias, abarcando o final do século XIX até o ano de 1930, o autor busca mostrar que, de forma coletiva ou individual, os

²⁰ MULLER, Liane. Op. Cit., 2013

²¹ ZUBARAN, Op., Cit., 2015; Vargas, Juliana Ribeiro de; Zubaran, Maria Angélica. Circulação de ideias e apropriações culturais na diáspora negra. *COMUN. MÍDIA CONSUMO*. São Paulo, v. 12, n. 35, set-dez. 2015, p. 31-48.

articulistas da imprensa negra compunham não apenas jornais, como também desempenhavam atividades diversas: formação de grupos de teatro, associações de cunho recreativo ou beneficente e ligas de futebol. Em outros trabalhos, Santos²² também coloca a importância do estudo das trajetórias de intelectuais negros a partir da imprensa, de modo a contribuir para a história do negro no pós-abolição. As histórias de vida e as relações sociais estabelecidas por personagens como Espiridião Calisto e Marcílio Freitas, de *O Exemplo*, e de Rodolfo Xavier e Antonio Baobad, de *A Alvorada* (Pelotas-RS), ajudaram a descortinar a importância da afirmação da identidade racial como um fator de potencialização na luta por conquista de direitos e inserção social. Tanto para Liane Muller como para José Antônio Santos,²³ o processo que desencadeou a fundação de *O Exemplo* tem raiz na atuação de um grupo de negros que fizeram parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, tal como já mencionamos.

Alguns autores que trabalharam com o periódico *O Exemplo* propuseram classificá-lo em fases pois, como já levantado, desde sua fundação em 1892 até o ano de sua extinção (1930) o jornal acumulou uma série de interrupções e retomadas de suas edições. O motivo para tais intervalos está relacionado, sobretudo, a questões financeiras que impediam sua manutenção, apesar dos inúmeros esforços individuais ou coletivos empreendidos pelos seus mantenedores para que a sua circulação continuasse. O exemplar de inauguração data de dezembro de 1892, tendo o jornal circulado até 1897, quando tem sua primeira interrupção. O ano de 1902 marca sua volta, com direito a uma espécie de relançamento e, em 1905, novamente sai de circulação. Retorna em 1908 e segue até 1911, voltando em 1916 e, finalmente, indo até 1930.²⁴ Por esforço e iniciativa do Movimento Negro gaúcho, o acervo de *O Exemplo* foi em boa medida guardado e preservado ao longo dos anos. Recentemente, em projeto coordenado pela professora Maria Angélica Zubaran, os exemplares preservados foram digitalizados e disponibilizados em plataforma digital,²⁵ facilitando e ampliando o acesso àqueles e àquelas interessadas na pesquisa ou apenas no conhecimento sobre o primeiro jornal de imprensa negra da região sul.

²² SANTOS, José Antônio dos. Op. Cit., 2009; Santos, José Antônio dos. 1876–1928: *Itinerários de um jornalista e burocrata negro*. Anais XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, Rio Grande do Norte, Julh/2013.

²³ MULLER, Liane S. Op. Cit., 2015; 2015 e SANTOS, José Antonio dos. Op. cit., 2011, p. 95

²⁴ BOHRER, Felipe R. A música na cadência da História: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2014, p.38- 39.

²⁵ Endereço eletrônico: <http://culturadigital.br/jornalosexemplo/> . É importante ressaltar que nos últimos meses de pesquisa acessei novamente a página em busca de exemplares que foram adicionados na medida em que a escrita se desenvolvia, porém, o site tem se mostrado como indisponível. Assim, recorri ao acervo de periódicos em forma digital da Biblioteca Nacional.

Para além de uma periodização baseada nas interrupções, algumas historiadoras também apontam certa modificação no discurso apresentado pelo jornal ao longo dos anos, estabelecendo uma cronologia que ora tem pontos em comum, ora pontos discordantes. Para Liane Muller, a primeira fase do periódico vai de 1892 – onde “procurava defender as associações negras e propunha fortes campanhas contra o racismo”²⁶ – a meados de 1910, período em que passa a dar maior atenção a pautas mais similares às dos trabalhadores. Maria Angélica Zubarán tem colocações semelhantes, referenciando que os primeiros anos do periódico foram dedicados a denunciar “o preconceito étnico-racial, registrando as atividades culturais e sociais da comunidade negra, pregando a moralização dos costumes e as vantagens da educação”,²⁷ e indicando o ano de 1905 como o início da incorporação de questões relativas aos trabalhadores e ao estreitamento das ligações com lideranças do movimento operário.

No último capítulo de sua tese, que visa analisar as relações estabelecidas entre negros e brancos das classes subalternas em dois bairros de Porto Alegre, Marcus Rosa recorre ao jornal *O Exemplo*, focando nos anos entre 1902 e 1911 para demonstrar como os articulistas envolvidos no periódico colaboraram para a desconstrução da invisibilidade dos negros na capital gaúcha.²⁸ No estudo, o autor já chamava atenção para os vínculos estabelecidos entre os membros fundadores de *O Exemplo* não apenas com as associações negras do período, mas também com as agremiações de cunho classista, fato que permite afirmar que a identidade de classe também foi reivindicada por aqueles sujeitos que compunham o periódico. Tal conclusão sustenta-se também na análise das trajetórias dos membros que aparecem como “gerente”, “redator”, “diretor” ou “administrador” no período referido, o que permite ao autor revelar as experiências daquelas pessoas no mundo do trabalho, no campo político e no associativismo – para além da atuação em *O Exemplo*.

Entre os estudos mais recentes, podemos notar progressões tanto naquilo que diz respeito às análises como nos recortes temporais selecionados. Tendo como objeto de análise o jornal de imprensa negra pelotense *A Alvorada* e o nosso conhecido *O Exemplo*, a pesquisa de

²⁶ MULLER, Liane S. *O Exemplo: O jornal negro cujas raízes estão na Irmandade do Rosário de Porto Alegre. Ciclo de debates sobre o Jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas* [recurso eletrônico] / Organizado por: Fernanda Oliveira da Silva; Melina Kleinert Perussatto; Rodrigo de Azevedo Weimer e Sara Calvi Amaral Silva. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2015, p.7.

²⁷ Zubarán, Maria Angélica. *A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: Imprensa negra em Porto Alegre (1902- 1910)*, Revista de Iniciação Científica da ULBRA – 2006, p. 148

²⁸ ROSA, Marcus Vinicius F. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884- 1918)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação História, Unicamp, 2014. A tese dará origem ao livro de mesmo título, publicado em 2019, pela Editora Est, que também será bastante referenciado neste trabalho.

Angela Oliveira²⁹ parte de um recorte temporal mais avançado, de 1920 a 1930 e, no que tange ao papel ativista dos periódicos, a autora percebe uma diferenciação no discurso apresentado pelos dois. A pesquisadora conclui que *A Alvorada* foi um periódico mais combativo, característica presente em seus discursos e em uma ligação mais orgânica com o movimento operário de Pelotas (inclusive com anarquistas, socialistas e comunistas), também dialogando mais com as demandas populares, expressando, portanto, maior propensão ao enfrentamento. Por sua vez, *O Exemplo* orientava sua atuação política no sentido de ocupar as estruturas do vigente Partido Republicano Riograndense (fundado no estado ainda em 1892 e de orientação positivista), tendo mais aproximação com o que a autora denomina de elite negra.³⁰ Em relação à questão racial mais especificamente, Angela Oliveira igualmente percebe uma visão mais dura e denúncias mais contundentes aos casos de racismo veiculadas pelos articulistas de Pelotas, ao passo que *O Exemplo* não raro apresentava a realidade norte-americana como mais cruel do que a brasileira, sendo este um indício de uma posição mais amena do jornal em relação aos casos de racismo.³¹

O estudo de Melina Perussatto,³² interlocutora privilegiada ao longo desta dissertação, problematiza as citadas divisões baseadas no recorte temporal e no discurso do jornal apresentadas por Maria Angélica Zubaran e Liane Muller. Demonstrando que tais classificações não são tão definidas, a autora evidencia que desde os primeiros momentos de atuação do periódico – ou seja, o final do século XIX – já há uma ligação entre o mesmo, as lideranças do movimento operário e as reivindicações dos trabalhadores da cidade. Ao delinear a trajetória dos fundadores de *O Exemplo*, a autora se depara com a presença de personagens tanto na redação do periódico negro quanto nas organizações de classe do período, como é o caso de Tácito Pires, dirigente da Confederação Operária Sul-Rio-Grandense em fins do século XIX. Para além disso, há também a análise da recepção de *O Exemplo* no conjunto da imprensa local, o que revela um entendimento sobre seu conteúdo. De acordo com o *Jornal do Comércio* e o *A Federação*, o recém-criado periódico era caracterizado por ser um “pequeno semanário que advoga os interesses do proletariado”, o que indica que desde a sua fundação o jornal esteve ligado às pautas do mundo do trabalho.³³

²⁹ OLIVEIRA, Angela. *A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação História, UFPEL, 2017.

³⁰ Ibidem, p. 40

³¹ Ibidem, p. 99-100

³² PERUSSATO, Melina. Op. Cit., 2018.

³³ Ibidem, p. 64

A autora analisa os anos entre 1892 e 1911 e tem como tema de estudo as lutas por direitos construídas pelos homens de cor envolvidos na manutenção dos primeiros anos de O Exemplo, entendendo-o como um meio de execução dos projetos políticos pensados por aqueles sujeitos. As questões relativas ao mundo do trabalho e à defesa da instrução, que aparece como uma pauta constante entre os anos analisados, fazem parte do estudo que aprofunda a análise das trajetórias de homens e mulheres negras que assumiram a responsabilidade de manter o jornal e expressar ali suas ideias a respeito de um projeto próprio de sociedade. Ainda que a tese de Melina Perussatto avance consideravelmente sobretudo na análise da trajetória dos primeiros fundadores, defendo que há aspectos que podem ser mais aprofundados principalmente em relação aos membros presentes na segunda e terceira fase do jornal (a partir de 1916). Procurarei demonstrar isso no primeiro capítulo, que versa sobre as trajetórias de alguns importantes membros do jornal.

Mesmo que os estudos que têm o jornal O Exemplo como fonte e objeto ou que se utilizem dele para analisar trajetórias de indivíduos envolvidos em sua manutenção tenham crescido consideravelmente nos últimos anos, entendo que ainda há possibilidades de pesquisas a serem desenvolvidas tendo O Exemplo como foco. Convocando novamente a epígrafe de Beatriz Nascimento, ainda há uma história do Brasil e da gente negra por ser feita, ainda que muitos estudos tenham sido realizados nos últimos anos a partir, sobretudo, do ingresso de estudantes negros e negras nos cursos de graduação e pós-graduação de diferentes áreas. Dialogando com as conclusões alcançadas pela bibliografia mais recente e trazendo na bagagem as discussões e avanços observados ao longo da pesquisa, modifiquei meu recorte temporal para os anos a partir de 1910 até 1919. A justificativa se dá em função de aprofundar os estudos que têm como base os anos que avançam para o século XX, principalmente no “intervalo” dos anos entre 1916 a 1919.

Entendendo o periódico como um instrumento político forjado por aqueles sujeitos, pretendo compreender quais os principais debates trazidos pelos redatores em duas conjunturas que, como irei demonstrar, são em grande medida manifestadas de forma diferente no interior de O Exemplo. Tais debates estão informados por uma ideia de República pensada por aqueles sujeitos, que disputavam a cena política mesmo em um estado altamente centralizado como foi o Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Torna-se necessário sublinhar que para tais projetos a questão racial permaneceu central ao longo dos diferentes períodos, abordando-a em alguns momentos também de forma diferenciada. Além disso, as questões relativas ao mundo do trabalho – como salário, o preço de gêneros de primeira necessidade e a relação com o movimento de trabalhadores – se fazem presentes nos dois períodos analisados. A defesa de uma vida digna ao conjunto dos trabalhadores da cidade também pode ser compreendida como

uma das formas de se pensar a sociedade Republicana, uma vez que ainda não havia uma série de normatizações das relações de trabalho, conquistadas alguns anos depois. A ação de trabalhadores negros foi essencial para que houvesse avanços também neste campo.

É por esse sentido que entendo ser necessário abordar no primeiro capítulo as trajetórias das vidas de três sujeitos que construíram o jornal em diferentes momentos: Julio Rabello, Christiano Fettermann e Alcides Feijó das Chagas Carvalho. Ainda que sejam poucos, foram muitas as possibilidades de existência negra propiciadas pela análise de parte de suas vidas. Aqueles homens não estavam apenas “lamentando” os rumos da República até ali – por óbvio, uma atitude legítima – mas iam além. Queriam e intervinham politicamente na construção de diferentes espaços que pudessem lhes permitir atuar com mais qualidade no cenário político e, quem sabe, modificá-lo. É em função disso que trago a contribuição de Flávio Gomes a respeito das diferentes formas de organização negra ao longo do século XIX e primeira metade do XX:

Os ‘homens de cor’, como eram denominados na época, falavam de e para si mesmos. Discutiam bailes, bons costumes e música, bem como postos de trabalho, serviço de saúde e escolas. Provavelmente não queriam apenas acesso a direitos de uma dada cidadania. Em sindicatos, associações e projetos de partidos políticos, agendaram a questão racial. Também o fizeram nas ruas, nas festas, nas religiões, nos espaços de lazer e de trabalho. Talvez não quisessem apenas debater ou participar, mas sim definir a pauta.³⁴

Além da racialização, outro conceito importante para este trabalho é a noção de classe. Em diferentes momentos, encontro textos no jornal que dialogam com uma posição de defesa dos trabalhadores, principalmente em função da conjuntura de pauperização observada em todo o país a partir do início da Primeira Guerra. Era a partir de uma experiência concreta, qual seja, os baixos salários que não eram suficientes para a manutenção da maioria, que eram realizadas denúncias trabalhadas de forma a contrapor ao que eles por vezes chamavam de “classe de exploradores”. Cabe aqui lembrarmos de E. P. Thompson, que defende que a formação da classe trabalhadora na Inglaterra foi fruto de uma construção histórica, não linear e resultante tanto de elementos objetivos – como posição de não detentores dos meios de produção – como também subjetivos, dando como exemplo as relações estabelecidas a partir do relacionamento e conflito dos trabalhadores com outros grupos, momento em que há a articulação de identidades, entendidas pelo autor como a união de um grupo com interesses que divergem de outros.³⁵ A identificação de tais posições também permitiu dialogar com Álvaro Nascimento,³⁶ que coloca

³⁴ GOMES, Flavio dos Santos. Op. Cit., 2005, p. 91

³⁵ THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 9

³⁶ NASCIMENTO, Alvaro Pereira. Trabalhadores negros e o paradigma da ausência. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, n.59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

a necessidade de superar a invisibilidade da cor nos textos que têm como objetivo analisar as experiências de trabalhadores pobres e do movimento operário entre o fim do século XIX e início do XX.

Até a década de 1930, quando deixou definitivamente de circular, *O Exemplo* se preocupou em trazer denúncias envolvendo casos de racismo, que impedia negros e negras de frequentar determinados espaços públicos da capital gaúcha, tais como bares, cafés, teatros e até mesmo escolas. A reunião dessas características – um veículo de informação escrito por negros e contendo assuntos que afligiam essa população – fez historiadores o classificarem como parte integrante da imprensa negra no Brasil. De acordo com Ana Flávia Magalhães Pinto, a chamada imprensa negra pode ser identificada a partir de diferentes aspectos, sendo eles: “jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse das populações negras.”³⁷ Flávio Gomes também classifica esses periódicos como sendo editados por afrodescendentes, tendo como tema a discriminação racial, “com o objetivo de refletir sobre os desdobramentos do pós-emancipação e a situação dos ‘homens de cor.’”³⁸ Considerando a variedade de periódicos surgidos em diversos locais do país desde o final do século XIX, o autor observa que os mesmos se dedicaram a “denunciar as condições de vida, a segregação, a falta de oportunidades, o cotidiano de racismo e a violência experimentada pelas populações negras, sobretudo nas cidades.”³⁹

De acordo com os autores já mencionados, *O Exemplo* foi um dos primeiros jornais da imprensa negra no país, seguido de outros títulos que vão surgir principalmente a partir do início do século XX em cidades do interior do Rio Grande do Sul, como Pelotas, ou em cidades centrais do país, como São Paulo. O periódico de Porto Alegre era semanal, circulava apenas aos domingos e possuía quatro páginas, duas delas dedicadas basicamente a anúncios, podendo ser adquirido através de assinaturas semestrais e anuais ou por meio da compra avulsa, realizada por seus editores na sede do jornal.⁴⁰

Assim como Marcus Rosa já afirmou, *O Exemplo* pode ser entendido como uma das inúmeras associações negras surgidas na capital do Rio Grande do Sul a partir do final do século XIX.⁴¹ Ainda que não estivesse diretamente ligado a qualquer associação em específico (caso,

³⁷ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 19-20

³⁸ GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e Política (1888- 1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 28.

³⁹ *Ibidem*, p. 32.

⁴⁰ ZUBARAN, Maria Angélica. A produção da identidade afro- brasileira no pós-abolição: Imprensa negra em Porto Alegre (1902- 1910), *Revista de Iniciação Científica da ULBRA* – 2006, p. 148.

⁴¹ ROSA, Marcus Vinicius F. *Op. Cit.*, 2014.

por exemplo, de alguns jornais da imprensa negra paulista desde os primeiros anos do pós-abolição), O Exemplo divulgava, apoiava e tinha entre os seus mantenedores e colaboradores muitos membros de associações beneficentes ou recreativas da capital. Além disso, ele mesmo configurava-se como um espaço político importante de atuação da comunidade negra durante os anos em que existiu, se pensarmos a partir do que os autores nos oferecem como caracterização do associativismo negro. De acordo com Petrônio Domingues, a partir do período pós-abolição e informados por noções de raça, liberdade e cidadania, os “homens de cor” vão protagonizar a organização de diversas associações que vão disputar o cenário político do período a partir de diferentes visões.⁴² A partir da garantia (ao menos, garantia formal, sob a forma da lei) de direitos civis universais a todos advinda da proclamação da República, o novo cenário político ampliou as possibilidades de atuação e mobilização política negra, materializado na formação de uma diversidade de espaços de sociabilidade, lazer, esporte ou instrução que foram construídos em todo o Brasil, de forma similar ao que foi observado em Porto Alegre.

O objetivo central da dissertação de Fernanda Oliveira é analisar as associações formadas por sujeitos negros da cidade de Pelotas, ao sul do estado, que “permitiram a constituição de uma identidade negra positiva” e relacionada ao contexto nacional e externo durante o período escravista e também no pós-abolição. No trabalho, a autora anuncia que a

ideia sobre associativismo negro, durante a escravidão e no pós-abolição, é de que esses sujeitos membros buscaram, em rede ou não, negociar mesmo em uma sociedade tão restritiva e preconceituosa quanto a brasileira os preceitos que conferiam status sociais diferenciados em busca dos seus próprios espaços.⁴³

Desde o período escravista, é destacado o papel das Irmandades como espaços de associação negra, sendo locais importantes que propiciaram o exercício da solidariedade e a formação da identidade entre negros e negras.⁴⁴ Na pesquisa realizada para a conclusão da graduação, por exemplo, procurei demonstrar que além de constituir-se como um importante espaço de auxílio/solidariedade entre pessoas negras em momentos difíceis, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre de Porto Alegre também contribuiu para a afirmação

⁴² DOMINGUES, Petrônio. Associativismo negro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs). Dicionário da Escravidão e Liberdade. 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 114

⁴³ OLIVEIRA, Fernanda da Silva. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Dissertação (mestrado), PUCRS, 2011.

⁴⁴ Ibidem, p. 40

de elementos ligados às tradições negras. Ao contrário de alguns trabalhos anteriores que apontavam apenas para a existência de instrumentos identificados com a musicalidade “branca” durante as festividades da Irmandade, pude localizar o aluguel de repiques e instrumentos de percussão geralmente identificados com a musicalidade africana – inclusive, assim também identificados pelas autoridades.

Para o pós-abolição, Fernanda Oliveira também aponta para o surgimento de novas associações que focavam em objetivos como a “inserção dos libertos e livres no mercado de trabalho com condições dignas e a busca por uma efetiva cidadania”,⁴⁵ algo que, em certa medida, continha uma linha de continuidade em relação ao período anterior pois, como já foi colocado, a República manteve a exclusão política da maioria desde os seus primórdios. No âmbito da imprensa negra, Oliveira também destaca a formação do jornal *A Alvorada* em 1907 como um dos instrumentos políticos importantes para construção de uma identidade negra positiva.

Para concretizar os objetivos expostos, no primeiro capítulo, situo o foco da análise nas trajetórias de três articulistas de *O Exemplo*: Julio Rabello, Christiano Fettermann e Alcides Feijó das Chagas Carvalho. Suas histórias de vida foram abordadas com o objetivo de compreender quais as estratégias possíveis de serem construídas por aqueles indivíduos no pós-abolição. Tomando não apenas o campo político como análise, busquei – ainda que de forma limitada em função da disponibilidade de fontes e tempo para investigá-las – jogar luzes sobre as relações familiares estabelecidas, bem como as redes de atuação que permitiram sua movimentação em diferentes espaços do período e as possibilidades trilhadas por eles em relação ao mundo do trabalho.

A partir da análise de uma seleção de textos veiculados em *O Exemplo*, o objetivo principal do segundo capítulo é compreender as estratégias políticas utilizadas pelos redatores do jornal, objetivando demonstrar como a variedade de orientações políticas disponíveis naquele contexto foram acionadas e lhes permitiram a elaboração de concepções de República e a defesa da ampliação de direitos de cidadania. Foram selecionados alguns textos os quais foram assinados pelos sujeitos abordados no capítulo anterior, o que se tornou mais uma forma de me aproximar de suas ideias, perspectivas e orientações políticas.

Por fim, o terceiro e último capítulo analisa as políticas de fundação e refundação do *Exemplo* nos anos de 1892, 1902 e 1916. O objetivo é analisar as permanências, rupturas, reformulações e inovações no que diz respeito às reivindicações, objetivos e funções políticas

45

Ibidem, p. 80.

do jornal em diferentes momentos, ampliando e aprofundando o que, em certa medida, também foi exposto nos outros dois capítulos.

2 CAMINHOS DIVERSOS E UM PROJETO EM COMUM: AS TRAJETÓRIAS DE JULIO DA VEIGA RABELLO, CHRISTIANO FETTERMANN, ALCIDES CHAGAS CARVALHO E SUAS ATUAÇÕES EM O EXEMPLO

No presente capítulo, pretendo dedicar atenção às trajetórias de três homens negros que estiveram presentes em O Exemplo em momentos diversificados: Julio Rabello, Christiano Fettermann e Alcides Feijó das Chagas Carvalho. A abordagem da trajetória de indivíduos e coletivos negros inseridos no contexto da abolição e pós-abolição não é uma novidade nos trabalhos sobre o campo no Brasil, tampouco para os estudos que tratam especificamente dos articulistas envolvidos na manutenção de O Exemplo, como colocado na introdução deste trabalho.⁴⁶ Tenho como inspiração a necessidade – e curiosidade – de compreender um pouco mais as possibilidades traçadas por personagens que viveram e atuaram em um período bastante complexo, marcado pelo acirramento das tensões envolvendo as definições de raça/cor e pelas expectativas que eram acentuadas com o início da República. A preocupação aqui é com a experiência construída por esses indivíduos em determinados contextos, tomando como base a afirmação de que os mesmos não trilharam caminhos ou se movimentaram a partir de escolhas unicamente individuais. Não quero com isso fomentar um “determinismo do contexto”, mas acredito ser importante salientar esse aspecto, pois acredito ser impossível compreender os caminhos das pessoas analisadas aqui sem reconhecer o emaranhado de possibilidades e interdições que o período possibilitou a cada uma delas, e como estas foram importantes na possibilidade de atuação via colaboração e manutenção do jornal O Exemplo.

Para tanto, o guia que utilizo na pesquisa é o nome de cada um deles. A utilização do nome próprio como meio de orientar a investigação histórica, que Ginzburg chamou de método onomástico,⁴⁷ permitiu-me investigar os locais por onde eles transitaram, de quais atividades se ocuparam e quais as relações sociais e familiares estabeleceram, possibilitando ainda compor uma espécie de “tecido social” a respeito de onde aqueles indivíduos estavam inserido.⁴⁸ Como

⁴⁶ ROSA, Marcus Vinicius F. Op. Cit., 2014; PERUSSATTO, Melina K Op. Cit., 2018; SANTOS, José Antônio dos. Op. Cit., 2011; SANTOS, José Antônio dos. Op. Cit., 2009; ZUBARAN, Maria Angélica. Médicos Negros no pós-Abolição: Chagas Carvalho, Arnaldo Dutra e Diógenes Baptista (Porto Alegre, RS). In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (organizadoras). *Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras*. Salvador: Sagga, 2020.

⁴⁷ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 174.

⁴⁸ Ibidem, p. 175

colocado anteriormente, os contextos sociais em que os localizo são diversos e também similares, já que encontro elementos comuns em suas variadas trajetórias. Dessa forma, foi necessário extrapolar um pouco a ideia inicial – que consistia em me deter quase que exclusivamente na análise de O Exemplo – e ampliar a investigação para outras fontes em que eu pudesse localizar informações a respeito de cada um.

Do encontro com essas fontes foi surgindo a certeza de que a rede de relações construídas por eles era ampla e significativa, e de que O Exemplo foi mais um projeto ao qual dedicaram a vida. O periódico é, para essa pesquisa, algo central e que guia a escrita. Porém, cada vez mais se tornou evidente que eu precisaria extrapolar suas páginas se quisesse compreender um pouco melhor os múltiplos espaços construídos e ocupados por eles, o que me ajudou também a compreender suas atuações em O Exemplo. O “rastreamento” desses indivíduos a partir de seus nomes na documentação me permitiu vislumbrar caminhos que foram construídos numa relação constante com outros personagens do período, no sentido de refletir a respeito dos limites e das possibilidades colocados e debatidos por aqueles “homens de cor” no início do século XX. No entanto, ainda que as informações coletadas tenham me permitido tecer aspectos importantes de suas vidas, é necessário ressaltar que as lacunas ainda são grandes, aspecto que nos põe em contato com os desafios enfrentados, quando nos dedicamos a compreender a história de indivíduos que apenas nos últimos anos passaram a ser objetos de investigação histórica.

Torna-se evidente que a escolha desses três personagens não foi aleatória, algo que será melhor explanado com o andamento do capítulo. De início, acredito ser importante colocar que me detive na trajetória dos articulistas que estiveram presentes nas duas “fases” abordadas por mim: 1910/1911 e a partir de 1916 até 1919. Julio aparece como gerente do jornal em 1909, como colaborador a partir de 1916 e finalmente como secretário em 1917. Encontramos Christiano na direção já em 1909, se apresentando bastante ativo por meio da escrita de textos nos anos de 1910 e 1911, algo também observado no caso de Alcides, que assume a direção de O Exemplo em 1917. A rede de relações estabelecida entre eles extrapolava os períodos determinados em que aqueles personagens estiverem envolvidos na manutenção e colaboração do periódico. Antes de partir para a trajetória de Julio Rabello, acredito ser importante mencionar que, no primeiro capítulo, o recorte temporal vai além do ano de 1919, justamente por se dedicar às trajetórias dos articulistas. Nesse sentido, chamo atenção para os diferentes contextos que vão surgir ao longo deste capítulo, principalmente no que diz respeito a Chagas Carvalho, o mais jovem entre os que aqui são abordados.

Finalizando as primeiras aproximações, começo a me debruçar sobre a trajetória de Rabello.

2.1 ENTRE ESPAÇOS ASSOCIATIVOS: A TRAJETÓRIA DE JULIO DA VEIGA RABELLO

Julio da Veiga Rabello nasceu em 26 de abril de 1883, filho de Silvéria Maria da Conceição Rabello⁴⁹ e irmão de Herculano Rabello⁵⁰ que, ao que parece, também era bastante próximo de O Exemplo. A bibliografia a respeito do jornal não se dedicou tanto à sua história de vida, mas despertou interesse de trabalhos recentes como o de Rosa⁵¹ e Perussatto,⁵² aos quais me somo no intuito de avançar no que diz respeito à sua vida profissional e pessoal, explorando os laços construídos através do casamento, atuação em clubes e investigando as possibilidades traçadas pelos filhos do casal.

Encontro nossa personagem primeiramente como gerente de O Exemplo em 1909, como um dos colaboradores a partir de 1916 e finalmente como secretário em 1917. A vida associativa de Rabello foi bastante movimentada. Assim como outros colegas de O Exemplo, Julio fez parte da recepção organizada em função da vinda de Monteiro Lopes a Porto Alegre em 1908, ano em que também aparece como um dos sócios do Grêmio Dramático José do Patrocínio.⁵³ Em 1917, Rabello esteve na despedida a Marcílio Freitas – um dos fundadores do jornal O Exemplo –, que parte em direção ao Rio de Janeiro a fim de assumir um cargo na Alfândega federal, a pedido do então ministro da fazenda.⁵⁴ Além de frequentar os salões da sociedade Floresta Aurora na companhia de sua família,⁵⁵ Julio também foi sócio do Centro Porto-alegrense e chegou ao cargo de tesoureiro do Clube Atlético Almirante Barroso, destinado ao fomento do nascente futebol e de outros esportes.⁵⁶ Ao lado de outros membros de O Exemplo, os quais citarei adiante, Julio também fez parte do Centro Republicano Julio de Castilhos.⁵⁷

De acordo com fonte levantada por Marcus Rosa, Rabello aparece como funcionário público estadual a partir de 1918.⁵⁸ Assim como outros articulistas do jornal, Julio também investiu no serviço público, tendo permanecido nele por um tempo considerável. Desde 1921, por exemplo, Rabello exerce a profissão de porteiro do Arquivo Público do Estado do Rio

⁴⁹ PERUSSATTO, Melina. Op. Cit., 2018, p. 266.

⁵⁰ O Exemplo, 27 de agosto de 1917, p. 3.

⁵¹ ROSA, Marcus Vinicius F. Op. Cit., 2014.

⁵² PERUSSATTO, Melina. Op. Cit., 2018.

⁵³ ROSA, Marcus Vinicius F. Op. Cit., 2014, p. 246.

⁵⁴ O Exemplo, 14/ 07/ 1917, p. 2.

⁵⁵ O Exemplo, 13/07/ 1917, p. 2.

⁵⁶ ROSA, Marcus Vinicius F. Op. Cit., 2014, p. 246.

⁵⁷ PERUSSATTO, Melina. Op. Cit., 2018, p. 366.

⁵⁸ ROSA, Marcus Vinicius F. Op. Cit., 2014, p. 246.

Grande do Sul,⁵⁹ criado no ano de 1906. A partir de 1924, Julio passa a aparecer como cartorário da mesma instituição, cargo ocupado até pelo menos 1945, sendo que, no ano anterior, Rabello entra com um processo administrativo no Arquivo Público, solicitando ao Secretário do Interior e Exterior sua promoção da classe G para classe H. O processo é finalizado com a concessão de promoção a Julio Rabello a partir de 1944.⁶⁰

Em julho de 1908, Julio contrai matrimônio com Maria Analia Ferreira Santarém.⁶¹ Da união entre os dois nasceu Jurema, Leodith, Pythagoras, Iris e Marina, esta última adotada no mesmo ano da morte de Leodith, que morreu precocemente em 1916.⁶² Analia, ao que parece, também tem uma vida associativa atuante e bastante reconhecida entre a comunidade negra de Porto Alegre. Em dezembro de 1917, O Exemplo divulga uma nota em razão da realização de um festival literário organizado pelo Euterpe Clube nos salões do Floresta Aurora. O Euterpe, fundado naquele mesmo ano, é arrolado por Petrônio Domingues como uma das associações negras surgidas após a abolição e que investiu na formação de grupos cênicos,⁶³ aglutinando diferentes artistas nos espetáculos teatrais e musicais que organizava.⁶⁴

Em seu início, o Grêmio Dramático José do Patrocínio – do qual Julio fazia parte – e também o Euterpe estabeleceram uma parceria com o Floresta Aurora, que emprestava seu espaço para a realização dos festivais e, em troca, a renda de algumas apresentações era revertida para os cofres da associação, caso do evento noticiado pelo jornal O Exemplo. De acordo com Bohrer, tanto o Grêmio Dramático José do Patrocínio quanto o Euterpe Clube tiveram entre seus membros articulistas ou colaboradores do jornal O Exemplo, além de que ambos chegaram a ter sede provisória na redação do jornal.⁶⁵ Na ocasião, Maria Analia fez parte de uma comissão composta por outras mulheres, que se encarregaram de adquirir uma bandeira nacional com parte dos recursos obtidos com o festival oferecido pelo Euterpe Clube, no intuito de doá-la ao Batalhão do Instituto Parobé. Como veremos a seguir, a relação da família com a Instituição parecia ser de bastante proximidade, e a organização do citado evento

⁵⁹ Catálogo Secretaria do Interior e Exterior: o Arquivo Público do RS e seus processos administrativos. Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de Arquivo Público. Divisão de preservação, acesso e difusão. Porto Alegre, RS, 2019.

⁶⁰ Ibidem, p. 95.

⁶¹ O Exemplo, 16/ 07/1908, p. 3.

⁶² O Exemplo, 28/ 09/ 1916, p. 2.

⁶³ DOMINGUES, Petrônio. Associativismo negro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 115.

⁶⁴ BOHRER, Felipe Rodrigues. *Grupos teatrais da comunidade afrodescendente de Porto Alegre (Primeira República): alguns apontamentos históricos*. 8 Encontro de Escravidão e liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre (UFRGS), 2017.

⁶⁵ BOHRER, Felipe Rodrigues. Op. Cit., 2014, p. 102.

indica a rede de relações e apoio estabelecidas por diferentes formas de organização negra no período. É oportuno lembrar também que o ano de fundação do Euterpe Clube (1917) é o mesmo em que Julio Rabello aparece como secretário de O Exemplo, o que também pode demonstrar a colaboração e proximidade com o grupo dramático.

Em fevereiro de 1937, ocorre a morte de Analia, que se encontrava doente desde pelo menos 1917. Em nota extensa veiculada em “A Federação”, podemos confirmar que a esposa de Julio Rabello era bastante reconhecida no meio social, visto que sua despedida fora acompanhada por diversas pessoas que foram até a rua Lima e Silva, onde residia o casal, e posteriormente até a Igreja da Sagrada Família, onde realizou-se a encomendação.⁶⁶

As filhas de Julio e Maria Analia estudaram no Instituto Parobé, escola de ensino gratuito. Idealizado a partir da Escola de Engenharia de Porto Alegre – instituição ligada ao Partido Republicano Riograndense –, o Instituto Técnico Profissional é inaugurado em 1906 por iniciativa do governo do Estado, passando a chamar-se Instituto Parobé a partir de 1917. Além do ensino gratuito, a escola oferecia formação técnica e profissional às camadas populares, em áreas como mecânica, serralheria e carpintaria e outras que foram se desenvolvendo.⁶⁷ De acordo com Maria Stephanou, o Instituto Parobé foi uma das primeiras iniciativas de qualificação de trabalhadores no Estado no contexto de início do século XX, abrangendo, além da educação profissional, um ensino “moral e cívico.”⁶⁸ Para isso, inicialmente o Instituto organizou seu currículo de forma a garantir dois anos de curso elementar e mais um ano de ensino profissional. De acordo com a autora, é só a partir de 1920 que a instituição passa a considerar abrir uma secção feminina.⁶⁹

O fomento da preparação para o trabalho e sua relação com as classes populares foram constantes na história do Brasil. Se fora pensado pelas elites como uma forma de capacitação da mão de obra brasileira pelo Estado – sobretudo após a Lei Euzébio de Queirós (1850), a partir da expectativa de modernização do país⁷⁰ –, não é verdade que ficou restrita ao pensamento desses setores. A obtenção de saberes e o desenvolvimento de habilidades para exercer ofícios também foi pautada pela comunidade negra desde o século XIX. Marcelo Mac Cord, por exemplo, analisa a fundação, ainda na primeira década do Oitocentos, da Sociedade

⁶⁶ A Federação, 16/02/1917, p. 2.

⁶⁷ STEPHANOU, Maria. *Forjando novos trabalhadores: A experiência do ensino técnico- profissional no Rio Grande do Sul (1890- 1930)*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação (UFRGS), 1990, p. 118.

⁶⁸ Ibidem, p. 9.

⁶⁹ Ibidem, p. 153.

⁷⁰ MAC CORD, Marcelo. *Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Unicamp, 2009, p. 98.

de artes e ofícios no Recife.⁷¹ Fundada sobretudo por homens negros, tal espaço funcionava como uma corporação dedicada ao fomento do progresso, da civilização e do “aperfeiçoamento” de seus associados, contando, para além das artes manuais, com o funcionamento de uma escola noturna. De acordo com o autor, tal iniciativa era um modo de afastamento do chamado “estigma da escravidão” e do demérito dos trabalhos manuais – uma construção que via esse tipo de trabalho como indigno de prestígio e valorização desde o período colonial, justamente por serem praticados pelos pobres, sobretudo escravizados ou libertos – e, para além disso, uma forma de associação que proporcionasse formas de auxílio mútuo e instrução para além do trabalho.

Já no final do século XIX, Ana Flávia Magalhães Pinto também localiza a formação de sociedades, como a Sociedade Cooperativa da Raça Negra, fundada no Rio de Janeiro, como uma das formas de qualificação do trabalhador negro durante o pós-abolição.⁷² De acordo com a autora, a sociedade fora fundada por homens de cor como uma forma de valorização do trabalhador nacional, a partir do entendimento de que não era a inadaptabilidade para o trabalho livre que os prejudicava, mas sim a necessidade de maior capacitação técnica para alguns deles e de iniciativas que os protegessem enquanto trabalhadores especializados em determinados ofícios.⁷³ Vale lembrar que a Sociedade Cooperativa da Raça Negra também funcionava, como o nome sugere, de forma a fomentar o auxílio entre seus membros artífices, além de promover a instrução primária. Por fim, cabe mencionar a trajetória do artesão pintor Manuel Querino, homem negro nascido na segunda metade do século XIX na Bahia, um dos fundadores do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, fundado com finalidade de qualificar a mão de obra em Salvador. Querino cursou e foi professor de desenho industrial no Liceu, chegando a quase adquirir a formação de arquiteto,⁷⁴ demonstrando que para ele o ensino das artes e ofícios também foi uma aposta. A partir dessa reflexão, é possível afirmar que a qualificação para o trabalho, já assumindo as características daquilo que viria a se chamar “ensino técnico profissionalizante”, foi uma chave para um considerável número de pessoas de cor em partes diversas do país, nas primeiras décadas do século XX.

Nesse sentido, cabe destacar que a defesa do “aperfeiçoamento moral e intelectual” esteve presente desde o número de lançamento de *O Exemplo*. O projeto da Escola Noturna, levantado desde 1902 pelo jornal, caminhava nesse sentido e o acolhimento do projeto do Asilo

⁷¹ Ibidem, p. 4.

⁷² PINTO, Ana Flávia Magalhães. Op. Cit., 2018. p. 319.

⁷³ Ibidem, p. 320.

⁷⁴ GLEDHILL, Sabrina. De guerreiros a doutores negros: a contribuição de Manuel Querino. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (Org.). Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil séculos XIX e XX. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 192.

13 de Maio, gestado desde pelo menos 1910, com o objetivo de acolher crianças órfãs negras e proporcionar aulas de artes e ofícios a elas,⁷⁵ faz-nos perceber que a educação para o trabalho também esteve presente como uma das pautas a serem levantadas pelos articulistas do jornal ao longo dos anos. A seguir, por exemplo, visualizaremos que Julio Rabello pensou a respeito da formação intelectual e para o trabalho como um projeto de família. Tal projeto, contudo, não deixava de sofrer certos condicionamentos.

Localizei Iris Rabello ligada ao curso elementar diurno do Instituto Parobé em dezembro de 1920, sendo aprovada nos exames finais.⁷⁶ Em notícias veiculadas a respeito do Parobé no jornal “A Federação”, a partir de 1926, podemos localizar Iris frequentando o ensino técnico, adquirindo aprovação em exames finais que incluíam o português, física e meteorologia, trabalhos domésticos e rurais, jardinagem e horticultura.⁷⁷ No caso da formação de Iris, notamos a coexistência entre o ensino das tarefas domésticas e o ensino das matérias tradicionais inclusas no currículo, numa clara conexão entre trabalho e instrução, ideal das escolas profissionalizantes. Em 1928, finalmente, Iris fez parte da primeira turma de diplomadas pelo Instituto Parobé na sessão feminina,⁷⁸ e, em 1929, passa a atuar como professora do município de Venâncio Aires.⁷⁹ Jurema, outra filha de Julio, também chega a frequentar o curso elementar do colégio Parobé a partir 1926,⁸⁰ porém não localizei o ano de sua formatura já que, conforme o levantado por Perussatto, a irmã de Iris também segue a carreira do magistério no município do Prata.⁸¹ A respeito de Pitágoras, temos a informação de que se forma no curso de Ciências e Letras do Ginásio Anchieta em 1933;⁸² e, em 1937, aparece citado como “acadêmico” em nota elaborada em função da morte de sua mãe,⁸³ ou seja, o único filho adquiriu uma formação diferenciada das irmãs.

Nesse sentido, e como já salientado por outras autoras, as possibilidades educacionais e de inserção no mundo do trabalho para as famílias negras durante o pós-abolição têm relação, obviamente, com raça e classe, mas também com gênero. Ao analisar a trajetória de outras famílias envolvidas na fundação e manutenção de O Exemplo, Melina Perussatto também identifica o magistério como um caminho trilhado por mulheres negras em busca de ascensão

75 PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., 2018, p. 277.

76 A Federação, 15/ 12/1920, p. 6.

77 A Federação, 4/01/ 1926, p. 6.

78 A Federação, 29/03/ 1928, p. 4.

79 A Federação, 13/ 03/ 1929, p. 2.

80 A Federação, 4/01/1926, p. 6.

81 PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., 2018, 242.

82 Ibidem, p. 266.

83 A Federação, 16/02/ 1937, p. 2.

social no período.⁸⁴ Somado a isso, Maria Angélica Zubaran também aponta a presença de textos em O Exemplo que defendem a inserção das mulheres no magistério como uma forma de direito à instrução da comunidade negra, o que envolvia também as discussões sobre a emancipação da mulher.⁸⁵ É importante também colocar que se trata do período de disseminação do ideal positivista, que passava a pensar o magistério como uma vocação natural das mulheres a fim de prepará-las para a tarefa de salvação da sociedade através da formação de futuros cidadãos.⁸⁶

A transformação da docência em uma carreira feminina é apontada por Guacira Louro como um processo que abrange o século XIX e que se intensifica no começo do XX no contexto da ampliação de postos de trabalho ligados à atividade industrial, que passam a ser mais atrativos em função da melhor remuneração.⁸⁷ Há outros textos que apontam a má remuneração das professoras em comparação aos homens naquele contexto, realidade que se dissemina a partir do início do século XX em função da expansão do ensino e das cobranças de que o governo passe a gastar cada vez menos com o salário das docentes.⁸⁸ Soma-se a isso os ideais já presentes que incutiam à mulher o cuidado do lar e da educação dos filhos e a já citada extensão dessas ideias para o magistério e sua consequente vinculação a uma carreira “naturalmente” feminina. No entanto, cabe refletirmos se a possibilidade de ingresso na carreira docente colocava em pé de igualdade mulheres negras e brancas no contexto trabalhado aqui. Para o caso do Rio de Janeiro, por exemplo, Maria Lúcia Muller identifica um certo afastamento de mulheres negras da carreira docente a partir da década de 1910, em função de ideais e políticas eugênicas que disseminavam um modelo de docência e de docente que não poderiam ter mulheres negras como figura central do ensino naquele contexto de acirramento de tensões raciais.⁸⁹

Em que pese tais ponderações, parece-nos evidente que o magistério foi uma aposta importante para inúmeras mulheres negras gaúchas além de Iris e Jurema, como demonstraram outros textos citados anteriormente. Nesse sentido, Petrônio Domingues ressalta a importância histórica das mulheres negras “na criação de alternativas de instrução para a comunidade

⁸⁴ PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., p. 177.

⁸⁵ ZUBARAN, Maria Angelica. Produzindo e educando mulheres negras: entre o espaço do lar e o direito à instrução e à emancipação (Porto Alegre, RS). *Educação Unisinos*, jan-març 2019, p. 199.

⁸⁶ PERUSSATTO, Melina. Op. Cit., p. 239.

⁸⁷ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: *História das mulheres no Brasil*. Priore, Mary Del (org); Bazzanezi, Carla (coord.). 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004, p 448.

⁸⁸ ROSA, Renata Marques da. Feminização do magistério: representações e espaço docente. *Revista Pandora Brasil*, n 4: Cultura e materialidade escolar, 2011, p. 10.

⁸⁹ MULLER, Maria Lucia. A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República. *Revista Interfaces da Educação*. Paranaíba, v. 5, n. 14, 2014, p. 69.

negra”, destacando “que conseguiram entrar no mercado de trabalho como professoras, particularmente, na educação de crianças, no magistério primário ou de primeiro grau”.⁹⁰

Como colocado, o Instituto Parobé foi um dos primeiros dedicados ao tipo de ensino técnico no Rio Grande do Sul, tendo recebido apoio por meio de recursos tanto do governo municipal quanto do governo estadual, sendo que este último – positivista – via com entusiasmo uma instituição que oferecesse formação profissional e moral destinada às camadas populares e a seus filhos. A partir de 1909, a instituição também passa a receber subvenção do governo federal em um contexto de fomento, por parte da União, de escolas profissionalizantes em todo o país.⁹¹ Pode ser em função de ter seus filhos frequentando instituições de ensino público que se faz importante a informação fornecida por Rosa a respeito de Julio. Nela, consta a notícia de que, em março de 1919, Julio teria oferecido a casa do casal para uma reunião de professoras de “escolas subvencionadas pelo governo federal” sugerindo, como aponta o autor, que o mesmo fosse simpático às pautas de docentes públicos.⁹² A carreira construída através do trabalho como porteiro e logo após cartorário do arquivo público, assim como a aposta de ensino dos filhos em uma formação técnica profissional pode nos permitir inferir que Julio foi um trabalhador que construiu efetivamente variados espaços associativos, tendo colaborado com O Exemplo em diferentes períodos de sua trajetória.

2.2 “POR PRINCÍPIO O AMOR, POR DIVISA A LIBERDADE E POR FIM A HUMANIDADE”: OS VÍNCULOS ENTRE RAÇA E CLASSE NA TRAJETÓRIA MILITANTE DE CHRISTIANO FETTERMANN

Ao lado do irmão Djalma Fettermann, Christiano foi um reconhecido e importante intelectual e militante libertário da cidade de Porto Alegre. De acordo com Marçal, os irmãos eram filhos de um sapateiro alemão e uma liberta,⁹³ informação que não pude verificar no andamento da dissertação. Seja como for, a questão racial, os dilemas e limites colocados a negros e negras que não estavam muito satisfeitos com a proclamação da República e a abolição – uma constante em seus escritos em O Exemplo, são aspectos abordados pela perspectiva de um homem negro naquele contexto. A trajetória de Christiano havia sido pouco abordada tanto pela bibliografia que trata do jornal O Exemplo quanto pela produção que se preocupa com o

⁹⁰ ZUBARAN, Maria Angelica. Op. Cit., 2019, p. 198 apud DOMINGUES, P. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. Cadernos de Pesquisa: revista de estudos e pesquisa em educação, São Paulo: *Autores Associados*, 39 (138): 963-994 .

⁹¹ Ibidem, p. 182.

⁹² ROSA, Marcus Vinicius F. Op. Cit., 2014, p. 246.

⁹³ MARÇAL, João Baptista. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, UE/Porto Alegre, 1995, p. 75.

movimento de trabalhadores na cidade.⁹⁴ Bilhão, por exemplo, refere-se a Christiano e sua atuação em *O Exemplo* ao lado do também anarquista e articulista Henrique Martins,⁹⁵ mas não avança muito em relação ao que Marçal já havia exposto. Os recentes estudos de Marcus Rosa⁹⁶ e posteriormente Melina Perussatto⁹⁷ nos trazem mais elementos a respeito de sua vida, contudo, defendendo que ainda há aspectos que podem e necessitam ser melhor trabalhados como, por exemplo, a relação de seu pertencimento de cor e de classe com a sua trajetória política.

Além de *O Exemplo* e do jornal “A Federação”, as fontes que serviram como base para traçar aspectos da vida de Christiano foram algumas notas pontuais localizadas em jornais do Rio de Janeiro. Nos periódicos pude encontrar as suas apostas na carreira do serviço público, a importância da educação e as denúncias à República que, já naqueles anos, não concretizava as lutas por mais cidadania e ampliação de direitos.

Tendo colaborado desde pelo menos 1908 com *O Exemplo*, Christiano assume a direção do jornal em 1909, período em que o periódico passa a abrigar em sua redação outros ativistas da causa libertária. Assim como outros estudos, o de Melina Perussatto já identificou o diálogo de *O Exemplo* com as tendências do movimento de trabalhadores, indicando a presença do socialismo em fins do século XIX e também o diálogo com o anarquismo e o anticlericalismo a partir de 1908.⁹⁸ Podemos caracterizar o anarquismo como uma das vertentes do socialismo, sendo importante também colocar que não se trata de uma corrente política homogênea, ainda que possamos delinear a aversão ao Estado, o apreço pelas liberdades individuais e a ação direta como seus princípios fundamentais.⁹⁹ Mesmo que tenha se manifestado no Brasil desde fins do século XIX, os ideais anarquistas passaram a ganhar mais espaço dentro de sindicatos nas cidades mais industrializadas do país apenas no início do século seguinte, principalmente a partir de 1906 (caso de Porto Alegre), ano marcado pela importante greve dos 21 dias.

Sílvia Petersen sinaliza como um dos importantes marcos para o movimento anarquista da capital gaúcha a fundação do jornal *A Luta*, ainda em 1894 e da Escola de ensino livre Elyseu Reclus,¹⁰⁰ o que demonstra a importância e organização desta corrente do movimento operário no período. A educação, através da formação de escolas de inspiração libertária será, como

⁹⁴ BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto alegrenses (1896 - 1920)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação História, UFRGS, 2005, p. 145.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ ROSA, Marcus Vinicius F. Op. Cit., 2014.

⁹⁷ PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., 2018.

⁹⁸ PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., p. 202.

⁹⁹ Ibidem, p. 262.

¹⁰⁰ PETERSEN, Silvia Regina F. *Que a união Operária seja a nossa pátria!:* história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: editora UFSM, 2001, p. 136.

veremos adiante, uma importante frente de militância impetrada pelos libertários como formação dos trabalhadores.

Melina Perussatto¹⁰¹ também identifica, a partir do rastreamento do nome de Christiano nos periódicos, o traçado de sua trajetória na busca pelo ensino superior e no ingresso no serviço público, destacando sua militância pela via educacional, uma característica presente nas reivindicações de pessoas de cor em particular e dos trabalhadores em geral, incluindo os anarquistas do período, e que também fez parte da vida de seu irmão. Sua trajetória já foi objeto de reflexões, como aquelas desenvolvidas por Marcus Rosa,

A trajetória de Cristiano Fettermann oferece um ótimo exemplo de homem de pele escura que aderiu ao anarquismo, atuou simultaneamente em agremiações “de cor” e “de classe”, defendendo suas demandas duplamente e realizando vínculos entre elas.¹⁰²

Para a abordagem de sua trajetória, faz-se necessário a articulação de sua atuação pela vida educacional, a atuação no meio anarquista e em associações de trabalhadores além, é claro, de seus vínculos com O Exemplo.

O primeiro vestígio que encontrei a respeito de Christiano data do ano de 1904, em que ele presta exame de língua alemã para os preparatórios do Ginásio do Rio Grande do Sul.¹⁰³ Como colocado, Baptista Marçal já havia sublinhado que os irmãos Fettermann são filhos de um imigrante europeu com uma mulher negra, algo que, como colocado por Marcus Rosa ao explicar sobre os casos de negros que dominavam idiomas estrangeiros, era uma situação bastante comum em variados locais, inclusive em Porto Alegre¹⁰⁴. A vinda de imigrantes estrangeiros, nesse caso alemães, já era uma realidade desde pelo menos a primeira metade do século XIX,¹⁰⁵ o que proporcionou a interação destes com os trabalhadores brasileiros por meio, inclusive, da formação de famílias nas quais o racismo jamais deixou de estar presente.¹⁰⁶

O acesso à educação e as tentativas de ingresso no serviço público parecem ter sido uma aposta de Christiano como uma via de ascensão social naquele contexto. Assim como ele, um considerável número de articulistas envolvidos no jornal¹⁰⁷ tiveram a vida profissional

¹⁰¹ PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., 2018.

¹⁰² ROSA, Marcus Vinicius F. Op. Cit., 2014, p. 294.

¹⁰³ A Federação, 14/ 12/ 1904, p. 2.

¹⁰⁴ ROSA, Marcus Vinicius F. Op. Cit., 2014, p. 143.

¹⁰⁵ SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: In: Mauch, Cláudia; Vasconcellos, Naira. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 14.

¹⁰⁶ ROSA, Marcus Vinicius F. Op. Cit., 2014.

¹⁰⁷ SANTOS, José Antônio. Op. Cit., 2011.

construída no serviço público, o que pode ter possibilitado alguma ascensão social e uma estabilidade que inclusive permitiram sua dedicação ao jornal.

No início do século, Christiano aparece prestando os primeiros concursos que conseguiu localizar. Em 1907, por exemplo, fez exames preparatórios para escola de guerra,¹⁰⁸ em 1908 prestou seleção para ingressar como auxiliar da secretaria da Inspetoria Geral da Instrução Pública¹⁰⁹ e em 1911 disputa uma vaga para auxiliar da repartição central da secretaria do interior.¹¹⁰ Em 1912 localizei sua aprovação, em terceiro lugar, no concurso para praticante de segunda classe da administração dos Correios,¹¹¹ cargo ocupado até pelo menos 1918, quando já aparecia como praticante de primeira classe.¹¹² Ao que parece, o serviço público foi um investimento dos irmãos Fettermann, pois, em 1919, pude localizar a aprovação, em primeiro lugar, de Djalma, irmão mais novo de Christiano, também para a administração dos Correios.¹¹³ No mesmo ano, Christiano ainda aparece como funcionário dos Correios, mas dessa vez ligado à Diretoria Geral do órgão público,¹¹⁴ o que pode demonstrar não apenas a longa permanência no mesmo local de trabalho como também certa ascensão na própria carreira dentro dos Correios, uma vez que passa a trabalhar na Direção.

Ao investigar as ocupações de negros e imigrantes após a abolição no oeste paulista, Karl Monsma chega à conclusão de que, mesmo em duas décadas após o decreto da Lei Áurea, a maioria da população negra ainda estava nas posições ocupacionais mais baixas na região de São Carlos. De acordo com o autor, o único funcionário público negro localizado no censo de 1907 é justamente um agente dos Correios.¹¹⁵ Arthur da Rocha, um importante intelectual negro que viveu em Porto Alegre durante o século XIX, também foi funcionário público naquela mesma instituição.¹¹⁶ Além deles, Pythagoras Rabello, filho do já conhecido Julio Rabello, chegou a exercer uma função na repartição dos Correios e os fundadores de “O Exemplo”, Marcílio Freitas e Arthur de Andrade, também começaram lá as suas carreiras no serviço

¹⁰⁸ A Federação, 24 /01/ 1907, p. 4

¹⁰⁹ A Federação, 16/ 03/ 1908, p. 2.

¹¹⁰ A Federação, 18/ 02/ 1912, p. 6.

¹¹¹ A Federação, 11/ 06/ 1912, p. 2.

¹¹² O Exemplo, 2/ 06/ 1918, p. 2.

¹¹³ A Federação, 6 / 08/ 1919, p. 6.

¹¹⁴ A Federação, 9/ 08/ 1919, p. 6.

¹¹⁵ MONSMA, Karl. Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010, p. 521.

¹¹⁶ MACEDO, Cassia Daiane; Rosa, Marcus Vinicius. O voo de ícaro: Arthur da Rocha e o mundo letrado na Porto Alegre do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (Org.). *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil séculos XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 147.

público.¹¹⁷ Por fim, Arnaldo Dutra, membro do jornal a partir de 1909, assume o posto de carteiro dos Correios também naquele ano.¹¹⁸

Tomados em conjunto, esses indícios podem sugerir que o ingresso nos Correios era uma possibilidade de ascensão social e estabilidade acionada por negros letrados desde o século XIX, sendo uma importante estratégia acionada por um número considerável de redatores de O Exemplo como forma de ingressar no serviço público. Observando o edital de um concurso dos Correios realizado em 1895, Melina Perussatto nos traz a informação de que os aspirantes a carteiros deveriam pelo menos “saber ler e escrever corretamente e conhecer as quatro operações fundamentais da aritmética”, já dos candidatos praticantes – cargo ocupado por Christiano – era esperado o conhecimento de “História do Brasil, aritmética, até a teoria das proporções, inclusive, sendo motivo de preferência o conhecimento de alguma das seguintes matérias: desenho linear, escrituração mercantil, inglês e alemão.”¹¹⁹ Não localizei definições das atividades de “praticante” para o início da República. Porém, de acordo com um Decreto Imperial de março de 1888, que estabelecia algumas reformas na Instituição dos Correios, encontrei a informação de que os praticantes eram funcionários internos do Correio e uma de suas atribuições era transporte de malas de correspondências por trens.¹²⁰

Além do serviço público, a luta pelo acesso à instrução e à educação foram constantes na vida dos irmãos, especialmente na de Christiano. Como já colocado, para o movimento de trabalhadores os anos iniciais da República são marcados por importantes greves, além de fundação de escolas e jornais dedicados a colaborar com a emancipação dos trabalhadores. Em 1906, a Escola Elyseu Reclus é inaugurada na rua dos Andradas, promovendo a gratuidade do ensino por meio de contribuições voluntárias para sua manutenção.¹²¹ As aulas noturnas eram ministradas entre as 19 horas e as 22 horas, com a concepção de que o aprendizado consistia em uma troca estabelecida entre professores e estudantes.¹²²

Vários autores já assinalaram a participação efetiva de Christiano na fundação da Elyseu Reclus, onde dava aulas de português, alemão e francês, algo que também pode ser conferido por meio da informação de que a Escola mantinha ligação com o Sindicato dos Trabalhadores

¹¹⁷ PERUSSATTO, Melina. Op. Cit., 2018, p. 266 e p. 47.

¹¹⁸ SANTOS, Jose Antonio dos. Op. Cit., 2011, p. 207.

¹¹⁹ PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., 2018, p. 77.

¹²⁰ Decreto 9. 921 de 26/03/1888. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9912-a-26-marco-1888-542383-publicacaooriginal-50955-pe.htm>>

¹²¹ MATOSINHO, Juliana de Oliveira. *Embates pela Educação: as iniciativas libertárias de ensino e o Estado na Primeira República em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso, UFRGS, 2009, p. 30.

¹²² PERUSSATTO, Melina. Op. Cit., 2018, p. 269.

em Madeira e dos Marmoaristas.¹²³ Em nota de O Exemplo em maio de 1910, é noticiada a comemoração de um ano da Sociedade dos Trabalhadores em Madeira, da qual Christiano fazia parte compondo sua mesa diretora.¹²⁴ Ainda que exista um descompasso entre os nomes, é bem possível que se trate da mesma associação, uma vez que também a Escola Elyseu Reclus tem a retomada de seus trabalhos a partir de 1909 na sede União Operária Internacional, depois de ter suas atividades interrompidas um ano antes em função da falta de lugar que pudesse abrigar suas atividades.¹²⁵ Marcus Rosa já assinalou a proximidade, inclusive por meio do compartilhamento de espaços, entre associações ligadas ao movimento de trabalhadores e as de articulação de negros e negras em Porto Alegre. Por exemplo, o número 55 da rua da Concórdia – hoje José do Patrocínio – chega a abrigar no final do século XIX a sede da Liga Operária Internacional e a Sociedade Floresta Aurora.¹²⁶

Mais tarde, já em 1916, Christiano se envolve na fundação da Escola Moderna, uma iniciativa também da União Operária Internacional e do Centro de Estudos Sociais.¹²⁷ De acordo com Marçal, a Escola Moderna funcionava na Rua Ramiro Barcelos,¹²⁸ região da chamada Colônia Africana, espaço ocupado pela população negra e também de imigrantes nos arredores da área central de Porto Alegre. Nos exemplares de O Exemplo lidos por mim, entre os anos de 1917 e 1918, encontro vários anúncios de aulas particulares noturnas oferecidas por Christiano no número 246 da rua Ramiro Barcelos, endereço próximo à União Operária Internacional e à Escola Moderna, demonstrando um trânsito significativo dos Fettermann por essa região da cidade. No único alistamento eleitoral onde encontro o nome de Christiano, consta a informação de que o mesmo era eleitor na região do 1º Distrito da cidade,¹²⁹ que corresponde à atual área central, mas que abarcava ainda a Redenção e a Cidade Baixa, o que mais uma vez sugere a proximidade de Christiano com os territórios mencionados.

Como também salientou Marcus Rosa, a presença de imigrantes europeus na Colônia Africana era bastante significativa. Como exemplo, desde 1898 funcionava na Rua Ramiro Barcelos a Sociedade Beneficente Deutcher Krankenverein, fundada por alemães.¹³⁰ A convivência entre estes e trabalhadores negros localizados na Colônia Africana já foi salientada por mim anteriormente, tendo gerado interações que iam desde conflitos envolvendo raça e cor

¹²³ MATOSINHO, Juliana de Oliveira. Op. Cit., p. 30.

¹²⁴ O Exemplo, 01/ 05/ 1910, p. 3.

¹²⁵ MATOSINHO, Juliana de Oliveira. Op. Cit. p. 31.

¹²⁶ ROSA, Marcus Vinicius F. Op. Cit., 2014, p. 254.

¹²⁷ Ibidem, p. 32.

¹²⁸ Ibidem, p. 33; Marçal, João Baptista. Op. Cit., p. 76.

¹²⁹ A Federação, 11/02 1911, p. 4.

¹³⁰ ROSA, Marcus Vinicius F. Op. Cit., 2014, p. 198.

até a possibilidade de formação de famílias, como possivelmente foi o caso dos pais de Christiano. De acordo com Daniele Vieira, em 1913 a região da Colônia Africana passa a se denominar “Bairro Rio Branco”, em homenagem ao Barão do Rio Branco. Porém, em relatórios de 1918 da Intendência Municipal, a área era denominada como “Bairro Rio Branco (antiga Colônia Africana)”, demonstrando que o novo nome ainda não era usado de forma habitual nem pela administração do Município.¹³¹ Por meio das relações estabelecidas entre os espaços ocupados por Christiano no período, procurei demonstrar como ele esteve presente em locais que ao mesmo tempo tinham uma importância significativa para a população negra da cidade e para as organizações do movimento de trabalhadores, como foi o caso de seu envolvimento com a União Operária Internacional pela atuação na fundação da Escola Moderna. Assim como outras iniciativas, a Escola Moderna também atuava de acordo com uma concepção de ensino racionalista e cientificista por meio da realização de palestras com temáticas sociais e anticlericais, uma característica dos libertários.¹³² Em 1918, finalmente, podemos localizar Christiano na direção da Escola Noturna Apolinário Porto Alegre, também de ensino livre, e que tinha em seu currículo “lições de civismo e política republicana”,¹³³ talvez indicando uma orientação política relativamente diferenciada em relação às anteriores.

A trajetória de vida de Christiano também foi marcada pela vivência acadêmica. Em 1910, por exemplo, é citado como acadêmico de engenharia,¹³⁴ sendo um dos integrantes da recepção ao Deputado Federal Monteiro Lopes, eleito pelo Rio de Janeiro, e que visitava Porto Alegre. Na ocasião, Christiano tomou a palavra e fez uma saudação ao Deputado eleito no ano anterior. Ainda que não tenhamos acesso ao discurso, podemos imaginar as palavras de Christiano em função da trajetória e dos ideais empreendidos pelo então deputado. Monteiro Lopes enfrentou as barreiras impostas pelo racismo e, quando decide se candidatar, também desafia o sistema político da Primeira República, a ponto de sofrer uma séria investida de outros políticos e elites da época que se utilizavam de argumentos racialistas para impedir que o mesmo assumisse o cargo.¹³⁵ Ao mesmo tempo, forma-se uma verdadeira campanha a seu favor, que pode ser exemplificada na recepção realizada na capital gaúcha, uma das cidades visitadas pelo político como uma espécie de agradecimento às mobilizações em prol de sua

¹³¹ VIEIRA, Daniele. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre 2017, p. 134.

¹³² MATOSINHO, Juliana de Oliveira. Op. Cit., p. 32.

¹³³ Ibidem, p. 14.

¹³⁴ A Federação, 22/ 01/ 1910, p. 2.

¹³⁵ DOMINGUES, Petrônio. “*Vai ficar tudo preto*”: Monteiro Lopes e a cor na política. *Novos Estudos*, nº 95, mar/2013, p.69.

candidatura. De acordo com Carolina Dantas, tais recepções contavam com “muitas bandas de música, presença de várias sociedades negras com seus estandartes e de lideranças negras locais”.¹³⁶ Monteiro Lopes suscitava duras críticas ao sistema oligárquico da Primeira República, defendia a ampliação da cidadania para negros e negras e a universalização de direitos,¹³⁷ uma luta constante levada por inúmeros outros personagens do período, inclusive Christiano. Em 1916, Christiano ainda aparece como acadêmico de Engenharia,¹³⁸ mas não tenho a informação de que chegou a concluir o curso. Sua próxima aparição no meio acadêmico é em 1928, quando é mencionado como sendo um dos 21 alunos que concluíram o curso da Faculdade de Direito em Porto Alegre.¹³⁹

Não foi apenas durante a recepção a Monteiro Lopes que Christiano fez o uso da fala como orador. Em festivais realizados por agremiações negras na cidade, era comum encontrar sua presença em conferências literárias. Em 1916, por exemplo, Christiano participa como orador no festival promovido pelo Grêmio Dramático Arthur da Rocha, ocorrido no salão do Floresta Aurora. Na mesma ocasião, houve uma encenação da comédia intitulada “A queda da monarquia” que, de acordo com O Exemplo, agradou bastante o público.¹⁴⁰ No festival também se fez presente Espiridião Calisto, um dos fundadores do jornal, e que ergueu um brinde a Christiano como forma de homenageá-lo, tendo ele agradecido e lembrado de que “devemos congregar a fim de repelir com vantagem os estúpidos ataques retrógrados escravocratas”.¹⁴¹ Em evento organizado pelo jornal O Exemplo em 1917, em benefício da herma de José do Patrocínio, na sede da Floresta Aurora, Christiano realiza uma Conferência literária que também é bastante saudada pelos presentes.¹⁴²

Como podemos perceber, Christiano possuía um trânsito bastante significativo por variados espaços associativos e políticos da cidade, ocupando posições de destaque em vários deles. Dessa forma, suas experiências associativas podem nos permitir vislumbrar as possibilidades políticas traçadas por ele ao longo da vida. Em 1915, por exemplo, Christiano aparece como um dos sócios do Centro Republicano Júlio de Castilhos, prestando solidariedade

¹³⁶ DANTAS, Carolina Vianna. Eleições e mobilização negra: o caso das viagens de Monteiro Lopes pelo Brasil (1909- 1910). In: *Histórias do pós-abolição no mundo Atlântico* : identidades e projetos políticos – volume 1 / organizado por Martha Abreu, Carolina Vianna Dantas e Hebe Mattos. – Niterói : Editora da UFF, 2014 , p. 112.

¹³⁷ DOMINGUES, Petrônio. Op. Cit., 2013, p. 65.

¹³⁸ O Exemplo, 8/ 09/ 1916, p. 2.

¹³⁹ A Federação, 24/ 12/ 1928, p. 4.

¹⁴⁰ O Exemplo, 8/ 09/ 1916, p. 3.

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² A Federação, 21/ 08/ 1917, p. 2.

a Borges de Medeiros, que passava por problemas de saúde.¹⁴³ Este fato somado à atuação na já citada Escola Noturna Apolinário Porto Alegre, de orientação mais republicana, pode sugerir certo distanciamento em relação ao anarquismo por parte de Christiano. Nesse sentido, com finalidade de contextualizar melhor a trajetória de Christiano, peço licença para discorrer brevemente a respeito do republicanismo no Rio Grande do Sul, de orientação mais ligada ao positivismo, e que contava entre suas armas políticas mais poderosas o Partido Republicano Riograndense (PRR), organização encabeçada por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, entre outros.

De 1891 a 1928 o Rio Grande do Sul fora governado por um mesmo partido – o PRR –, inicialmente pequeno e sem o apoio das elites tradicionais (ligadas à época ao Partido Liberal). De viés autoritário, se alinhou muito mais ao positivismo do que ao liberalismo, ao contrário do que acontecia com outros Partidos Republicanos no país.¹⁴⁴ Tendo como um de seus teóricos mais importantes Augusto Comte, o positivismo adotado pelo partido no governo defendia o progresso pela ação do Estado, que deveria ser puramente técnico, não passando por orientações ideológicas, guiando o Rio Grande do Sul para uma espécie de modernização de cunho conservador no período.¹⁴⁵ Contudo, houve também uma combinação entre os elementos autoritários e os mais liberais, que nos faz entender alguns aspectos da sua política, como o decreto da Constituição Estadual de 1891 – a autonomia política e administrativa era permitida pela Constituição Federal –, que concentrava poderes no Executivo, mas, ao mesmo tempo, concedia liberdades como a de profissão, desobrigando o governo de manter instituições de ensino superior, que passam a ser de iniciativa de particulares – tema que abordarei mais adiante.

Ao longo de sua existência, o PRR aglutinou setores médios urbanos, algumas parcelas de imigrantes europeus, proprietários de indústrias e comerciantes, configurando uma base bastante ampla e heterogênea. De acordo com José Antônio dos Santos, a aderência de membros de O Exemplo ao Partido Republicano deveu-se em grande parte à sua atuação contra a escravidão¹⁴⁶ e veio a significar, ao longo do século XX, possibilidades de apadrinhamento político e ampliação das possibilidades de atuação para aqueles homens negros.¹⁴⁷ Melina Perussato também identifica que mais cedo ou mais tarde os envolvidos na fundação de O

¹⁴³ A Federação, 26/ 07/ 1915, p. 1.

¹⁴⁴ PINTO, Celi. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS 1889-1930)*. Porto Alegre: LPM, 1986, p.

15.

¹⁴⁵ QUEIRÓS, César Augusto. A questão social no RS: positivismo, borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n. 1, jan-jun, 2009. p. 68.

¹⁴⁶ SANTOS, José Antônio. Op. Cit., 2011, p. 127.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 143.

Exemplo se envolveram com o Partido Republicano Riograndense, valendo-se de sua ideologia republicana e atribuindo a ela características mais particulares, elaboradas de acordo com suas condições e necessidades enquanto homens negros.¹⁴⁸

Além de Christiano e Julio Rabello, os irmãos Calisto – que fizeram parte do grupo fundador de O Exemplo – também aparecem como membros do Centro Republicano Júlio de Castilhos. Florêncio Calisto, funcionário público da Secretaria do Conselho Municipal,¹⁴⁹ era secretário da organização em 1919.¹⁵⁰ A partir de 1920, Espiridião Calisto também passa a compor as fileiras do Centro Republicano Júlio de Castilhos, o que pode nos sugerir que tal espaço tenha sido visto como um dos meios de articulação política para aqueles homens do período. De acordo com Ricardo Pacheco, o Centro Republicano era umas das associações que desempenharam importante papel durante os processos eleitorais da Primeira República no Rio Grande do Sul, desenvolvendo atividades de mobilização política e dos partidários ligados ao Partido Republicano Riograndense.¹⁵¹

Para compreendermos mais e melhor os diferentes projetos políticos pelos quais negros e negras dedicaram a vida, precisamos voltar os olhos para antes do 13 de maio de 1888. Além do Republicanismo e suas disputas, tratadas a seguir, é preciso também citar que no Rio Grande do Sul houve uma considerável adesão negra ao Partido Liberal ainda durante o Império, como é o caso de Aurélio Viríssimo de Bittencourt e de outros membros da direção do clube Floresta Aurora durante a década de 1880.¹⁵² Além disso, assim como em outros locais do país, as manifestações de organizações e grupos negros em favor da monarquia ou da família imperial não foram registros raros. Em 1885, por exemplo, os músicos da Floresta Aurora organizaram uma recepção ao Conde d'Eu e à Princesa Isabel, quando da passagem do casal Imperial por Porto Alegre - fato amplamente hostilizado pelo jornal “A Federação”, do Partido Republicano Riograndense.¹⁵³ Para o centro do país, é amplamente conhecida pela historiografia a organização da Guarda Negra da Redentora, uma organização de libertos, dentre eles muitos capoeiristas, formada na cidade do Rio de Janeiro nos meses finais de 1888 com o intuito de defender libertos e a figura da princesa Isabel.¹⁵⁴ Nesse sentido, ainda que tenha se observado

¹⁴⁸ PERUSSATTO, Melina. Op. Cit., 2018, p. 81.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 164.

¹⁵⁰ O Exemplo, 9/ 11/ 1919, p. 2.

¹⁵¹ PACHECO, Ricardo de. A modernidade envolve o campo político: representações e práticas do processo eleitoral na Porto Alegre da década de 1920. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n 50, 2005, p.116.

¹⁵² MOREIRA, Paulo Staudt. Havemos de ser atendidos em nossos direitos, uma vez que servimos para votantes e soldados, não obstante a nossa cor: associativismo, direitos e cidadania (a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Autora, séc. XIX). *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis, vol. 11, 2019, p. 17.

¹⁵³ Ibidem, p. 19.

¹⁵⁴ GOMES, Flavio dos Santos. Op. Cit., 2005. Domingues, Petrônio. Op. Cit., 2018.

um maior alinhamento de libertos e livres ao Republicanismo muito em função de sua concepção de cidadania universal, é importante assinalar que este não foi o único projeto político construído por eles durante o período compreendido entre a abolição e o início da República.

Mesmo no que se refere ao movimento republicano, as disputas em seu interior são históricas e alcançam, pelo menos, a metade do século XIX, em meio aos acalorados debates acerca do fim da escravidão. Analisando a trajetória do rábula e abolicionista negro Luiz Gama, Elciene Azevedo nos chama atenção para os diferentes grupos que se alinhavam ao republicanismo em finais do século XIX em São Paulo,¹⁵⁵ no contexto em que se se acirravam os discursos e posições a respeito da emancipação. Para Luiz Gama, pertencente a uma linha vista como mais radical, que defendia a imediata “substituição do trabalho servil para o trabalho livre”,¹⁵⁶ pensar a abolição e seus desdobramentos era também defender uma determinada visão de República. Prestando atenção em alguns episódios da vida de Gama, a autora nos convida a pensar que a atuação daqueles homens e mulheres negras no período obedeceu a lógicas próprias, podendo nos permitir entender qual modelo de República defendiam.¹⁵⁷

Contudo, mesmo após a abolição, tais debates permanecem e se estendem ao longo do século XX com sentidos diversos. Christiano e outros negros gaúchos estiveram em disputa a respeito de qual republicanismo lhes interessava, permitindo-nos uma análise que transcende as divergências meramente institucionais colocadas no período, que privilegiam homens brancos ligados ao governo. A aposta nos ideais republicanos pode ter operado como uma forma de consolidação da igualdade formal e de ampliação de direitos que iam além da retórica liberal propalada pelo movimento republicano em geral,¹⁵⁸ que, como vimos, no Rio Grande do Sul sequer alcançou tais traços. A liberdade e a igualdade, para os negros e negras que minimamente se alinhavam ao republicanismo no período, significavam o acesso a direitos que não distinguiram a cor.¹⁵⁹

Como afirmei anteriormente, é possível que tenha acontecido certo distanciamento de Christiano em relação às ideias anarquistas; porém, tal reflexão não deve ser colocada em termos absolutos, pois os anos de sua atuação na Escola Moderna e no Centro Republicano são

¹⁵⁵ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha*. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999, p. 142.

¹⁵⁶ Ibidem, p.142.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 148.

¹⁵⁸ DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio (orgs.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p. 130.

¹⁵⁹ Idem, p. 137.

muito próximos, além do que – como já exposto – a Escola pregava os ideais cientificistas em sua forma de ensino, características importante tanto para os libertários como para os republicanos positivistas no Rio Grande do Sul. A aproximação com correntes de pensamento que podem parecer contrárias – como o anarquismo e o republicanismo – em períodos aproximados nos ajuda a compreender a complexidade de experiências e repertórios políticos acionados por Christiano e outros personagens negros com o intuito de alargar a busca por direitos. Ana Flávia Magalhães Pinto, ao analisar os elos entre o abolicionismo, o republicanismo e o socialismo na vida do pintor e desenhista Vicente de Souza, convida-nos a problematizar o encaixe de determinadas opções políticas em “fases” das trajetórias de agentes históricos, algo que acaba induzindo a um “entendimento compartilhado” da realidade, que muitas vezes não corresponde às suas reais experiências.¹⁶⁰

A entrada e posterior formatura no curso de Direito também pode ter permitido um maior alinhamento de Christiano ao Republicanismo, ainda que se tenha apenas especulações a respeito da data exata na qual ele passa a frequentar o curso. A Faculdade Livre de Direito foi formada por iniciativa de particulares no início do século XX, muitos destes ligados ao Partido Republicano Riograndense. De acordo com Luiz Alberto Grijó, pode-se afirmar que ela funcionava como um espaço de formação jurídica para jovens que já eram simpáticos ao republicanismo.¹⁶¹ A ligação pode ser exemplificada pelas inúmeras notas e citações elogiosas que constavam no jornal “A Federação”, então órgão do Partido Republicano Riograndense (PRR), à Faculdade. Para além disso, é necessário dizer que a relação com a mesma não se dava pelo viés de controle governamental – pois, como já vimos, a Constituição Estadual elaborada pelo governo não permitia o controle de instituições de ensino superior pelo Estado – mas sim por “mecanismos que incluíam diretores sintonizados com lideranças políticas, evolução patrimonial dependente de recursos públicos”,¹⁶² dentre outras formas. De acordo com o autor, os interesses do partido em apoiar de diversas formas a Faculdade de Direito foi um meio de formar militantes alinhados às suas ideias para que o mesmo pudesse se fortalecer e fazer frente ao governo central num contexto em que o Estado do Rio Grande do Sul não tinha muita expressão na política nacional.¹⁶³ Se é verdade que o republicanismo ganhou adeptos entre os

¹⁶⁰ PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 32, nº 66, jan-abr, 2019, p. 279.

¹⁶¹ GRIJÓ, Luiz Alberto. Quando o privado tem interesse público: a fundação e a trajetória institucional da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1900- 1937). *HISTÓRIA*, São Paulo, vol. 28, nº 2, 2009, p. 304.

¹⁶² *Ibidem*, p. 334.

¹⁶³ GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino Jurídico e Política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900- 1937)*. Tese (doutorado), UFF, 2005, p. 129.

“homens de cor”, também fez parte da conjuntura as inúmeras críticas que o regime recebeu à medida que avançava o século XX, como veremos em inúmeros textos escritos em O Exemplo.

Em sua trajetória, Christiano teve uma experiência profissional e de vida longe de Porto Alegre. Em nota extensa veiculada em O Exemplo em 1918 encontrei a notícia de que ele fora aprovado em um exame de holandês para realizar a censura de correspondências do idioma junto à Diretoria dos Correios no Rio de Janeiro. Como já mencionado, em 1919 Christiano ainda aparece ligado à Diretoria Geral dos Correios e, ainda que não conste a menção à cidade, trata-se do mesmo local, pois a Diretoria do órgão localizava-se na capital federal. Como forma de despedida, seus companheiros de O Exemplo fazem uma emocionante homenagem a quem tanto se dedicou ao projeto desempenhado pelo jornal, expressada nas linhas logo a seguir. O Exemplo, afinal, era um projeto coletivo, e o crescimento pessoal de indivíduos que outrora colaboraram mais diretamente com a folha significava também a concretização do “adiantamento coletivo”, um dos objetivos exposto ainda no primeiro exemplar, em 1892.

Nas colunas desta folha Christiano Fettermann, um estudante colorido, revelou quanto é delicada e finamente educada a pena que em sua mão expressa as manifestações de seu cérebro. Alguns amigos e admiradores do seu erudito intelecto preparam-lhe um brilhante festival de despedida no qual tomarão parte vários amadores conhecidos em nosso meio social. A Christiano Fettermann agradecemos a consideração e o auxílio intelectual prestado a esta folha e felicitando-o pela honrosa comissão que vai exercer, nos rejubilamos, por vê-lo partir para um centro intelectual adequado ao seu saber e que melhor justiça fará aos seus dotes intelectuais.¹⁶⁴

Ainda de acordo com a nota, a oportunidade de estar no Rio de Janeiro seria importante para colocar Christiano em contato com as principais produções intelectuais do período, algo que seria importantíssimo para seu desenvolvimento. Como mencionado anteriormente, em 1919 Djalma, irmão de Christiano, passa em concurso para o cargo de praticante para os Correios, optando por exercer a profissão no Rio de Janeiro.¹⁶⁵ Ou seja, os irmãos chegaram a estar na capital da República ao mesmo tempo. De acordo com Isabel Bilhão, chegou a existir uma rede de solidariedade entre militantes anarquistas no Rio de Janeiro, o que possibilitou a troca de informações e até mesmo o deslocamento de indivíduos no período, como foi o caso de Henrique Martins em 1911, por exemplo.¹⁶⁶ Ainda que tenham ido a trabalho, é provável que tal rede tenha sido acionada pelos irmãos Fettermann, principalmente por Djalma, que permanecia ativo como militante anarquista. Contudo, a experiência de Christiano na capital da

¹⁶⁴ O Exemplo, 2/ 06/ 1918, p. 2.

¹⁶⁵ MARÇAL, João Baptista. Op. Cit., 2005, p. 76.

¹⁶⁶ BILHÃO, Isabel. Op. Cit., 2005, p. 191.

República não durou muito. Em 1920, ele é desligado da Diretoria dos Correios¹⁶⁷ por abandono de emprego,¹⁶⁸ concluindo uma trajetória de, pelo menos, oito anos no serviço público. Não foi possível localizar a data exata de retorno a Porto Alegre, mas é provável que seja a partir desse retorno que ele tenha ingressado na Faculdade de Direito, visto a data de sua formatura (1928).

Um dos últimos registros por mim localizados data de 1927. Trata-se de uma nota bastante elogiosa a respeito da tradução do latim, realizada por Fettermann, do livro I e II Orações de Cícero contra Catilina.¹⁶⁹ De acordo com a notícia, veiculada na seção de crítica literária de “A Federação”, a tradução realizada iria favorecer “uma grande quantidade de estudantes de direito e de outras matérias”. Assim, é possível perceber que, mesmo após a rápida passagem pelo Rio de Janeiro que culminou com sua saída do serviço público, Christiano permanecia atuando e sendo reconhecido em meio ao mundo intelectual e letrado de Porto Alegre no avançar da década de 1920. A trajetória do libertário que influenciou tantos espaços por onde transitou com suas “palavras vibrantes e inspiradas”,¹⁷⁰ chegou ao fim em 20 de agosto de 1930.¹⁷¹ Com certeza, o caminho trilhado no serviço público, na defesa da instrução e do acesso ao meio acadêmico e, sobretudo, a luta por uma sociedade mais igualitária animaram projetos individuais e coletivos que permaneciam (e permanecem) urgentes.

Agora, pretendo seguir pelos meandros da vida de um jovem médico que assume a direção do jornal *O Exemplo* em 1917, mas que colabora no mesmo com seus escritos desde pelo menos 1910.

2.3 A TRAJETÓRIA DE ALCIDES FEIJÓ CHAGAS DE CARVALHO: ENTRE A MEDICINA E O REPUBLICANISMO

Ao contrário do ocorrido com relação a Julio e Christiano, pude localizar fontes mais diversificadas a respeito da trajetória de Alcides Feijó das Chagas Carvalho. Para além de seus escritos e rastros mapeados em *O Exemplo*, tive acesso a dois documentos que me permitiram conhecer um pouco mais de sua vida particular. São eles: O Processo de desquite, iniciado em 1931 e uma Autuação em função de um atropelamento sofrido por ele em 1950. Filho de

¹⁶⁷ Correio da Manhã (Rio de Janeiro), 5/ 05/ 1920, p. 6.

¹⁶⁸ O Jornal (Rio de Janeiro), 03 / 05/1920, p. 2.

¹⁶⁹ A Federação, 2/ 09/ 1927, p. 3.

¹⁷⁰ Palavras usadas na coluna de *O Exemplo* a respeito da fala proferida por Christiano Fettermann em Festival realizado pelo Grêmio Dramático Arthur da Rocha (*O Exemplo*, 8 de setembro de 1916, p. 3).

¹⁷¹ Notas citando a morte de Christiano: Correio da Manhã (Rio de Janeiro), 20/ 08/ 1930, p. 8; *O Paiz* (Rio de Janeiro), 20/ 08/ 1930, p.6.

Maximiano Chagas de Carvalho e Maria Galdina Chagas de Carvalho,¹⁷² Alcides nasce no ano de 1893, sendo conflitantes as informações a respeito de sua cidade natal. Em fevereiro de 1917, O Exemplo referência a cidade de Pelotas como local onde Alcides “tivera berço”¹⁷³ mas, em processo localizado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul datado de 1950, Chagas Carvalho aparece como natural de Porto Alegre.¹⁷⁴ Assim como para Christiano, não tive condições de verificar com precisão sua cidade natal.

De acordo com o já citado exemplar de 1917, a tipografia de O Exemplo teria sido um dos seus primeiros locais de trabalho logo após chegar à capital vindo de Pelotas.¹⁷⁵ Antes de forma-se médico em 1917, Alcides chega a trabalhar na farmácia da Santa Casa,¹⁷⁶ demonstrando a trajetória construída também na área da saúde. Além de O Exemplo, também atuou na redação do “Eco do Povo” e foi revisor do já bastante citado A Federação.¹⁷⁷ Encontrei textos de opinião elaborados por Chagas Carvalho em O Exemplo desde pelo menos 1910. Ali, o jovem dedicou-se a escrever sobre as diferenças de tratamento entre negros e brancos, discutiu a situação da mulher e as “ideias feministas”, disputou os sentidos da abolição e colocou sua posição a respeito da alta do custo de vida enfrentado pelos trabalhadores no contexto da Primeira Guerra Mundial. Assim como a trajetória de Christiano e de outros homens negros do período demonstra, Alcides usou da imprensa para discutir e pautar assuntos que eram fundamentais em seu próprio tempo, demonstrando que o jornal também era uma “aposta pessoal, política e profissional”¹⁷⁸ na vida desses personagens.

Antes de formar-se médico, Alcides morava na rua Garibaldi, onde oferecia seus serviços de ensino particular como uma forma de assegurar o seu sustento durante a Faculdade.¹⁷⁹ A Rua Garibaldi estava localizada no Bairro Bom Fim, área então predominantemente rural e que se confundia com a Colônia Africana desde finais do século XIX.¹⁸⁰ Uma das possibilidades para tal diferenciação é a alta no preço dos impostos na região mais baixa da cidade, o que acabava “jogando” a população mais pobre para áreas ainda não consideradas urbanas.¹⁸¹

172 ZUBARAN, Maria Angélica. Op. Cit., 2020, p. 132.

173 O Exemplo, 4/ 02/ 1917, p. 1.

174 Secretaria de Estado dos negócios do interior e justiça. Processo n. 4439523, folha 5, 1950. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

175 O Exemplo, 4/ 02/ 1917, p. 1.

176 Ibidem.

177 Ibidem.

178 PINTO, Ana Flávia Magalhães. Op. Cit., 2018, p. 147.

179 O Exemplo, 12/ 11/ 1911, p. 3.

180 VIEIRA, Daniele. Op. Cit., 2017, p. 101.

181 Ibidem, p. 134.

No começo do ano de 1917, o então diretor de O Exemplo se forma em Medicina, feito amplamente comemorado pelos seus colegas do periódico:

Após um curso brilhantíssimo, em que conquistou grande número de notas distintas em diversas cadeiras, defendeu quinta-feira última sua tese de doutoramento perante uma comissão de catedráticos da Escola Médico-Cirúrgica o nosso diretor Chagas Carvalho.¹⁸²

A Constituição Estadual de 1891 incorporava elementos elaborados pelo Partido Republicano Riograndense (PRR) em seu programa, como, por exemplo, a já assinalada “liberdade de profissão, pela supressão dos privilégios escolásticos ou acadêmicos”.¹⁸³ Contudo, houve apoio do governo republicano do Rio Grande do Sul à Faculdade de Direito de Porto Alegre, como vimos anteriormente. Já a Escola Médico-Cirúrgica do Rio Grande do Sul foi fundada em 1915 também por particulares, e em um contexto bastante peculiar de formalização da atividade médica. Enquanto no centro do país cresciam as instituições dedicadas a interferir na questão da saúde pública com uma política de viés sanitarista, orientada pelos governos locais, o Rio Grande do Sul presenciou uma relativa liberdade de exercício da medicina.¹⁸⁴ Além da Constituição Estadual de 1891, o regulamento elaborado em 1907 pela Diretoria de Higiene do Estado assegurava o livre direito de exercício da medicina, situação que se modifica apenas a partir de 1928, quando Getúlio Vargas assumiu o governo do Estado.¹⁸⁵ Tal explicação faz-se necessária, pois desde 1898 existia a Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, mais alinhada aos moldes das demais instituições de ensino da medicina existentes no país, no sentido de regulamentação da atividade médica, interferência em questões da saúde pública e combate ao livre exercício da medicina. Nesse contexto, a Escola Médico-Cirúrgica onde Alcides se forma chega a ser constantemente questionada e até mesmo combatida pela Faculdade de Medicina, pois, além de ter o apoio do governo estadual (o que gerava atritos entre a Faculdade e o governo), abrigava práticas que os médicos da Faculdade de Medicina abominavam, como a homeopatia.¹⁸⁶

Em recente artigo a respeito da trajetória dos médicos formados pela Escola Médico-Cirúrgica que foram membros de O Exemplo, Maria Angélica Zubaran analisa os estatutos da

¹⁸² O Exemplo, 2/ 01/ 1917, p.2.

¹⁸³ GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. Cit., 2005, p. 116.

¹⁸⁴ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria: Editora da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

¹⁸⁵ Weber, Beatriz Teixeira.: ‘Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre’ *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, V (3): 583-601, nov. 1998- fev. 1999, p. 584.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 585.

Escola e lá encontra a informação de que a mesma “concedia seis matrículas gratuitas a candidatos reconhecidamente pobres, em cada quinquênio”, caracterizando, assim, uma “cota social” para o ingresso à Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre”.¹⁸⁷ Tais matrículas seriam destinadas a pessoas “indicadas pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Intendente de Porto Alegre, Presidente do Centro Republicano, Provedor da Santa Casa desta capital e o Diretor da Escola”¹⁸⁸. Na já citada edição de fevereiro de 1917 consta, assim como também alertou Zubaran, a informação de que “com matrícula cedida pelo Governo do Estado, Chagas Carvalho fez sua iniciação nos bancos acadêmicos”.¹⁸⁹ Portanto, foi por meio daquela modalidade de ingresso, marcada por uma perspectiva assistencialista, clientelista e personalista, e não pela via da universalização dos direitos republicanos de cidadania, que Alcides passou a cursar medicina. Não foi possível saber, afinal, quem realizou sua indicação, mas é possível vislumbrar que ela pode ter sido realizada ou pela Santa Casa, já que a farmácia do hospital foi um dos primeiros vínculos profissionais de Alcides, ou talvez esta seja a hipótese mais provável: pelos laços de proximidade construídos com o Partido Republicano Riograndense, pois, como já colocou José Antônio dos Santos em reflexão citada anteriormente, a proximidade com o PRR operou como uma via de atuação que possibilitou algumas estratégias de mobilidade social engendradas por homens negros gaúchos durante a Primeira República.

A Escola Médico-Cirúrgica também se comprometia a oferecer em suas instalações serviços médicos, dentários e farmacêuticos às pessoas pobres, passando a ser reconhecida como um local de ensino prático da medicina, tendo, por exemplo, montado uma enfermaria que atendia o conjunto da população durante a epidemia de influenza que tomou Porto Alegre em 1918.¹⁹⁰ Finalmente, após o intenso movimento realizado a favor da regulamentação do exercício profissional e da ocorrência de uma maior centralização do Estado, em 1932 a Escola Médico-Cirúrgica passa a oferecer apenas os cursos de odontologia, obstetrícia, farmácia e enfermagem e, em 1940, fecha as portas em definitivo.¹⁹¹

Além de Chagas Carvalho, Arnaldo Dutra (diretor de *O Exemplo* a partir de 1927) e Diógenes Baptista (também presente na redação de *O Exemplo* a partir dos anos 1920) formaram-se em medicina na Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre. O projeto de pesquisa

187 ZUBARAN, Maria Angélica. Op. Cit., 2020, p. 130.

188 Ibidem, 131.

189 *O Exemplo*, 04/02/1917, p. 1.

190 WEBER, Beatriz Teixeira. Op. Cit., 1999, p. 591.

191 VIEIRA, Felipe Almeida. Os representantes do Sindicato Médico e a luta pela regulamentação profissional da medicina no Rio Grande do Sul, 1931- 1939. II Encontro Estadual de História, PUCRS, 2013, p. 6.

desenvolvido por Maria Angélica Zubaran e Vitor Costa tem demonstrado a importância da Escola na formação de médicos negros no Rio Grande do Sul, de forma a desconstruir a invisibilidade de suas atuações dentro da história da medicina, colaborando para o entendimento dos desafios que foram a eles colocados em função da cor e, como já mencionei, por parte de uma parcela da classe médica da época que se esforçava em desqualificar os profissionais formados na Escola.¹⁹² Minha preocupação em analisar o contexto de formação médica de Alcides se dá em virtude de considerá-la evidentemente importante em sua trajetória de vida e, como já colocado, em certa medida colaborar para uma maior visibilidade destes médicos. Contudo, mais do que percorrer os caminhos de sua atuação enquanto médico, interessa-me saber quais foram as possibilidades ou barreiras enfrentadas por um sujeito de cor e quais as opções e orientações políticas acionadas por ele durante o período abordado.

Em janeiro de 1917, logo após a formatura, Chagas Carvalho já aparece oferecendo consultas “grátis aos pobres na sua residência, na rua Garibaldi” das 16h às 17h; e pela manhã, das 8h às 9h, na própria redação de *O Exemplo*, dedicando-se a “tratamento especial da asma”.¹⁹³ Para além de perceber que muito provavelmente Alcides já exercia a prática da medicina antes de se formar – uma característica desempenhada pelo ensino prático da Escola Médico-Cirúrgica –, é impossível não perceber a preocupação no atendimento aos menos favorecidos. Pelos horários reservados às consultas grátis, é possível imaginar que Alcides trabalhava em outro local para além de *O Exemplo* e destinava horários em sua rotina para realizar tais atendimentos.

De acordo com *O Exemplo*, “solicitado pelo exercício da profissão abraçada há 15 dias”,¹⁹⁴ Alcides deixou Porto Alegre para atender no interior do estado ainda no começo de 1917. A partir dessa informação, algumas indagações começaram a surgir a respeito dos motivos pelos quais ele escolheu o interior para o exercício da profissão enquanto médico recém-formado. As enfermarias da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, maior hospital da capital, eram então dirigidas pelos professores da Faculdade de Medicina e Farmácia – a ferrenha combatente da instituição onde Chagas Carvalho havia se formado –, além de os cargos disponíveis nas enfermarias terem de passar por indicação do diretor da Santa Casa, que não

¹⁹² COSTA, Vitor da Silva; ZUBARAN, Maria Angélica. As trajetórias de Médicos negros e a Escola Médico-Cirúrgica no pós-abolição em Porto Alegre/RS: Entre protagonismos e ausências. Unilasalle, SEFIC, 2017. Disponível em: <<https://anais.unilasalle.edu.br/index.php/sefic2017/article/view/660/598>>. O texto referenciado anteriormente, de autoria de Maria Angélica Zubaran, nos traz mais elementos acerca da trajetória Alcides Chagas Carvalho, Arnaldo Dutra e Diógenes Baptista: ZUBARAN, Maria Angélica. Médicos Negros no pós-Abolição...

¹⁹³ *O Exemplo*, 7/ 01/ 1917, p.1.

¹⁹⁴ *O Exemplo*, 4 / 02/ 1917, p.1.

raro também era professor da Faculdade de Medicina.¹⁹⁵ Além disso, de acordo com Felipe Vieira, até pelo menos os anos 1950, o trabalho desempenhado pelos médicos da Santa Casa não era remunerado, mas servia como uma espécie de vitrine em um começo de carreira.¹⁹⁶ Tendo de trabalhar ao mesmo tempo em que cursava medicina, Alcides não vinha de uma classe que pudesse dispensar a maior parte de seu tempo a um trabalho que não lhe desse condições de sustento. A Escola Médico-Cirúrgica foi um importante espaço para que jovens negros como Alcides e outros pudessem concluir seus estudos; porém, as barreiras colocadas por sua origem racial e sua posição social, para além da “disputa” entre as duas instituições, certamente contribuíram para que as portas do principal hospital da cidade não estivessem muito abertas para ele.

Sendo assim, a partir de fevereiro de 1917, Alcides passa a viver na cidade de Montenegro, onde abre consultório¹⁹⁷ e, mais tarde, passa a ser diretor da Higiene Municipal da cidade.¹⁹⁸ Em junho do ano seguinte, casou-se com Maria Geny Marques, que então contava com 18 anos de idade e tinha como profissão “serviços domésticos”.¹⁹⁹ Quando do casamento, Maria Geny morava com os pais no quarto distrito de São Sebastião do Caí, distante pouco mais de 18 quilômetros de Montenegro. A relação se estende por treze anos com o casal tendo três filhos: Vinícius, Alceu e Lígia. Mesmo na nova cidade, Alcides não abandona a atuação na imprensa, tendo colaborado com seus escritos para o jornal *O progresso*, periódico local fundado em 1901.²⁰⁰

Em 1931, dá-se o divórcio amigável entre as partes, sendo estabelecido que todos os filhos ficariam com o pai, que ainda residia em Montenegro, mas que a mãe, a essa altura já residente em Porto Alegre, teria o direito de vê-los regularmente. De acordo com o processo de desquite, não havia “bens a partilhar”, mas Alcides ficava com o compromisso de entregar uma máquina Finger e a quantia de 300 S000 à ex-esposa no prazo de trinta dias, a contar da data do divórcio. Passados dois anos, o advogado de Maria Geny recorre à justiça alegando que nenhuma parte do acordo havia sido cumprido por Alcides até ali: a máquina e a quantia em dinheiro não foram entregues, assim como as visitas dos filhos não estavam sendo cumpridas. Não tive condições de saber qual foi o desfecho do conflito nem os motivos que levavam Alcides a não cumprir com nenhuma de suas obrigações. A falta de recursos financeiros pode

¹⁹⁵ VIEIRA, Felipe Almeida. Op. Cit., 2013, p. 7.

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ O Exemplo, 4/ 02/ 1917, p.1.

¹⁹⁸ Zubaran, Maria Angélica. Op. Cit., 2020, p. 136.

¹⁹⁹ Estado do RS, Poder Judiciário, 1 cartório de família e sucessões. Processo n. 4.822/110, 1959. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

²⁰⁰ Zubaran, Maria Angélica. Op. Cit., 2020, p. 136.

ter impedido as visitas frequentes e o pagamento em dinheiro, visto que o processo cita a ausência de bens a serem divididos. No entanto, também pode existir a possibilidade de retaliação por parte de Alcides em não cumprir o acordado, já que é Maria Geny que entra como solicitante no processo de desquite.

Ao que parece, a presença de Chagas Carvalho em Porto Alegre desde a sua mudança para o interior não era algo raro. Em abril de 1931, por exemplo, esteve presente em uma reunião dos sócios do Instituto de Medicina de Porto Alegre em conjunto com os diplomados pela Escola Médico-Cirúrgica.²⁰¹ O foco da reunião, segundo nota veiculada pelo jornal “A Federação”, consistia em discutir o papel do Instituto frente a assuntos que estavam em voga naquele contexto: a regulamentação das profissões liberais e reformas no ensino, propostas pelo governo federal. Desde pelo menos 1915 há tentativas, por parte de decretos federais, de uma maior fiscalização da União nas Faculdades livres, expressando uma tendência de privilegiar o ensino oficial.²⁰² No entanto, é importante salientar que o contexto tratado aqui refere-se à reorganização do Estado após o Movimento de 1930, que expressava tendências mais centralizadoras, o que vai culminar em reformas educacionais a partir daquele ano.

Voltando à reunião, Chagas Carvalho, citado como médico da Prefeitura de Montenegro, realiza uma “defesa dos princípios genuinamente republicanos pregados por Julio de Castilhos e que se consubstanciam na lei básica do Estado”.²⁰³ Seu ponto de vista é reafirmado no livro “Pela liberdade profissional”, que seria lançado em breve de acordo com a coluna. Não é o meu objetivo fazer uma extensa discussão sobre as reformas, pois seria preciso alongar bastante o recorte temporal para dar conta de uma conjuntura diferenciada vivida pelo país a partir de 1930. No entanto, cabe dizer que as mudanças citadas na coluna referem-se à Reforma Francisco Campos, que estava à frente do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública do governo provisório que, entre outras medidas, centralizou na administração federal os cursos superiores e o ensino secundário. No entanto, acredito ser oportuno frisar a importância de Chagas Carvalho nos debates que envolvem o ensino livre, algo que permeou sua trajetória desde a sua formação na Escola Médico-Cirúrgica, além do permanente alinhamento a um republicanismo de orientação positivista já no avançar do século XX.

O registro mais avançado que encontro a respeito de Alcides data de 1950, no já citado documento localizado no APERS. Nele, Alcides processa um indivíduo que havia lhe atropelado quando saía de um ônibus na Avenida Farrapos. O documento traz a informação de

201 A Federação, 6 / 04/1931, p. 4.

202 GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. Cit., 2009, p. 322.

203 A Federação, 6 / 04/1931, p.4.

que ele voltava a residir em Porto Alegre, desta vez na rua Protásio Alves, aparecendo novamente casado. No termo de declaração que compõe o Inquérito Policial,²⁰⁴ além do local de moradia, profissão, nome dos pais e idade, Chagas Carvalho aparece como “de cor branca”. Em outro documento, redigido por próprio punho, Alcides repete as mesmas informações, mas não menciona cor. Provavelmente, o primeiro documento foi preenchido por alguém da própria repartição de polícia, fazendo uma ligação entre cor e profissão que pudessem fazer sentido à formação médica de Alcides.

A importância de Chagas Carvalho para O Exemplo pode ser atestada na coluna que lhe foi dedicada quando da sua despedida, de onde extraí a foto abaixo. De acordo com seus companheiros de redação, seu ingresso como diretor foi fundamental para uma a orientação do jornal, passando a ampliar não apenas o seu formato como também o número de assinantes, fato que contribuiu para “o progresso intelectual e material atingido” pelo periódico. Alcides colabora com O Exemplo desde pelo menos 1910, tendo participado ativamente da refundação do jornal em 1916, momento em que o periódico passa por mudanças significativas que muito têm a ver com questões internas orientadas por novas conjunturas no século XX, tema que vou desenvolver no capítulo 3. De todo modo, procurei demonstrar, por meio da trajetória de Alcides, a importância da medicina como uma via importante de atuação, mas que não foi a única possibilidade construída por ele em vida. Ainda que não tenha muitos elementos, parece-me possível afirmar que, ao contrário de Christiano, por exemplo, o médico construiu uma visão política mais inclinada ao Partido Republicano Riograndense, de forma mais direta, principalmente ao defender a permanência do “ensino livre” no país, o que afinal possibilitou o ingresso na medicina a um jovem negro que, como procurei demonstrar destacando alguns aspectos de sua formação, também pertencia a uma condição social menos favorecida.

204

Secretaria de Estado dos negócios do interior e justiça. Processo n. 4439523, folha 5, 1950. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.



Legenda da foto: Dr. Alcides Feijó das Chagas Carvalho (O Exemplo, 4 de fevereiro de 1917).

3 DIÁLOGOS SOBRE MISTIÇAGEM, FORMAÇÃO NACIONAL E O IMPACTO DA PRIMEIRA GUERRA NA VIDA DOS TRABALHADORES: DEBATES E EMBATES TRAVADOS EM O EXEMPLO ENTRE 1910 E 1916

No presente capítulo, concentrarei minha análise no período compreendido entre 1910 e 1919. O tema central serão as estratégias políticas utilizadas pelos redatores de *O Exemplo*, objetivando demonstrar como a variedade de orientações políticas disponíveis naquele contexto foram acionadas permitindo a elaboração de concepções de República e de cidadania. Além disso, as publicações de *O Exemplo* no contexto da Primeira Guerra Mundial permitiram compreender o impacto daquele conflito nas condições de vida dos trabalhadores, assim como a análise do debate racial desenvolvido pelos redatores foi fundamental para compreender como determinadas visões da questão racial foram por eles apropriadas com o intuito de combaterem o racismo ainda vigente e de projetarem um ideal de República que abarcasse os direitos da população negra.

É necessário, antes de dar desenvolvimento à análise, fazer uma ressalva em relação ao recorte temporal. A seleção se dá em função de os três personagens – Julio Rabello, Christiano Fettermann e Alcides Chagas Carvalho, analisados no capítulo anterior – estarem presentes na redação de *O Exemplo* até 1917. Depois disso, provavelmente se dedicaram a outros projetos. No entanto, acredito ser importante avançar aos anos 1918 e 1919 pelo fato de esse período se tratar de uma conjuntura em que houve a permanência de movimentos grevistas nas principais capitais do país, bem como a continuidade da Primeira Guerra Mundial e seus efeitos, assim como a intensificação de um discurso nacionalista em diálogo com o Partido Republicano Rio-grandense, que permanecia no governo do Rio Grande do Sul. Assim, utilizarei preferencialmente os textos escritos por Christiano e Alcides, que tratam da conjuntura política e econômica e que revelam as percepções dos autores acerca do racismo local e do debate racial mais amplo no país.

Saliento que não encontrei nenhum texto assinado por Julio Rabello, o que pode sugerir que ele apenas não assinava os textos que escrevia. De toda a forma, ainda que não tenha condições de me aproximar mais diretamente do pensamento de Julio, acredito que a investigação de sua trajetória, realizada no primeiro capítulo, fornece subsídios para tal objetivo. É importante lembrar que a maioria dos textos escritos na primeira página de *O Exemplo* não são assinados, o que pode indicar pensamentos e posições dos redatores expressos de forma mais conjunta. Isso levou-me a analisar alguns trechos que não possuem assinatura, mas que julgo importantes, pois ajudam a elucidar as formas de pensar daqueles redatores. O

Exemplo era, afinal, um projeto político coletivo. Para tanto, inicio a análise buscando compreender a conjuntura do final da década de 1910 e os debates trazidos pelo “Exemplo” para, depois, abordar a conjuntura a partir de 1916

3.1 INTERLOCUÇÕES COM IDEIAS ANARQUISTAS E DISPUTAS SOBRE O SENTIDO DA REPÚBLICA: O EXEMPLO ENTRE OS ANOS DE 1910 E 1911

O crescimento do movimento operário em Porto Alegre está intimamente ligado ao aumento do número de indústrias, ao incremento do comércio e ao consequente desenvolvimento da cidade desde o final do século XIX.²⁰⁵ De acordo com César Queirós, o crescimento industrial da capital gaúcha se deu em função da economia agrária da região colonial do Rio Grande do Sul, o que possibilitou a existência de uma produção excedente que pôde ser comercializada. Além disso, havia um mercado interno composto sobretudo por pequenos proprietários rurais que tinham condições de adquirir produtos manufaturados, fazendo com que, nesse contexto, Porto Alegre pudesse suprir as demandas da área colonial.²⁰⁶

Em 1907, por exemplo, o Rio Grande do Sul aparece como a terceira força industrial do país, perdendo somente para São Paulo e Rio de Janeiro, estados bastante favorecidos pelos lucros advindos da produção do café.²⁰⁷ Nos anos entre 1915 e 1919, período também contemplado por esse capítulo, há um surto industrial no estado, fazendo com que a quantidade de fábricas chegasse em torno de 12.950 estabelecimentos que abarcavam por volta de 65.000 operários, empregados principalmente em fábricas ligadas à alimentação e vestuário.²⁰⁸ O expressivo desenvolvimento industrial foi acompanhado da formação de entidades ligadas ao movimento operário organizado desde o final do século XIX, como é o caso da criação da Liga Operária Internacional em 1895 que, entre seus fundadores, contava com a presença de Pedro Tácito Pires, um dos refundadores do jornal O Exemplo em 1902. Em 1899, Vital Baptista, que viria a ser gerente de O Exemplo entre 1902 e 1905, aparecia como tesoureiro da recém-criada entidade.²⁰⁹

²⁰⁵ BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto alegrenses (1896- 1920)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação História, UFRGS, 2005, p. 110.

²⁰⁶ QUEIRÓS, César Augusto B. *Estratégias e identidades: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República (1917/1919)*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, 2012, p. 40.

²⁰⁷ Ibidem, p. 38.

²⁰⁸ Ibidem, p. 39.

²⁰⁹ PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., 2018, p. 170.

Ao lado de Christiano Fettermann, tais nomes nos ajudam a perceber a presença de trabalhadores negros em papéis de liderança como uma realidade marcante desde os primórdios do movimento operário em Porto Alegre. Isso permite ir além das análises frequentemente fornecidas pela bibliografia do movimento operário, que costumam dar destaque à atuação de trabalhadores alemães e italianos.²¹⁰ É importante também ressaltar que a criação de espaços de iniciativa dos trabalhadores logo no início da República indica a necessidade de organização de categorias que se deparavam com uma realidade que ainda não os favorecia, em que pese as promessas republicanas de anos anteriores. A garantia de direitos políticos e regulamentação do trabalho – em suma, uma cidadania mais ampla, um dos principais anseios das classes mais baixas da população – não se efetivaram mesmo com o avançar do século XX.²¹¹

Ainda no final do século XIX e até os primórdios do século XX, as principais organizações do movimento operário de Porto Alegre estavam sob influência do socialismo, como é o caso da citada Liga Operária Internacional – a qual, como pontuado no primeiro capítulo, por um certo período chega a dividir espaço físico com a Sociedade Floresta Aurora, na antiga Rua da Concórdia, localizada na Cidade Baixa. A fundação do Partido Socialista do Rio Grande do Sul em 1897 é um exemplo da influência e organização dos socialistas na cidade, fato que contou com bastante empenho da Liga Operária Internacional.²¹² Naquele mesmo ano, Tácito Pires foi um dos signatários do Manifesto do Partido Socialista. Assim, é importante novamente chamar atenção para o diálogo de O Exemplo com diferentes orientações políticas do movimento operário organizado, fato já levantado por Melina Perussatto.²¹³ As trajetórias políticas e associativas de Tácito Pires e Vital Baptista entre o final do século XIX e início do XX nos demonstram que trabalhadores negros do período estiveram em constante movimento e atuação pela ampliação de direitos e por cidadania efetiva.

Com o avançar da primeira década do século XX, no entanto, há um crescimento do ideário anarquista na cidade, que passa a disputar a linha de frente das entidades com os socialistas. O fortalecimento dos libertários se dá principalmente depois da realização, no Rio de Janeiro, do 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906, em que há predominância dessa corrente e sua conseqüente difusão por diversas cidades do país.²¹⁴ Como materialização do

²¹⁰ BILHÃO, Isabel. Op. Cit., 2005, p. 106.

²¹¹ BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 42.

²¹² PETERSEN, Sílvia Regina F. Op. Cit., 2001, p. 102.

²¹³ PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., 2018, p. 202

²¹⁴ BARTZ, Frederico Duarte. *O Horizonte vermelho: O impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul (1917- 1920)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, 2008, p. 45.

crescimento anarquista há a refundação, no mesmo ano, do jornal “A Luta”, a inauguração da Escola Eliseu Réclus e a eclosão da importante greve dos 21 dias (também já citadas no primeiro capítulo), dois importantes espaços de formação intelectual e política libertária.

Se nos primeiros anos de sua circulação O Exemplo contou com a presença de socialistas negros em sua redação, os anos a partir do final da década de 1900 vão presenciar a atuação de simpatizantes do anarquismo, como é o caso de Christiano Fettermann. Além dele, Henrique Martins, um militante branco, também vai colaborar com o jornal a partir de 1908, chegando a assumir a direção de sua redação em 1911 e elaborando diversos textos onde exprimia sua visão sobre o período. Sua presença na redação de O Exemplo sugere a simultaneidade das demandas de classe e de raça. Assim como Christiano, Henrique Martins também participou das fundações da Eliseu Reclus em 1906 e da Escola Moderna em 1916, tendo atuado ativamente na redação do periódico anarquista “A Luta”.

Ainda que os anos de 1910 e 1911 já tenham sido abordados por estudos anteriores²¹⁵, acredito ser importante contextualizar brevemente os principais debates inseridos no jornal O Exemplo durante esses dois anos. Como consta na introdução deste estudo, inicialmente me detive na leitura de exemplares disponíveis em determinadas datas que elenquei como importantes para me aproximar das posições e debates levantados pelo jornal, como o 1 de maio, o 13 de maio, o 28 de setembro, o 15 de novembro e até mesmo o 1 de janeiro. Os significados atribuídos a tais datas permitem identificar vínculos entre as demandas anteriores à Lei Áurea, as reivindicações operárias e a noção republicana de cidadania. Porém, os exemplares de tais datas nem sempre estão disponíveis, o que me fez recorrer a edições aproximadas. Nesse sentido, a partir da análise do conjunto do jornal e dos textos assinados pelos articulistas que tiveram sua trajetória abordada no primeiro capítulo, interessa investigar as estratégias construídas através do periódico e que permitiram àqueles sujeitos projetar um ideal de república e de identidade nacional a partir dos seus próprios termos.

Os escritos de 1910 e 1911 tematizavam o dia a dia dos trabalhadores e debatiam as implicações que a liberdade e a república traziam ao cotidiano de negros e negras. No que se refere ao 1º de maio de 1910, por exemplo, o tom de crítica e apelo à combatividade por parte do operariado porto-alegrense aparece de forma nítida em texto que não possui assinatura. Ao que parece, os trabalhadores deixaram a desejar durante a passagem daquela data, pois a coluna enfatiza que é de “entristecer ver como o mundo operário porto-alegrense se porta nesse dia”.²¹⁶ Somada à passividade operária durante a passagem do 1º de maio, a crítica é direcionada aos

²¹⁵ Refiro-me sobretudo à tese de Marcus Vinicius de Freitas Rosa (“Além da Invisibilidade...”) e a tese de Melina Perussatto (“Arautos da liberdade...”).

²¹⁶ O Exemplo, 01/05/1910, p.1

partidos políticos que “já deram tudo que podiam ter dado”²¹⁷ na defesa do protagonismo dos próprios trabalhadores e na defesa de “uma outra sociedade justa e honesta”. Assim, pareciam indicar o esgotamento e a insuficiência dos partidos políticos. Como colocado pela bibliografia sobre o tema, o 1º de maio em muitas capitais era um momento de bastante festividade, o que não excluía a presença de passeatas e comícios em meio à variada programação em torno do dia do trabalhador²¹⁸ – isso foi provavelmente o que ocorreu também naquele ano, em que pese o descontentamento exposto no jornal. Chama também atenção a defesa de uma atuação dos operários que dialogue com as ideias anarquistas no que se refere ao repúdio aos partidos políticos e organizações tradicionais, como exposto acima, assim como da auto-organização dos trabalhadores, características mais comuns encontradas entre os libertários. Desse modo, o texto defende que “como o direito deve ser a relação de um homem para o outro, as reclamações populares são feitas em coletividade. O 1º de maio é uma dessas manifestações. Reclamem por si mesmo e não confiem nas delegações!”²¹⁹

Mesmo que o excerto acima aponte para a importância de ideias comungadas por libertários, bem como sua influência no jornal, não é incomum encontrarmos referências positivas ao partido político ligado ao governo do estado, o PRR, no jornal. Como exemplo, temos a nota bastante elogiosa elaborada também em 1910 em função do aniversário do periódico “A Federação”, órgão do Partido Republicano Rio-grandense, em que o diretor do jornal, Major Gonçalves de Almeida, é saudado nas páginas de O Exemplo por manter-se “na linha traçada pelo seu primeiro diretor, o grande estadista Dr. Júlio de Castilhos”.²²⁰ Sendo assim, tais posições nos ajudam a compreender a multiplicidade de referências políticas disponíveis para aqueles sujeitos no contexto abordado, permitindo investigar em quais momentos determinadas posições foram importantes de serem acionadas e com quais finalidades. Destaca-se ainda que, embora se tratasse de um projeto coletivo que reunia homens e mulheres em prol do combate ao preconceito de cor e ao “adiantamento” das pessoas negras, a redação do jornal era composta por pessoas com diversas trajetórias e concepções políticas expressas em textos que, em diversos momentos, podiam ser conflitantes ou mesmo contraditórios.

A seguir, abordo uma coluna escrita por Christiano Fettermann no primeiro exemplar de 1910, onde ele trata sobre alguns aspectos relevantes para o pensamento político da época.

²¹⁷ O Exemplo, 01/05/1910, p.1.

²¹⁸ BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário* (Porto Alegre 1906- 1911). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 36- 39.

²¹⁹ O Exemplo, 01/05/1910, p. 1.

²²⁰ O Exemplo, 01/05/1910, p. 3.

Saudando o ano de 1910, Christiano Fetterman critica algumas posturas da Igreja Católica, algo recorrente em seus textos. Pontuando a abrangência da Igreja na vida das pessoas e na forma como elas pensam o mundo, defende que os sentidos e a busca pelo aprendizado estejam voltados para a natureza, “pois só ela nos ensina a compreender a nós mesmos, proclamando: Liberdade, instrução e bem-estar para todos, tendo por princípio o amor, por divisa a liberdade e por fim a humanidade”. Surgido ainda na Idade Média e tendo ganhado força após a Revolução Francesa, o anticlericalismo é uma das bases do anarquismo, voltado principalmente para as críticas aos desvios da Igreja Católica como instituição. De acordo com Walter Oliveira, é possível encontrar em jornais anarquistas e no movimento operário de início século XX variadas e duras críticas à instituição católica, também em função desta advogar em defesa da harmonia de classe e passividade dos trabalhadores.²²¹ O anticlericalismo vai fomentar ainda, junto ao racionalismo, a criação de escolas de ensino livre – tais como a Eliseu Reclus – a partir do entendimento de que a maioria das escolas tradicionais estavam sob a influência católica ou de interesses privados.

Ao lado do anticlericalismo, a ideia de educação racionalista também está presente entre as ideias expostas na coluna acima. Já abordamos a emergência do racionalismo no primeiro capítulo, assim, apenas retomo alguns aspectos que considero importantes na compreensão do conteúdo exposto nesse texto assinado por Christiano. Também surgido no contexto de emergência da modernidade, o ensino racionalista privilegiava o ensino das ciências naturais, pregando a “defesa do aprendizado ativo, especialmente baseado na observação da natureza e das relações sociais”.²²² O racionalismo e o anticlericalismo constituíam-se em duas formas de questionamento e combate ao poder religioso católico na definição do que seria o conhecimento válido, já que o catolicismo mantinha bastante influência nos espaços educacionais.

Entre os anos de 1910 e 1911, pude observar um diálogo de O Exemplo com os ideais anarquistas, principalmente através dos textos de Christiano Fettermann. Em um tom de crítica ao que a República havia concretizado até ali, o autor defendia que a cor não fosse um obstáculo para a segurança dos direitos de cidadania, que deveriam ser afirmados no novo Regime. É nesse sentido também que caminham as reflexões de Alcides Chagas Carvalho para quem a República ainda se mostrava um campo aberto e próspero para a realização de pautas existentes desde pelo menos o movimento abolicionista.

²²¹ OLIVEIRA, Walter da Silva. *Narrativas à luz da “Lanterna”*: anticlericalismo, anarquismo e representações. Dissertação (mestrado), Programa de pós-graduação em História, PUCSP, 2008, p. 46.

²²² BILHÃO, Isabel. Imprensa e educação operária: a análise da difusão do ensino racionalista em jornais anarquistas (1900- 1920). *Educação Unisinos*, v. 20, n. 2, 2016.

No entanto, aparentemente, os conflitos envolvendo a Igreja Católica não se davam apenas em função da comunhão dos ideais anarquistas, mas também a partir de alguns pronunciamentos de cunho racista, abertamente repudiados por Christiano em coluna do dia 1º de janeiro de 1911, na qual tece críticas a um artigo escrito por um jornalista ligado ao periódico “Folha da Tarde”. Christiano se opõe às palavras do católico Frota Carvalhal no momento em que Carvalhal se refere a um membro ou devoto também católico como “criolo”, denominação ofensiva que mereceu amplo rechaço por parte do articulista de *O Exemplo*, como pretendo demonstrar.

No século XIX, “criolo” era um termo utilizado para fazer referência ao escravo nascido na casa do senhor, denominar qualquer homem ou mulher negro nascido no Brasil e, com a virada do século, passa a designar também qualquer homem negro.²²³ Nesse sentido, cabe aqui questionar quais seriam as motivações que levaram Frota Carvalhal a sublinhar a cor de um indivíduo denominando-o de “criolo”. Assim como indica a interpretação de Christiano, o jornalista da “Folha da Tarde” muito provavelmente fez questão de acionar o tom de pele de algum membro da Igreja com a finalidade de ofendê-lo. O uso de um termo associado ao período da escravidão já em tempos de liberdade poderia significar uma tentativa de aproximar o alvo do insulto ao cativo, mesmo que o alvo jamais tivesse sido escravizado. Tratava-se provavelmente de um termo deliberadamente empregado com a finalidade de associar ao alvo uma ideia de inferioridade, ou ainda de rejeição ao seu status de cidadão republicano. Em edição de *O Exemplo*, em 1904, Regina Xavier também aponta problemas em torno da utilização do termo que, de acordo com o autor da coluna, era frequentemente utilizado no noticiário policial.²²⁴ O argumento acionado era o de que o costume de denominar pessoas por meio da cor e atribuir-lhe predicados era algo típico da escravidão, uma instituição que já não existia. Logo, não fazia sentido usar tais termos em tempos de liberdade e pretensa igualdade.²²⁵

A classificação de indivíduos pelo tom de pele, assim como a ligação entre cor e raça, estabelecendo padrões de comportamento para pessoas negras não é uma característica do pós-abolição. Contudo, o período foi marcado pelo acirramento de tensões sociais envolvendo critérios raciais, sendo possível tratar o racismo como uma reação ao exercício da liberdade.²²⁶

²²³ NASCIMENTO, Alvaro Pereira do. Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910). In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da Cunha; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 299.

²²⁴ XAVIER, Regina Celia. Raça, cor e classe: debates em torno da construção de identidades no RS no pós-abolição. In: Abreu, Martha; Dantas, Carolina Vianna; Mattos, Hebe (org.). *Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos*. Niterói: Editora da UFF, 2014. p. 140.

²²⁵ Ibidem, p. 141.

²²⁶ ROSA, Marcus. Op. Cit., 2019, p. 29.

Álvaro Nascimento, ao analisar a relação entre brancos, negros e mestiços através de textos em jornais e revistas de grande circulação a respeito da Revolta da Chibata²²⁷ – composta em sua maioria por indivíduos negros –, percebe que a cor dos participantes da Revolta era geralmente sublinhada quando se tinha como objetivo abordar uma característica ou uma atitude não adequada de determinado indivíduo.²²⁸

Voltando à coluna, Christiano lembra a Carvalho que a Igreja Católica possuía entre seus membros inúmeros negros, fazendo questão de afirmar que há “um ou dois homens que são bispos legítimos, reconhecidos pela Santa Sé e que trazem na pele a mesma cor que tem o bronze das estátuas”.²²⁹ E, finalizando, Fettermann afirma de forma contundente que “os senhores católicos ou antes a igreja nos têm tratado sempre desse modo. Isso é tão velho como ela mesma. Dentro das igrejas, diante do seu Deus, Sr. Carvalho, os ministros da religião acometem todos os descendentes da escravidão.”²³⁰

As reflexões envolvendo casos de racismo articulados às discriminações de gênero e de classe estão presentes, por exemplo, na denúncia elaborada por Chagas Carvalho a respeito de um ato de violência sexual praticado “por um conhecido negociante”²³¹ contra uma menina negra. Diante da falta de punição ao responsável, Alcides afirma indignado: “Parece que por esta pertencer a gente de cor, as autoridades negaram-se a tomar as providências necessárias em um tal caso. Isto demonstra claramente a existência ridícula de egoísticos preconceitos, em uma parte de nossa sociedade.”²³² Dessa forma, o autor convida-nos a refletir sobre as opressões enfrentadas naquele período – e que persistem na atualidade – por meninas e jovens negras no que diz respeito ao abuso e à violência sexual praticada, várias vezes, por homens brancos mais velhos. O arcabouço ideológico orientado pelo racismo e sexismo construído desde o período colonial impôs um olhar de sexualização às meninas e mulheres negras, ideais que perduram na contemporaneidade devido à colaboração de obras que visavam compreender a formação sociológica do Brasil, mas que acabaram incutindo às mulheres a responsabilidade pela violência sexual praticada por homens brancos no contexto escravista e, como se não bastasse, construindo uma narrativa de romantização de um processo que, na sua raiz, constituiu-se como violento.²³³ Nesse sentido, acredito que o texto pode nos oferecer elementos que colocam o

227 Ibidem.

228 Ibidem, p. 298.

229 O Exemplo, 01/01/1911, p. 2.

230 O Exemplo, 01/01/1911, p. 2.

231 O Exemplo, 01/05/1910, p. 1.

232 O Exemplo, 01/05/1910, p. 1.

233 GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rios, Flávia; Lima, Márcia (org.). 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. REIS,

combate a ideais que viam tal violência como aceitável e não passível de responsabilização devido a uma leitura racista e sexista a respeito das mulheres negras.

Ao fim da coluna, Alcides argumenta que “é preciso que nós outros tomem medidas contra certa classe de exploradores”. Ao mesmo tempo em que defende que só a ação conjunta de “nós outros” (isto é, das pessoas negras) poderia fazer frente ao caso, estabelece também uma posição antagônica aos que pertencem à classe de exploradores – exploração essa que aqui incorpora mais de um sentido: exploração em sentido racial e de gênero, já que, tendo sido o agressor um conhecido negociante da cidade (e, aparentemente, figura bastante influente), tratava-se muito provavelmente de um homem branco e de classe alta. Ao acionar o “nós outros”, Alcides marca uma posição enquanto homem negro pertencente a uma coletividade que deveria se mobilizar em torno daquela causa. Como busquei demonstrar no capítulo anterior, quando analisei o processo a respeito do acidente que vitimou Chagas Carvalho, o escrivão havia preenchido o documento mencionando a cor de Alcides como “branca”, episódio que pode nos demonstrar as complexas relações em torno das percepções da cor e sua conexão com a posição social ocupada por indivíduos mestiços no pós-abolição. Em suma, Alcides via-se como parte de uma coletividade negra; isso, contudo, não impedia que pudesse ser classificado como “branco” aos olhos alheios.

A seguir pretendo analisar um dos textos, também veiculados pelo “Exemplo” em 1910, de autoria de Christiano, em que expõe uma reflexão aprofundada a respeito do regime republicano. O autor começa assim: “Na República estava a salvação do patrimônio nacional, apesar de ser representado por uma *onda* de analfabetos que boiava por cima da escravatura. A República era um grito pomposo e estridente que soava aos ouvidos dos descrentes da monarquia”. Assim como outros trabalhos já apontaram, sobretudo no que se refere ao fim do século XIX, havia grandes expectativas de que o fim da escravidão e a inauguração da República pudessem superar, entre várias outras desigualdades, as diferenças entre negros e brancos na sociedade brasileira.²³⁴ No entanto, com o avançar do século XX, as experiências de liberdade no novo regime demonstravam que as hierarquias raciais ainda permaneciam pautando as relações sociais, assim como as desigualdades de classe. Em tom de denúncia, Christiano afirmava que

A República não se fizera até então pela mesma razão porque ainda hoje a democracia social não é uma verdade (...) E, claro que hoje a República já não satisfaz mais o desejo de liberdade que no homem vão crescendo como uma

Marina Oliveira. O pacto narcísico da casa-grande: a representação das mulheres negras a partir de Lélia Gonzales e Gilberto Freyre. *Humanidades Em Diálogo*, 9(1), 2019, 93-101.

²³⁴ PINTO, Ana Flávia Magalhães. Op. Cit., 2018, p. 278.

elypse. Na República brasileira até onde vão os seus efeitos de democracia? Onde ela começou a ser útil? Onde ela desmente a Monarquia? Onde os indivíduos compreenderam melhor a existência social? Onde os homens se aperfeiçoam?²³⁵

Para além do evidente tom de “desilusão” colocado no texto, acredito que esse trecho nos permite refletir acerca das formas pensadas por aqueles sujeitos sobre como a República deveria ser. As críticas expostas fazem parte de um conjunto amplo e diverso de projetos e expectativas elaborados por sujeitos negros a partir do processo emancipacionista e que, em grande parte, foram frustrados na medida em que a República se consolidava. A esperança de que a democracia poderia ter sido finalmente expandida sugere o tamanho dos anseios por mais participação e representação política naquela sociedade. André Rebouças, conhecido engenheiro nascido no Rio de Janeiro, por exemplo, defendia que só a “democracia rural” – onde o Estado deveria garantir o acesso a terras públicas aos libertos – poderia de fato completar a abolição,²³⁶ o que acabou não ocorrendo pois, na sua visão, a República não passava de um golpe orquestrado pela velha elite latifundiária que temia tais reformas. O baiano Manuel Querino – um dos fundadores da Escola de Belas Artes da Bahia – também viu as expectativas de “cidadania democrática” se esvaziarem ao longo dos anos devido ao fato de que a República acabou por fortalecer o poder das oligarquias.²³⁷ Christiano, por fim, também questiona “onde os homens se aperfeiçoam?” no citado texto. Podemos apreender que tal questionamento refere-se tanto ao aperfeiçoamento intelectual/moral – defendido pelo “Exemplo” desde 1892, quando foi lançada sua primeira edição – quanto ao direito ao aperfeiçoamento laboral no pós-abolição. Lembremos que os projetos ligados à defesa da instrução foram uma constante batalha empreendida pelos envolvidos na manutenção do jornal, vide o projeto de Escola Noturna que começa a ser gestado a partir de 1902. O contexto em que é escrito o referido texto de Christiano é o da elaboração do Asilo 13 de maio, abraçado pelo “Exemplo” como um espaço de acolhimento de crianças negras órfãs, lugar onde elas teriam aulas de artes e ofícios.²³⁸ A defesa da instrução e do “aperfeiçoamento” fez parte de diversos projetos empreendidos por sujeitos negros no período, a exemplo do já citado Manuel Querino. A partir do diálogo estabelecido com Booker T. Washington, o intelectual baiano defende a educação profissionalizante a partir

²³⁵ O Exemplo, 13/11/1910, p.1.

²³⁶ MATTOS, Hebe. André Rebouças e o pós-abolição: entre a África e o Brasil (1888- 1898). In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (Org.). *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil séculos XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 131.

²³⁷ GLEDHILL,, Sabrina. Manuel Querino: operários e negros diante da desilusão republicana. In: Bacelar, Jeferson; Pereira, Cláudio (orgs.) *Política, instituições e personagens na Bahia (1850- 1930)*. Salvador: UFBA, 2013, p. 141.

²³⁸ PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., p. 277.

do Liceu e da Escola de Belas Artes.²³⁹ Veremos, no capítulo 3, que a defesa do adiantamento para pessoas negras no período abarcava diferentes frentes, passando pela educação intelectual, moral e profissional.

A igualdade prometida e negada pelo regime republicano também é tema da coluna do mesmo ano em que Alcides Chagas Carvalho comemora a abolição, ao mesmo tempo em que reflete sobre seus desdobramentos e limites enfrentados no contexto da República. O jovem, que mais tarde se tornaria médico, começa afirmando que a data do 13 de maio é

[...] o triunfo da Democracia Popular, que igualou os direitos de todas as classes, de todos os cidadãos. Liberdade, igualdade e fraternidade – eis o tema de toda a democracia – e se bem que até hoje não fosse perfeitamente compreendido devido à má interpretação que se lhe tem dado, é contudo o mais belo lema legado ao mundo pelo movimento de 89, e o mais alto ideal de um povo progressista e nobre.²⁴⁰

Ao debruçar-se sobre jornais da imprensa negra paulista, Paulina Alberto identifica o acionamento da ideia de “fraternidade racial” (que remetia à igualdade entre as raças) ao lado da igualdade e liberdade como uma maneira de conceber a República e como ferramenta de autoafirmação daqueles intelectuais negros como pertencentes à comunidade nacional.²⁴¹ Tais posicionamentos também acompanhavam a referência à data do 14 de julho da Revolução Francesa, reivindicando que seus ideais deveriam andar lado a lado com o 13 de maio, a data que “emancipou uma raça”.²⁴² Desse modo, podemos concluir que os ideais afirmados pelo movimento revolucionário francês foram utilizados pelos personagens que viveram o pós-abolição e o início da República no Brasil como uma das formas de exigir a igualdade prometida por esses processos, colocando de forma concreta a defesa de que a cor dos indivíduos não deveria ser critério para o estabelecimento de nenhuma divisão.

Chagas Carvalho, em tom um pouco mais ameno do que o exposto no texto de Christiano, atribui a incompletude da chamada “Democracia Popular” à má interpretação, mas parece permanecer animado com as possibilidades colocadas pelo contexto – lembremos que Alcides, tal como exposto no capítulo anterior, era bastante alinhado aos ideais republicanos pautados principalmente pelo Partido Republicano Rio-grandense, o que pode nos ajudar a compreender o tom de sua coluna. Demonstrando que as demandas negras por direitos são

²³⁹ GLEDHILL, Sabrina. Op. Cit., 2013, p. 128.

²⁴⁰ O Exemplo, 13/05/1910, p. 1.

²⁴¹ ALBERTO, Paulina L. *Termos de Inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XIX*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2017, p. 61.

²⁴² *Ibidem*, p. 61.

anteriores à Lei Áurea, o autor finaliza defendendo que “é justo pois que esta data (13 de maio) seja comemorada como a mais completa amostra da intuição democrática que convulsionou o país nos últimos anos do Império”, fazendo uma evidente referência ao processo emancipacionista que ganhou força no final do século XIX.

3.2. PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, MESTIÇAGEM E NACIONALIDADE EM O EXEMPLO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A segunda parte deste capítulo abrange um período de significativas transformações e acontecimentos tanto para o contexto brasileiro em geral quanto para O Exemplo em particular. A partir deste momento – período compreendido entre 1916 e 1919 – a maioria dos textos produzidos pelo periódico não trazem assinaturas indicativas de autoria, pois não as localizei na mesma frequência encontrada durante o período anterior. No entanto, é importante lembrar que entre 1916 e 1917 Alcides é o diretor do jornal e Julio um dos colaboradores e secretário. Ou seja, seus posicionamentos e estratégias políticas de alguma forma estavam expressas ali – lembremos que Christiano já estava afastado de O Exemplo nesse período e que, em 1918, passou a morar no Rio de Janeiro.

Os anos a partir de 1916 foram bastante agitados no que se refere aos conflitos envolvendo os trabalhadores, a burguesia e o Estado. As greves gerais que tomam as principais capitais do país em 1917 (e que se estendem pelos anos de 1918 e 1919) são expressões da radicalização social que, ao mesmo tempo que mantinham reivindicações já históricas dos trabalhadores – como em relação à jornada de trabalho e seguridade social –, vão se somar às condições de sobrevivência cada vez mais precárias em função da Primeira Guerra Mundial. Não podemos esquecer que 1917 também é o ano da Revolução Russa, o que certamente ajudou a dar mais fôlego para ideais e métodos de atuação que também abarcassem ideias de transformação radical da sociedade.²⁴³ Ainda que a Primeira Guerra tenha sido declarada em 1914 e o Brasil tenha entrado apenas em 1917, o país já abastecia os envolvidos no conflito com produtos alimentícios, o que teria ocasionado a diminuição de sua oferta no mercado e a consequente alta nos preços – ou seja, as consequências da Guerra já se faziam sentir na vida dos trabalhadores desde pelo menos 1916. Além disso, é importante ressaltar que a economia brasileira dependia da importação de máquinas vindas sobretudo da Europa para a manutenção da indústria, o que também acaba prejudicando ainda mais esse setor durante o conflito.²⁴⁴

²⁴³ BARTZ, Frederico. Op. Cit., 2008.

²⁴⁴ LONER, Beatriz. Gill, Lorena A. História de uma cidade e de seus trabalhadores em tempos de Guerra: Pelotas (1914-1918). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 1, jan./jun. 2015, p.9.

Assim, as consequências da Guerra eram sentidas das mais diversas formas pelos trabalhadores na cidade de Porto Alegre. Como exemplo, Marcus Rosa analisa as relações de tensão e solidariedade estabelecidas entre trabalhadores negros e imigrantes que habitavam a região conhecida como Colônia Africana e percebe que, já em 1915, as manifestações nacionalistas por parte de brasileiros e estrangeiros estavam bastante em alta, causando inclusive conflitos que extrapolavam a citada região. Como demonstra o autor, as diferenças étnicas e raciais existiam muito antes do conflito internacional, mas foram potencializadas por outros tipos de embates e até mesmo pelo uso da violência mais direta.²⁴⁵

No que diz respeito ao “Exemplo”, o jornal tratou principalmente do aumento do custo de vida. Tal política expressava-se, por exemplo, na elevação do valor dos impostos que também era praticada pelo governo federal. Em texto da primeira página do início de 1917, Alcides Chagas Carvalho informou que “as tributações demasiadas nada mais fazem que isto: espoliar as classes pobres. São estas que efetivam o maior consumo, que necessitam comprar, importar, adquirir os materiais necessários ao seu viver, mediante, o trabalho de cada dia”.²⁴⁶ O então diretor do jornal expõe que diante do fato de a classe trabalhadora ter maior necessidade de adquirir produtos essenciais para sua manutenção, como a compra de alimentos, e do impacto causado pelo aumento nos impostos, suas condições de vida acabam se deteriorando.

Em texto de 1918, a escassez de alimentos segue sendo sentida, ao mesmo tempo em que há uma denúncia sobre a possível existência de estoques de alimentos em regiões afastadas do centro da cidade, entre os “arrebaldes do São João e Moinhos de Vento”.²⁴⁷ A informação é complementada pelo seguinte trecho: “além destes boatos é fora de dúvida que ao caminho novo existam paióis abarrotados de gêneros até os tetos, e a prova disso é a exportação que continua em detrimento do povo”. A denúncia segue no sentido de que há uma parcela da sociedade que estoca alimentos ao mesmo tempo em que a maioria do povo passa fome, ou seja, o único objetivo daqueles seria o de “construírem sua riqueza a custas da miséria alheia”.²⁴⁸ Os redatores do jornal partiam do entendimento de que o aumento no custo dos alimentos, principalmente, não era justificável pois havia produção. Analisando edições posteriores, podemos concluir que a situação não se alterou, uma vez que as denúncias continuaram sendo veiculadas com o mesmo sentido.

²⁴⁵ ROSA, Marcus Vinicius F. *Ibidem*, 2019, p. 178.

²⁴⁶ O Exemplo, 28/01/1917, p.1.

²⁴⁷ O Exemplo, 06/10/1918, p. 1.

²⁴⁸ O Exemplo, 06/10/1918, p. 1.

Em julho de 1919, mesmo após o término da Guerra, é publicada a informação de que em “toda a parte surgem protestos e queixas contra a carestia da vida”²⁴⁹ como, por exemplo, em países como Portugal, Espanha e Estados Unidos. Tais países seguiam enfrentando as consequências da devastação alcançada com a guerra e que, de acordo com O Exemplo, “justificam esse estado de coisas que transformou em famintas as populações outrora felizes e que nadavam em abundância.”²⁵⁰ Ainda que o Brasil não tenha entrado de forma direta no conflito, o texto reforça o entendimento de que a carestia de vida aqui observada é reflexo de uma postura gananciosa dos governos, provavelmente pressionados por empresários:

se é certo que de importadores que éramos de gêneros alimentícios fomos transformados pelas contingências da guerra em grandes exportadores, em compensação, a nossa produção intensificou-se de tal forma que a grande procura que tem havido dos nossos produtos não excedeu a nossa capacidade produtora, e portanto, se razão havia para um relativo aumento no custo dos gêneros de exportação, todavia essa procura não é de molde a justificar o exorbitante custo atual dos gêneros de consumo.²⁵¹

A tese de César Queirós aponta para um incremento da produção industrial em Porto Alegre no período entre 1915 e 1919 que pode acompanhar a demanda vinda das exportações²⁵². Sendo assim, o autor defende que o aumento de preços dos alimentos foi uma posição política interna, pois havia condições de produção que davam conta da demanda interna e das exportações, não justificando o aumento de preços. Desta forma, podemos observar que as colunas estabelecem um aprofundado diálogo com as condições econômicas e políticas do contexto, compreendendo que os aumentos praticados naqueles últimos três anos não eram explicáveis apenas sob o argumento de que a alta demanda combinada à baixa disponibilidade eleva o preço dos produtos. Ao final do texto, são apresentadas algumas propostas de medidas que poderiam ser adotadas pelos governos a fim de que os mais pobres não sofressem tanto com a alta dos preços, por exemplo, redução no valor dos impostos de alguns aluguéis, estabelecimento de um preço máximo por quilo da carne, entre outras. Tais atitudes, de acordo com O Exemplo, poderiam não resolver a totalidade dos problemas, mas ao menos o povo “ficaria convicto de que há quem se preocupe com as dificuldades que o assombram presentemente.”²⁵³

249 O Exemplo, 20/07/1919 p.1.

250 Ibidem.

251 Ibidem.

252 QUEIRÓS César Augusto. Op. Cit., 2017, p. 43.

253 O Exemplo, 20/07/1919, p. 1

As colunas de *O Exemplo* abordavam o mundo do trabalho no pós-abolição e demonstravam a atuação ativa de trabalhadores negros em prol não apenas de seus próprios direitos, mas em benefício de todas as classes trabalhadoras, incluindo reivindicações pela garantia de uma vida digna. Ou seja, podemos e devemos nos questionar sobre a validade de vermos as organizações de classe como construções exclusivas de trabalhadores brancos, sobretudo de origem estrangeira. Organizando-se em diferentes frentes, trabalhadores negros foram fundamentais para o alcance, bem como para a universalização e a manutenção de direitos pautados ao longo da história. Além disso, a defesa de direitos mínimos certamente fazia parte de um projeto de sociedade que pudesse segurar direitos básicos à população trabalhadora.

Também a partir de 1916, os debates a respeito de qual caminho a República deveria percorrer seguem constantes, articulados à questão de cor e raça. Ao denunciar casos de racismo, inclusive por órgãos republicanos, os redatores de *O Exemplo* tensionavam o republicanismo e a República até ali, evidenciando suas contradições. Em denúncia escrita no jornal em junho de 1916,²⁵⁴ há a exposição do colunista Sergio D’almada, do jornal “*A Razão*”, órgão republicano. A coluna escrita por D’almada satiriza um clube de São Leopoldo que havia proibido dois jovens atiradores negros de dançar fardados nas dependências do clube, referindo-se a eles como “a gente de outra cor” de forma ofensiva. *O Exemplo* lamenta a postura do jornalista e cobra o corpo editorial do “*A Razão*”: “Órgão republicano de que, então? Somente dos concidadãos de cor branca? É extraordinário!” e defende que “o sentimento republicano não privilegia castas, nem raças”, colocando como prova disso a Constituição do Estado de 24 de fevereiro de 1891 que foi, de acordo com o “*Exemplo*”, fundada no espírito de igualdade.

Como já sabemos, essa não é a única vez que os redatores de *O Exemplo* questionam o republicanismo ao mesmo tempo em que defendem o modelo instaurado no Rio Grande do Sul. Nas vésperas do dia 15 de novembro, também em 1916, concluem que “o regime republicano em nosso país ainda não se acha em integral vigência prática”²⁵⁵ em função do “egoísmo de inúmeros homens públicos”, mas que no estado reina a “realidade dos sentimentos republicanos sinceros”, elogiando a atuação do PRR a nível federal como a “bancada mais republicana”. Na mesma coluna, fazem um apelo à volta do patriotismo sincero e dizem aguardar que o povo se faça mais presente nos negócios do governo: “Que se interesse ele próprio pela boa marcha dos seus destinos e saiba desalojar os maus dirigentes, aqueles que o exploram!”. Para além de uma crítica ao exercício do republicanismo a nível nacional, aqui há também uma advertência a

254 *O Exemplo*, 28/06/1916, p.1

255 *O Exemplo*, 12/11/1916, p. 1.

respeito do comportamento omissivo da população diante das decisões dos governos. A defesa do “povo” contra aqueles que os exploram aparece novamente de forma oportuna diante da conjuntura enfrentada, como veremos mais detalhadamente logo a seguir.

A questão racial se mostrava central para o estabelecimento de diálogos ou de atritos, de expectativas ou de denúncias em relação à República, algo que também pode ser observado ao longo deste trabalho em relação às aproximações e críticas dos redatores de *O Exemplo* às formas de exercício do republicanismo. As manifestações ou posições lidas como racistas por aqueles escritores, ainda que veiculadas por órgãos republicanos, não eram poupadas de denúncias e cobranças por maior consciência e responsabilidade. Como tratei no primeiro capítulo, a aproximação de *O Exemplo* ao Republicanismo e mesmo a aderência de um considerável número de redatores ao PRR se deu por diversos fatores, desde a defesa da abolição proferida pelos positivistas gaúchos até o possível entendimento de que o alinhamento de homens negros àquele partido poderia ensejar uma ampliação das possibilidades de participação política por meio do principal partido do estado.

Em uma demonstração de que estavam atentos aos debates e denúncias ocorridas no restante do Brasil, no começo do ano de 1917 *O Exemplo* aderiu a uma verdadeira campanha contra o racismo a partir do ocorrido com o professor Hemetério José dos Santos, que teve um de seus filhos expulso do Colégio São Vicente, administrado por religiosos em Petrópolis, região serrana do estado do Rio de Janeiro. Em uma carta direcionada ao professor, o então diretor comunica o desligamento do menino pelo fato de ele ser negro. Nascido no estado do Maranhão, Hemetério traça sua carreira ligada ao magistério na capital federal desde o final do século XIX, assumindo o cargo de professor do Colégio Militar em 1889.²⁵⁶ Suas contribuições intelectuais foram impressas através de sua colaboração em jornais e revistas, além da elaboração de livros didáticos, produção que acompanhou sua ativa atuação na política do pós-abolição carioca. Percebe-se, portanto, que nem a vasta trajetória e experiência do professor impediram que seu filho fosse desligado de um estabelecimento de ensino por motivos raciais.

Ocupando pelo menos três espaços inteiros da capa entre os meses de abril, maio e agosto de 1917, o caso de explícito racismo e a posterior abordagem de *O Exemplo* permitem perceber que as tensões raciais persistiam naquele contexto, exigindo toda uma mobilização em torno do fato.²⁵⁷ Na primeira denúncia, a redação de *O Exemplo* se manifesta da seguinte forma:

²⁵⁶ SILVA, Luara dos Santos. “*Etymologias Preto*”: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888- 1920). Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em História, CEFETRJ, 2015, p. 50.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 54.

parece que há muito a estupidez do preconceito de cores deveria estar banido da sociedade brasileira e que só fosse admitido entre certo resquício de escravocratas que pelo hábito de terem vivido nas senzalas identificaram-se com os costumes daquela época e ainda hoje, afagando uma tola esperança, insurgem-se contra os descendentes da raça etiópica acoimando-os dos epítetos usados naquela fase de hediondez humana.²⁵⁸

Aqui, a ligação entre o “preconceito de cores” é feita com a escravidão. Findo o período escravista, casos como esses tenderiam a desaparecer das relações sociais, ficando reclusos apenas a atitudes de sujeitos que tivessem alguma relação com o passado escravista. Percorridos quase trinta anos, os articulistas pareciam crer que tais manifestações estariam restritas a alguns episódios e pessoas específicas. Para além do preconceito de cor, o texto aponta como responsável pelo ato a “mesquinhez e o caráter vil de seus portadores”, levantando a hipótese de que também se tratava de uma suposta vingança contra o pai da vítima, um “ilustrado professor de fama reconhecida”. Assim, outros fatores além do racismo parecem ter sido acionados com finalidade de sustentar uma interpretação sobre o episódio, ainda que a própria escola tenha sido explícita na afirmação de que a expulsão foi motivada pela cor do estudante. Dando seguimento à coluna e às críticas ao racismo escolar, *O Exemplo* aciona um vínculo étnico-racial com a África e os africanos, ao reivindicar o “suor etiópico” como metáfora para o entendimento de que o trabalho escravo havia construído a nação:

Ninguém achou empecilho na cor de Hemetério dos Santos para deixar de ouvir e ilustrar-se com as suas sábias lições. Acham agora empecilho na cor do filho para que não se ilustre nas lições dadas pelos professores do colégio de Petrópolis. Isso é ridículo, imoral, inadmissível no Brasil onde o suor etiópico humedeceu a matéria de tudo quanto nele se fez e existe.²⁵⁹

Wlamyra Albuquerque, ao analisar os cordões carnavalescos durante os primeiros anos do pós-abolição na Bahia, chamou atenção para as formas como a África foi acionada por eles, que selecionavam e reelaboravam imagens do continente e de seus habitantes a fim de tomá-los como referência.²⁶⁰ Em 1897, por exemplo, o clube intitulado “Embaixada Africana” recorreu à figura do rei etíope Menelik no cortejo de carnaval daquele ano, estampando sua imagem em panfletos que eram distribuídos à população.²⁶¹ Em anos anteriores, Menelik já era mencionado em alguns jornais da Bahia que o retratavam como um déspota ou uma figura excêntrica e até

²⁵⁸ *O Exemplo*, 8/04/1917, p. 1.

²⁵⁹ *O Exemplo*, 8/04/1917, p. 1.

²⁶⁰ ALBUQUERQUE, Wlamyra. Op. Cit., 2009, p. 197.

²⁶¹ Menelik II era o monarca que governava a Etiópia quando da tentativa de invasão imperialista pela Itália, frustrada em 1896.

mesmo bizarra.²⁶² Os membros da Embaixada Africana, no entanto, acionaram sua figura de maneira positiva, nos demonstrando- assim como a coluna de *O Exemplo*-, como a comunidade negra selecionava referências em circulação, relacionadas ao continente africano, e as mobilizavam afim de construir elos, noções de pertencimento e diferenças étnico-raciais e, assim como também sugere a autora, formas de lidar com os limites impostos ao exercício da cidadania para negros e negras.²⁶³

O trecho também refere como a cor permanecia sendo vista como um fator de interdição de direitos, ainda que constitucionalmente a sociedade republicana não admitisse o emprego da raça como critério negador de cidadania. No entanto, assim como demonstra a atuação do Colégio de Petrópolis, a prática de indivíduos e instituições operava em outro sentido – a cor da pele e os traços físicos afastavam crianças negras de certos espaços escolares, ainda que o ensino fosse público, pelo menos o primário. Como elemento de denúncia, em outra edição, *O Exemplo* mais uma vez reclamava da postura da imprensa gaúcha. Ao contrário do que acontecia no Rio de Janeiro ou em São Paulo, no Rio Grande do Sul apenas “A Federação” juntava-se ao coro de repúdio ao caso. Argumentando que tal tarefa seria uma demonstração de patriotismo e que, portanto, deveria ser encarada pelo conjunto da sociedade, os redatores reclamam que a falta de apoio se deve ao fato que “hoje, como ontem, só deve ter patriotismo o negro”. O “ontem” referia-se novamente à escravidão, tempo em que o negro “humedeceu e cimentou todas as atividades que hoje representam o trabalho de três séculos em nossa Pátria”.²⁶⁴ Por fim, por pressão da mobilização que repercutiu em todo o país, em agosto do mesmo ano, o Conselho Superior de Ensino – órgão de nível federal – decidiu por condenar a administração do colégio (não consegui acessar exatamente o conteúdo da condenação). A explanação a respeito do caso envolvendo o filho de Hemetério é importante para observarmos os usos e as disputas que o jornal fazia do contexto para combater casos de “preconceito de cor”, que permaneciam enquanto uma pauta necessária.

O tom de denúncia a respeito dos casos de racismo foi amplamente empregado pelos redatores de *O Exemplo* de forma a combater tais práticas. Alberto, por exemplo, não chega à mesma conclusão quando analisa a imprensa negra paulista de início do século XX. De acordo com a autora, nos primeiros 25 anos do século, aqueles intelectuais, “na tentativa de refutar as atitudes racistas dos homens brancos, traçaram uma estratégia política que em grande parte evitava o confronto direto sobre as questões raciais”.²⁶⁵ Nesse sentido, a estratégia observada

²⁶² ALBUQUERQUE, Wlamyra. Op. Cit., 2009, p. 206.

²⁶³ Ibidem, p. 200.

²⁶⁴ *O Exemplo*, 29/04/1917, p. 1.

²⁶⁵ ALBERTO, Paulina L. Op. Cit., 2017, p. 56.

no interior de *O Exemplo* foi manejada com finalidade de expor e condenar casos de discriminação racial. A exposição de tais acontecimentos está inserida em um debate amplo acerca de um projeto de República, algo largamente desenvolvido pelo periódico.

O contexto de vigência e desdobramentos da Primeira Guerra Mundial proporcionou não apenas o acirramento das tensões de classe, amplamente percebidas pelo “Exemplo” em seus artigos, mas também o debate acerca das definições de raça e cor. A intenção aqui não é sugerir que as tensões raciais foram deixadas de lado em nome da construção de uma identidade nacional ou de um povo homogêneo, mas estabelecer relações possíveis entre raça, cidadania e nacionalidade no contexto do conflito internacional. É preciso levar em conta que o fomento republicano às idéias nacionalistas também foi manipulado pelas classes populares e por pessoas de cor, que também buscavam entrar na disputa por essas definições.

Importante lembrarmos que os debates em torno da identidade nacional não são característicos apenas deste período em *O Exemplo*. A partir de 1910, de acordo com Xavier, há uma readequação do discurso exposto no jornal no que tange aos significados da raça, aparecendo a ideia de mestiçagem como algo positivo.²⁶⁶ Nesse contexto, denominações como “criolo” vão ser rechaçadas, pois, como vimos, podiam remeter a um passado escravista, o que não poderia ser admissível em uma sociedade republicana, que deveria promover a igualdade entre todos os brasileiros sem distinção. Contudo, a autora também ressalta que os conflitos envolvendo justamente a discriminação por cor exigiam que essa identidade também fosse acionada com um sentido de solidariedade.²⁶⁷ Sendo assim, o contexto proporcionado pela Primeira Guerra talvez se mostrasse como mais um momento de afirmar uma nacionalidade que devesse garantir uma cidadania sem distinções. Isso não impediu que as denúncias envolvendo casos de racismo estivessem em pauta – vimos a indignada coluna envolvendo o jornal republicano “A Razão” ou a campanha em torno do caso do professor Hemetério – e, muito provavelmente, eram uma forma de afirmar que, naquela sociedade, não poderia mais haver espaço para discriminação. Nesse sentido, aquilo que Du Bois denominou como dupla-consciência (essencial para compreender a história do povo negro americano) mostra-se indispensável para entender os embates que envolviam o desejo de “o indivíduo ser tanto negro quanto americano”²⁶⁸ sem que com isso implicasse contradição ou expusesse os negros a qualquer tipo de violência.

²⁶⁶ XAVIER, Regina. Raça, cor e classe: debates em torno da construção de identidades no RS no pós-abolição. In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe (org.). *Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos*. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 144.

²⁶⁷ Ibidem, p. 145.

²⁶⁸ W. E. B. Du Bois. *As almas do povo negro*. p. 39, 1903. Disponível em: <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/as-almas-do-povo-negro-w-e-b-du-bois.pdf>.

No contexto analisado nesta segunda parte do capítulo, os redatores de *O Exemplo* estiveram atentos às discussões nacionais sobre raça. Em coluna de 1917, o jornal informa ter recebido de Alvaro Bomílcar o livro intitulado “O preconceito de raça no Brasil”, que fora publicado no ano anterior.²⁶⁹ De acordo com o informe, a obra trazia uma nova perspectiva acerca do preconceito racial no Brasil e teria sido motivada pela Revolta da Chibata (1910) e pela persistente seleção de pessoas de acordo com a sua cor para ocupar cargos do alto-comando da Marinha. Antes de analisar o conteúdo da coluna, é importante sabermos quem afinal era Alvaro Bomílcar e, em linhas gerais, qual o conteúdo de suas contribuições.

Nascido no Ceará em 1874, iniciou sua carreira profissional no Exército, atuou no campo do jornalismo, da sociologia, da literatura e formou-se em Direito. Com trânsito no meio intelectual brasileiro entre o final do século XIX e início do XX, denunciava a predominância portuguesa em setores da economia nacional e também sua influência na imprensa.²⁷⁰ É nesse sentido, inclusive, que caminha o artigo escrito por Bomílcar na única edição da “*Revista Gil Blas*” (1919-1923), fundada por ele, que consegui localizar. No texto, há um protesto a respeito do domínio português na imprensa, que remontava ao período monárquico e se perpetuava por meio da compra de inúmeros jornais e revistas por portugueses, sobretudo no Rio de Janeiro, o que acabava alargando o poder de influência portuguesa por todo o país e, conseqüentemente, interrompia o desenvolvimento de uma imprensa voltada ao interesse nacional.²⁷¹ Era através da “*Gil Blas*” que o movimento conhecido como Propaganda Nativista (1919) expunha suas ideias. De viés nacionalista mais radical, sua emergência está inserida nos debates e nas disputas colocadas na Primeira República e no pós-Primeira Guerra Mundial acerca da identidade nacional, que envolviam a exaltação ou o afastamento da influência portuguesa no país. Abaixo, cito um trecho de “*O Preconceito de raças no Brasil*”, onde o autor critica a alta intervenção portuguesa na sociedade brasileira e opõe às discriminações ocorridas contra indígenas, negros – aqui empregado como sinônimo de africano – e seus descendentes:

No Brasil rende-se um culto exagerado a Portugal [...]. Que somos uma colônia de lusitanos, tudo está a indicar, desde a nossa prevenção contra os estrangeiros de outras origens, até a nossa intolerância e hostilidade aos

²⁶⁹ *O Exemplo*, 07/10/1917.

²⁷⁰ GOMES, Nataniel dos Santos; Paulino, Eliane dos Santos. Álvaro Bomílcar e a “Língua brasileira”: do Almanack Corumbaense à *Revista Gil Blas* - Uma visão diacrônica. *Revista Philologus*, ano 21, n. 61: Anais... VII SINEFIL. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan/abr, 2015.

²⁷¹ BOMÍLCAR, Álvaro. A imprensa “brasileira” do Rio de Janeiro. *Revista Gil Blas*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1919, p. 4.

próprios brasileiros que têm a infelicidade de descenderem mais proximamente dos negros e dos espoliados indígenas [...].²⁷²

No texto “O problema do negro na sociologia brasileira”, Alberto Guerreiro Ramos dedica algumas linhas ao pensamento de Álvaro Bomílcar. De modo geral, o conjunto desta obra de Guerreiro Ramos tece críticas às ciências sociais brasileiras, sobretudo à antropologia, que se valem das interpretações teóricas estrangeiras para o entendimento das relações raciais no país, desconsiderando muitas vezes as dinâmicas internas da formação nacional. Tais estudos, de acordo com o autor, são reflexos do então estado da produção científica no Brasil, ainda marcada por uma carência de “funcionalidade e autenticidade”.²⁷³ Nesse sentido, Guerreiro Ramos observa que, apesar de Álvaro Bomílcar ter sido esquecido pelo meio intelectual brasileiro, sua principal e importante colaboração consistia na afirmativa de que, embora a ciência tenha recorrido ao mestiço brasileiro em suas análises, os critérios academicistas ainda levavam em conta as teorias vindas da Europa, sendo este o fato que dificultava “a elaboração da autoconsciência nacional, inclusive da realidade étnica do país”.²⁷⁴

Analisando outra obra escrita pelo autor, “A política no Brasil ou o nacionalismo radical”, de 1920, Lúcia Oliveira também identifica a necessidade, apontada por Bomílcar, de que o Brasil tenha uma versão histórica voltada para os interesses nacionais.²⁷⁵ O livro em questão é uma compilação de artigos escritos ainda em 1917, onde se identifica uma perda de consciência nacional e “o desejo de adquirir nacionalidade própria”; fatores que deveriam ser reconstruídos através da referência às nossas tradições e centrados “na capacidade da nossa raça, na consciência das nossas possibilidades e na nossa força”, elementos identificados pela autora na obra de Bomílcar.²⁷⁶ No texto, o autor aponta para a colonização portuguesa e sua contínua influência no país como responsáveis pelas dificuldades na construção de uma nacionalidade brasileira, mas destaca que “sua luta não é contra os portugueses que acatam nossas leis e tradições, mas contra a hegemonia portuguesa no comércio e na imprensa.”²⁷⁷ Defende ainda que, ao invés de recorrer a autores estrangeiros, o correto seria “voltar os olhos

²⁷² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense: Brasília: CNPq, 1990, p. 192. p. 135.

²⁷³ RAMOS, Alberto Guerreiro. Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, v. 2, n. 2, p. 189-220, jan./jun. 1954. Republicado em: Simon Schwartzman (editor). *O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981, p. 39-69.

²⁷⁴ Ibidem.

²⁷⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi . Op. Cit., p. 133.

²⁷⁶ Ibidem, p. 134.

²⁷⁷ Ibidem, p. 134.

para a ciência nacional.”²⁷⁸ A política no Brasil, de acordo com a leitura que Lúcia Oliveira fez de Bomilcar, traz diversas referências ao brasileiro enquanto um povo mestiço. Dizia ele: “Devemos orgulhar-nos de nossas origens americanas e de ser um conglomerado de todas as raças”,²⁷⁹ ou ainda “o brasileiro deve orgulhar-se de suas origens americanas e saber que a mestiçagem não foi um mal, mas um bem coletivo.”²⁸⁰ Lúcia Oliveira atribui ao autor a ideia de que “o povo brasileiro é composto por mestiços, párias, desclassificados”, algo que “está presente no pensamento de Bomilcar desde a edição do seu livro *O preconceito de raça no Brasil*, em 1916”.²⁸¹ Trata-se justamente da obra que circulou entre os redatores de *O Exemplo* em 1917.

Havia, contudo, outros pensadores do período que compartilhavam de ideias semelhantes. Manoel Bomfim (1868-1932), por exemplo, explicava o atraso social e econômico da América Latina pela espoliação colonial espanhola e portuguesa, negando a suposta inferioridade racial de seus habitantes. Com base em variados autores, Bomfim argumentava que, no Brasil, a mestiçagem teria proporcionado aspectos positivos ao país, inclusive a ausência do preconceito de cor.²⁸² Alberto Torres (1865-1917) era outro intelectual que ia no mesmo sentido, ao apontar a exploração estrangeira como explicação dos problemas enfrentados nos países coloniais. Guerreiro Ramos, apesar de não concordar com a totalidade de ideias apresentadas por Torres – tal como a afirmação de que o cruzamento racial deveria ser evitado em função da degeneração, ainda que ele não defendesse a superioridade de uma raça em relação a outra –, referencia sua importância no sentido de analisar nossa formação nacional levando em conta o caráter da colonização por aqui observada e não apenas as categorias oferecidas pela antropologia europeia.²⁸³ É importante dizer que os pensadores citados até aqui (Álvaro Bomilcar, Manoel Bomfim e Alberto Torres) são todos brancos, ligados a profissões como medicina e direito, que atuavam no meio intelectual e político daquele contexto.

Voltando a Bomilcar, o que mais nos interessa em sua obra é o fato de que o autor não via a mestiçagem como elemento explicativo da inferioridade nacional – pelo contrário,

²⁷⁸ Ibidem, p. 138.

²⁷⁹ Ibidem, p. 139 apud Bomilcar, Álvaro. *A política no Brasil ou o nacionalismo radical*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurilo, 1920, p. 168.

²⁸⁰ Ibidem, p. 139 apud Bomilcar, Álvaro. *A política no Brasil ou o nacionalismo radical*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurilo, 1920, p. 133.

²⁸¹ Ibidem, p. 139.

²⁸² DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. *Revista Dossiê*, 2009, p. 67.

²⁸³ RAMOS, Guerreiro. Op. Cit., 1954.

exaltava a “mistura” de “raças” como um fator positivo, e é com esse sentido que o livro é referenciado em “O Exemplo”. Os redatores do jornal recebem *O preconceito de raça no Brasil* com bastante entusiasmo, adicionando que, naquele contexto, ainda havia pessoas que não compreendiam “que os três séculos de nossa existência já produziram uma nacionalidade própria em nosso país, inconfundível com qualquer outra.”²⁸⁴ Corroboraram, assim, as ideias de Bomfílcar, que não acreditava na superioridade de uma raça sobre as outras e se contrapunha às teorias raciais elaboradas por Arthur de Gobineau. Nesse sentido, a coluna aciona a ideia da “colaboração” das diversas origens raciais como uma particularidade positiva da formação nacional brasileira. O texto de O Exemplo afirma que “mesmo que viessem os ‘puros’ [uma provável referência aos imigrantes europeus], esses mesmos ainda assim se mesclariam e se assimilariam aos costumes da etnia local” e invoca, para embasar tal afirmação, o seguinte argumento:

[...] dar-se-ia o mesmo que as plantas que uma vez enxertadas conservam as propriedades do elemento antigo adquirindo poucas do novo. Se fosse o enxerto novamente enxertado ele ia ser um produto novo a misturar-se com uma espécie nova. Esse último produto será uma coisa pura? O próprio fato do cruzamento repele a afirmativa.²⁸⁵

Assim, a interação estabelecida entre diferentes tipos permitiria uma espécie de troca que, ao final, produziria um tipo com características oriundas de antepassados diversos. O entendimento de que a mestiçagem era responsável por viabilizar um tipo brasileiro é aqui acionada através de um exemplo que vem da própria natureza. Não haveria preponderância de nenhum dos tipos que se cruzaram, mas, pelo contrário, a mistura faria emergir uma espécie diferente das anteriores. Na apropriação que os redatores do jornal O Exemplo fizeram das teorias científicas e biológicas, havia seleções e exclusões: a ideia de superioridade de uma raça sobre as outras foi rejeitada e o resultado da “mistura” surgia como algo completamente novo e original. A denúncia do “preconceito de cor”, atitude sempre presente nas páginas de O Exemplo, não era incompatível com a defesa da miscigenação como fator formativo de uma identidade nacional e de sua originalidade. É nesse sentido que trago o texto exposto a seguir, também extraído de O Exemplo.

Em um novo caso de discriminação racial, denunciado em uma coluna de 1918, o periódico expõe que a filha de um amigo próximo aos redatores do Jornal tivera sua matrícula rejeitada no Colégio Nossa Senhora dos Anjos, de Porto Alegre “sob o pretexto de que a

284

O Exemplo, 07/10/1917.

285

O Exemplo, 07/10/1917, p. 2.

menina, devido ao amorenado de sua cor seria muito ridicularizada pelas outras”.²⁸⁶ A coluna rebate tal argumento, defendendo que se ocorressem casos como o alegado pelo Colégio, seria de inteira responsabilidade das freiras da Instituição a repreensão dos episódios, de forma a manter a reputação e a disciplina da escola. O texto afirma ainda não ser a primeira vez que “as freiras teutônicas” tomam atitudes no sentido de interditar a presença de crianças negras. Apela para a intervenção do então Arcebispo Dom João Becker para que ensinasse a elas “um pouco da história da nossa gloriosa nacionalidade”. Fazendo uma referência à origem alemã das freiras, a coluna afirma que

nós, os brasileiros, se não invejamos a cultura que invade e devasta cidades e trucidada mulheres e crianças, temos no entretanto no mais alto apreço a intrepidez e o valor do Marinheiro negro Marcílio Dias, do famoso índio (Felipe) Camarão e do negro Henrique Dias. [...] é preciso que as freiras teutônicas saibam que da fusão desses e de outros elementos resultou a formação do tipo mestiço que é o traço característico do brasileiro [...].²⁸⁷

A um só tempo, a coluna relaciona a cultura Europeia com elementos de incivilidade, invoca sujeitos negros e indígenas como essenciais para a constituição do brasileiro e reafirma a ideia de que a originalidade brasileira consiste na fusão de diferentes grupos.

Os debates acerca da mestiçagem atravessam a história do país e, nesse sentido, é preciso recuperar as principais ideias a respeito da formação brasileira, a recepção do racismo científico e as disputas em torno do que constituiria a identidade nacional. A partir da segunda metade do século XIX, as teorias raciais que pregavam a inferioridade do negro e do mestiço ganham mais força no Brasil, dialogando com o processo de abolição definitiva da escravidão e, posteriormente, de estabelecimento de um Estado republicano liberal. Era preciso assentar novos padrões que determinassem o exercício – ou a interdição – da cidadania, tendo sido tais teorias empregadas com objetivo de perpetuar as hierarquias sociais, como observou Wlamyra Albuquerque.²⁸⁸ No entanto, como já sabemos, essas ideias receberam em território brasileiro interpretações originais da elite intelectual.²⁸⁹ Entre o final do século XIX e o início do século XX, partindo de uma realidade em que a mestiçagem era presente, essa intelectualidade se propôs a pensá-la a partir de interpretações que oscilavam em torno de basicamente dois pontos de vista. O primeiro deles, defendido por indivíduos como o médico e antropólogo maranhense

286 O Exemplo, 14/04/1918, p.1.

287 O Exemplo, 14/04/1918, p.1.

288 ALBUQUERQUE, Wlamyra. Op. Cit., 2009.

289 SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças*. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 24.

Nina Rodrigues, estabelecia um diálogo mais direto com as teorias que viam o mestiço como biológica e moralmente degenerado – já que era o resultado da mistura de duas raças distintas e, por esse motivo, fadado ao fracasso. Já o segundo ponto de vista tinha como base as ideias que dialogavam mais diretamente com a teoria do evolucionismo – ou seja, ainda que vissem o mestiço como racialmente inferior, apostavam na mestiçagem como ferramenta de branqueamento (físico e moral) da população, como pregava Silvio Romero.²⁹⁰

Mesmo com o avançar do século XX e com a consolidação da República, os significados que envolviam o mestiço não deixaram a arena dos debates, fossem eles travados pela elite intelectual ou por pensadores das classes subalternas. Ainda estavam em jogo as disputas em torno formação étnica nacional, que passavam pelo pensamento acerca da formação do país. Para Larissa Vianna, o debate sobre a mestiçagem e a sua relação com a unidade nacional se apresentava como um campo aberto para disputas na década de 1910. Segundo a autora, é possível afirmar que há um processo de surgimento de uma identidade nacional mestiça ainda na primeira república. A ideia de um “Brasil mestiço”, nesse sentido, “tem uma história anterior a Gilberto Freyre”.²⁹¹ Com base na análise da produção intelectual inscrita em periódicos do Rio de Janeiro no período (1904-1914), Larissa Vianna afirma que, embora se tenha encarado a mescla de três raças como positiva e produtora de uma singularidade nacional, a mestiçagem não foi lida de forma homogênea.

Analisando a produção escrita veiculada em periódicos, a autora afirma que as formulações e os debates acerca da questão racial durante a Primeira República não estiveram circunscritos apenas à adoção das teorias raciais vindas de fora e ao rechaço de tudo aquilo que remetesse a traços negros e mestiços como forma de elaboração de um projeto civilizador.²⁹² Havia posições de intelectuais que valorizavam o “legado cultural” deixado por africanos e descendentes, mas que liam a presença física de negros como algo inconveniente; outros, como o já citado Manoel Bomfim, que viam como inapropriada a vinculação de teorias biológicas à sociedade humana; e também argumentos que combatiam as visões negativas a respeito do Brasil negro e mestiço, exaltando seu papel na formação brasileira sem que para isso fosse necessário recorrer à mestiçagem no sentido de branqueamento, como fez Olavo Bilac. Para este último, inclusive, havia uma “singela e admirável harmonia” entre as raças que contribuíram para a formação brasileira. Juliano Moreira, por exemplo, rechaçou os argumentos de inferioridade intelectual dos mestiços, argumentando que apenas a educação e a moralização

²⁹⁰ VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007, p. 22.

²⁹¹ Ibidem, p. 57.

²⁹² Ibidem, p. 64.

seriam as chaves para a superação dos “defeitos dos pretos”, que não eram “maiores que os dos brancos.”²⁹³

Enfim, a autora nos fornece uma variedade de formulações que não se baseiam apenas nas teorias racistas da Europa ou dos Estados Unidos como fundamentação. Assim como afirma Carolina Dantas, entender a complexidade dos diálogos que se faziam presentes naquele momento não consiste em menosprezar o peso da ideologia que pregava a inferioridade intelectual e moral de africanos e seus descendentes, principalmente no que diz respeito à sua incorporação pelo Estado brasileiro pelo viés do controle sobre essa população durante a primeira República.²⁹⁴ Pelo contrário, tais exemplos ajudam a compreender um pouco melhor o cenário em que O Exemplo estava inserido, compreendendo que seus debates estavam em diálogo com o que era debatido em outras regiões do país.

Recorro a Antônio Sérgio Guimarães no sentido de aprofundar interpretações que já apresentei em outros momentos do texto. Para o autor, nos anos finais do século XIX e nos que correspondem à primeira república, “ganha corpo nos meios negros uma forma de sentir-se parte da nação brasileira”,²⁹⁵ o que leva a disputas que, segundo o autor, “serão institucionalizados no período seguinte, no Estado Novo e na Segunda República (1930-1964), como democracia racial”.²⁹⁶ Ainda que existisse um projeto de subordinação da massa negra e mestiça pelo projeto republicano dominante, visto como uma maneira de frear as mobilizações em torno da campanha abolicionista, o autor defende que tal concepção não foi pensada sem disputas. Nesse sentido, os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade são incorporados pela República brasileira, mas tiveram sentidos diversos para os diferentes atores sociais do período. Havia uma gama de intelectuais, tais como jornalistas, artesãos e literatos, que, assim como o sentimento popular, pensava além dos ideais de cunho mais liberal, veiculados sobretudo por uma camada média branca, e que pregavam a liberdade e a igualdade de oportunidades e de tratamento a partir do regime republicano. Para os primeiros, estava em voga sobretudo “livrar-se do preconceito de cor e do estigma da escravidão, pensando a nação brasileira como mestiça”. De acordo com Antônio Sérgio Guimarães, a igualdade de tratamento ou oportunidades para esses setores estava ligada a um ideal que tratava negros, pardos e mestiços

²⁹³ Ibidem, p. 75.

²⁹⁴ Ibidem, p. 78.

²⁹⁵ GUIMARÃES, Antônio Sérgio. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça), *Dossiê Relações Raciais e Ação Afirmativa*, n 2, jul- dez 2011, p. 19.

²⁹⁶ Ibidem.

“como simplesmente brasileiros”²⁹⁷ e identifica seu surgimento nos anos anteriores à Proclamação da República.

Assim, o ideal de igualdade e fraternidade caminhava no sentido de pertença a um grupo nacional em que a cor não fosse critério para barrar direitos nem servisse como orientação para diferenças de tratamento e de oportunidades. É da fusão entre o entendimento de igualdade e de fraternidade que, de acordo com o autor, intelectuais da elite como Gilberto Freire irão se apropriar “para pensar um modo de solidariedade nacional que, de certa maneira, prescindir da garantia de direitos políticos, sociais e civis dos negros, mestiços e pobres.”²⁹⁸ Assim, entendo que o debate em torno da mestiçagem apresentado por *O Exemplo* estava situado no terreno das disputas sobre a identidade nacional – ainda que dialogasse com a mestiçagem, mostrava-se como um caminho para que fosse atingida a efetiva igualdade sem distinção de cor – e sobretudo como forma de se contrapor ao racismo que, como demonstram as denúncias elaboradas pelo jornal, continuava permeando as vidas das pessoas negras de todo o país. No mesmo sentido parece caminhar a coluna que analiso logo abaixo, na qual os redatores se valem do discurso patriótico, afluído muito em função do contexto da Primeira Guerra, para se contrapor à discriminação racial.

O artigo “Um protesto sensato” versa a respeito de uma denúncia, vinda de Bagé, de que alguns homens de cor na cidade estavam se posicionando contra a ideia de fundar no local uma linha de tiro composta exclusivamente por homens de cor.²⁹⁹ O texto elaborado pelo jornal vem em tom de apoio aos que se manifestaram contra a ideia, defendendo que tal postura era “infeliz e anti-patriótica” naquele contexto. O manifesto elaborado por um grupo de homens negros de Bagé é integralmente transcrito nas páginas de *O Exemplo*; porém, não irei reproduzi-lo em sua totalidade, pois acredito que, para as finalidades de minha análise, é de maior proveito me ater à postura adotada pelo jornal diante do caso. De todo modo, é importante dizer que o documento aciona a ideia de cidadania e igualdade para todos os brasileiros, independentemente da cor, e que, por isso, o exercício do civismo deveria ser igualmente exercido, afirmando que “se não somos suficientes para receber instrução conjuntamente com os nossos patrícios brancos também não o devemos ser para expormos o peito à bala no fragor dos combates”,³⁰⁰ destacando ainda “que oficiais e soldados pretos e brancos têm formado uma amálgama de acendrado amor pela pátria comum.”³⁰¹

297 Ibidem, p. 32.

298 Ibidem, p. 33.

299 *O Exemplo*, 02/01/1917.

300 *O Exemplo*, 02/01/1918, transcrição do Manifesto de Bagé, p. 1.

301 *O Exemplo*, 02/01/1918, transcrição do Manifesto de Bagé, p. 1.

Logo após a transcrição, O Exemplo destaca que em Porto Alegre a ideia também já havia sido fomentada por “indivíduos que não conhecem as páginas da nossa etnologia”, ressaltando que, felizmente, a ideia não se concretizou já que acabaria sendo “um meio muito fácil de desagregar as forças da nação”, algo que julgavam prejudicial para o momento. Esse texto, uma vez mais, vale-se do entendimento de que, naquele contexto, já não eram mais aceitáveis casos de discriminação, pois “o estado atual do progresso social não comporta mais as repelentes ideias preconceituosas”. Por fim, afirmavam a necessidade de que todos soubessem que “não pode ser patriota aquele que não sabe amar as tradições da pátria, sejam elas quais forem.”³⁰²

A manifestação de sentimentos patrióticos ganha força, segundo Leonardo Pereira, a partir da década de 1910, guardando muita relação com os conflitos mundiais que iriam culminar na Guerra, os quais tiveram desdobramentos mesmo em países que não se envolveram diretamente no conflito – caso do Brasil.³⁰³ O autor analisa as manifestações de um sentimento nacional pelas classes populares a partir do desenvolvimento do futebol no país no início do século XX e uma de duas conclusões, especialmente importante para este trabalho, é de que esse sentimento de pertencimento à comunidade nacional operava como meio de afirmação do valor de grupos sociais discriminados. Temos, por exemplo, as partidas de equipes brasileiras contra times estrangeiros, ocasiões que se transformavam em momentos propícios de manifestações de orgulho patriótico pelas classes populares, justamente como uma forma de afirmar esse pertencimento.³⁰⁴ Assim, mais do que compreender o acionamento do patriotismo de forma conjuntural (porque não é apenas nessa conjuntura que o jornal acionará tal conceito) ligado ao arcabouço ideológico em voga durante a Primeira Guerra Mundial, minha reflexão caminha no sentido de apontar como o conceito foi utilizado na coluna como parte dos debates acerca da estruturação racial do país.

Desse modo, é importante frisar que haviam tensões internas na afirmação de um patriotismo que muito tem a ver com as disputas em torno da identidade nacional. Em 1910, por determinação do governo federal, jogadores negros foram impedidos de compor a seleção brasileira em uma partida fora do país. Não era possível, de acordo com aquela elite dominante, que o país fosse representado por homens negros. O fato, no entanto, não passou despercebido e uma série de manifestações de rechaço foram executadas, podendo ser lidas como uma reivindicação da população negra ao patriotismo e à sua inclusão nos times nacionais como

³⁰² O Exemplo, 02/01/1918.

³⁰³ PEREIRA, Leonardo de Miranda. *Fooballmania: Uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 142.

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 143.

forma de disputar a construção de uma imagem nacional que os contemplasse.³⁰⁵ Assim, a coluna de O Exemplo nos convida a analisar as manifestações patrióticas com um sentido não apenas de reivindicar seu pertencimento, mas também de enfatizar que os homens negros eram fundamentais para o sucesso do Exército brasileiro, assim como havia sido Henrique Dias (atuante nos conflitos envolvendo a expulsão dos Holandeses de Pernambuco no século XVIII), também citado no manifesto de Bagé. Além disso, certamente os redatores do texto viam a iniciativa de criação de um tiro de guerra separado para homens negros como uma forma de segregação, aos moldes do que acontecia nos Estados Unidos, já que não foram poucas as ocasiões em que o país foi citado de forma negativa por tais práticas.

Como enunciado anteriormente, o que conhecemos como a ideologia da Democracia Racial no Brasil começa a ser gestado já no período pós-abolição, sendo o livro de Gilberto Freyre (publicado em 1933) o resultado ou a síntese de teorias que já vinham sendo elaboradas nas décadas anteriores. Nesse sentido, talvez seja possível imaginar que os redatores de O Exemplo, estando atentos aos debates do contexto, que introduziam ideias em torno da positividade da formação étnica brasileira e da ausência de segregação por origem ou cor – um dos pilares que endossarão a ideologia da democracia racial –, também se colocassem no cenário pela disputa de ideias. No entanto, o estabelecimento de tais diálogos não significou afirmar, por parte do jornal, que aquele momento da formação racial/étnica brasileira teria proporcionado a ausência de discriminações dessa natureza, como pregariam os teóricos dessa ideologia. Nesse sentido, o que observamos é a contínua necessidade de denúncia dos casos de racismo que seguiam acontecendo nessa que era uma sociedade que não definia em sua legislação qualquer discriminação para o exercício da cidadania, mas que em seu cotidiano negava tais direitos às pessoas negras, já que estava estruturalmente organizada a partir da ideia de raça.

Analisando o período a partir de 1920, Ângela Oliveira identifica a continuidade desse diálogo. De acordo com a autora, foram inúmeras as vezes ao longo da década de 1920 que O Exemplo denunciou o preconceito racial e sua persistência nas relações sociais tanto no Rio Grande do Sul quanto no restante do país – mas sem deixar de acreditar que sua superação fosse possível.³⁰⁶ Em um contexto de valorização da mestiçagem enquanto componente da identidade nacional, os articuladores afirmavam que “não se discute a supremacia de nenhuma raça. Comenta-se a sua igualdade, só”,³⁰⁷ demonstrando que estavam atentos aos debates que

³⁰⁵ Ibidem, p. 179.

³⁰⁶ OLIVEIRA, Angela. Op. Cit., 2017, p. 100.

³⁰⁷ Ibidem.

abarcavam a temática da identidade nacional. O diálogo com ideias de “harmonia racial”, como demonstra Paulino Alberto, esteve no centro das discussões da imprensa negra paulista dos primeiros anos do século XX.³⁰⁸ A autora também identifica que tais diálogos, que se pautavam na inclusão racial e se inseriam nas disputas vinculadas à formação nacional brasileira, não excluía as denúncias feitas por aqueles intelectuais negros, ainda que, como já destacamos, tais denúncias procuravam evitar o conflito e o enfrentamento direto. Para a autora, eles “aproveitaram as potencialidades progressistas de ideologias que equiparavam mistura racial com inclusão social”,³⁰⁹ manuseando-as como mais um elemento para a composição das denúncias a respeito de teorias e costumes que colocavam a população negra como racialmente inferior.

A partir de textos específicos escritos por Christiano Fettermann e Alcides Chagas Carvalho e me valendo também de textos não assinados, procurei demonstrar como, nos dois períodos tratados neste capítulo, os debates a respeito dos limites da República e a necessidade de ampliação de direitos em uma sociedade do pós-abolição ainda permaneciam urgentes. Para isso, os redatores de *O Exemplo* acionavam denúncias de discriminação racial e dialogavam com a ideia de que no Brasil se formaria um tipo particular, formado pela mistura de diferentes origens étnicas. Sustento que tal postura foi mais uma das formas encontradas por aqueles homens negros de defenderem direitos, sem distinção de origem ou de cor, em uma sociedade igualitária apenas no papel. Estava em disputa, afinal, uma concepção de país que, ainda naquele momento, interditava o exercício da cidadania para a maioria de sua população. Diante do que foi possível analisar, isso não significou que os embates e as denúncias do persistente racismo não se mantinham urgentes – pelo contrário. A seu modo, os redatores refletiram e manejaram politicamente os debates relativos à mestiçagem em voga no período. A partir do repertório disponível à época, defenderam que um país plural, no que se refere à questão racial, não poderia admitir qualquer opressão nesse sentido.

O discurso patriótico também foi assim utilizado. De acordo com a definição empregada por *O Exemplo*, ser patriota necessariamente passava por não estabelecer diferenças e nem discriminação entre os indivíduos com base na cor. Além dos debates relacionados à raça, este capítulo também procurou observar a defesa de direitos e condições mínimas de vida propostas pelo jornal aos trabalhadores enquanto classe, que já experienciavam condições de superexploração em um contexto de quase ausência de direitos trabalhistas, mas que viam a situação se deteriorar ainda mais em função de uma política de aumento de preços estabelecida

³⁰⁸ Alberto, Paulina L. Op. Cit., 2017.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 23.

pelos governos em plena Primeira Guerra Mundial. Certamente, partiam do entendimento de que a parcela mais empobrecida da classe – e a mais atingida em momentos de crise – era composta em sua maioria por trabalhadores negros. Por fim, procurei demonstrar também, em menor medida, como O Exemplo manteve diálogo com a conjuntura e os debates intelectuais, políticos e econômicos não apenas em âmbito nacional, mas também internacional.

No último capítulo, vou retomar o diálogo com algumas fases de O Exemplo a partir de seus manifestos de fundação e refundação e de textos que remetem a eles em outras edições. Meu objetivo é mapear as permanências e possíveis modificações no projeto político apresentado e executado pelo jornal em diferentes conjunturas que abarcam desde o final do século XIX até os primeiros anos da década de 1910.

4 INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO NA BUSCA PELO “ADIANTAMENTO COLETIVO”: O EXEMPLO A PARTIR DOS MANIFESTOS DE FUNDAÇÃO E REFUNDAÇÃO

O presente capítulo tem como tema as narrativas políticas de fundação e refundação do Exemplo nos anos de 1892, 1902 e 1916. O objetivo é analisar as permanências, rupturas, reformulações e inovações no que diz respeito às reivindicações, objetivos e funções políticas do jornal em diferentes momentos, ampliando e aprofundando o que, em certa medida, também foi exposto nos outros dois capítulos. Para tanto, analiso as refundações com base nos exemplares que mencionam a ideia de refundação, e não apenas os exemplares específicos de cada uma delas, pois não tive acesso a todos os exemplares necessários. A justificativa para a abordagem das edições de refundação se ampara na tentativa de problematizar a ideia de permanência daquele projeto editorial, pois, de acordo com as análises realizadas, é possível observar linhas de continuidade ao longo do tempo principalmente no que tange à pauta da instrução em sentido amplo.

Ao mesmo tempo, houve inovações e renovações, sobretudo a partir do ano de 1916, que se relacionam a questões mais objetivas, tais como a ampliação do formato do jornal, as contribuições de colunistas ligados ao meio intelectual branco da cidade e, o que mais interessa a este estudo, o acionamento da educação por meio da incorporação de comportamentos associados a sentidos de respeitabilidade social. Ao contrário das fases que abarcam a primeira década do século XX, quando o coletivo responsável pelo periódico mergulhou na elaboração de projetos concretos que colavam a instrução como via essencial para a construção do progresso negro, o que observo a partir de 1916 é a ampliação das reclamações dirigidas ao Estado no que diz respeito à instrução formal e, ao mesmo tempo, a atribuição de responsabilidade a cada indivíduo na obtenção de um sentido de educação que abarcava comportamentos a serem seguidos.

Para a análise dos manifestos de refundação, recorro aos debates acerca do significado dos mitos de origem, proposto sobretudo por Mircea Eliade. Ainda que o autor aborde o conceito a partir de sociedades antigas, acredito que a ideia de mito pode ser útil à análise de outros contextos e temporalidades, por ajudar a compreender como as narrativas de continuidade e fidelidade ao projeto inicial são acionadas pelo jornal O Exemplo mesmo no avançar do século XX.³¹⁰ Para Eliade, a ideia de mito cumpre um papel fundamental em determinadas sociedades, fornecendo modelos e dando significado e valor à existência humana.

³¹⁰ ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Disponível em: <<http://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03/eliade-mircea-mito-e-realidade.pdf>>.

Relatando na maioria das vezes um fato acontecido em um tempo primitivo, tais histórias acabam por operar uma narrativa de criação em que, a partir de algum episódio ocorrido no passado, é explicado em grande medida o surgimento daquelas sociedades. Desse modo, o mito é acionado de forma constante e com sentido de legitimação e possibilidade de recuperação desse passado, que serve como modelo ou uma volta às origens.

Nesse sentido, pretendo investigar se a cada lançamento recorre-se à narrativa de que aquele instrumento político tem o objetivo de ser uma continuidade do que fora firmado em tempos passados. Não são poucas as vezes em que os redatores assumem a tarefa de lembrar aos seus leitores quais as motivações que fomentaram a criação do jornal e, no caso das refundações, as necessidades que ainda eram urgentes e demandavam a rearticulação daqueles e daquelas personagens em prol de objetivos que, segundo suas narrativas, tinham origem no passado. Assim, pode-se dizer que tais narrativas de ênfase na continuidade do projeto operam no sentido de modelo de surgimento de uma realidade – no caso, o jornal *O Exemplo* –, que poderia ser recuperável.³¹¹ Ainda que se possa identificar continuidades entre os anos, como a defesa da instrução no sentido amplo, há algumas modificações mesmo no que abrange essa pauta, o que se dá em virtude não apenas da mudança observada ao longo dos anos entre os redatores, mas também de possíveis adequações nas estratégias de enfrentamento ao racismo. Nos parágrafos a seguir trato brevemente de cada uma das conjunturas de fundação ou refundação de *O Exemplo* e analiso os temas desenvolvidos em cada uma delas, apontando ao/a leitor/a os elementos de continuidade e ruptura que foram possíveis identificar.

O já conhecido manifesto de 1892 marca a primeira fase de existência de *O Exemplo*, que se estende até 1897, período em que se intitulava “propriedade de uma associação”. De acordo com Marcus Rosa, o contexto deste surgimento é marcado pela difusão de uma ampla rede associativa em Porto Alegre – que observou a fundação de cerca de 72 associações fundadas por negros e negras entre o final do século XIX até a década de 1920,³¹² levando o autor a pontuar que o jornal, em diversos momentos, projetou a imagem de ser uma agremiação “de pretos”.³¹³ Ainda que tenham se unido na fundação de um projeto encabeçado por homens de cor na busca por direitos, no combate ao racismo e na afirmação de sua cidadania, *O Exemplo* fora fundado por personagens que tinham trajetórias plurais: advogados, como foi o caso de Arthur de Andrade, tipógrafos como Marcílio Freitas, funcionários públicos como Sérgio Aurélio de Bittencourt e Aurélio Veríssimo de Bittencourt Júnior ou, ainda, barbeiros, como

³¹¹ SOUZA, Jenny Gil. Os mitos de origem e a identidade nacional: A presença de D. Dinis no imaginário Leiriense. Acesso online.

³¹² ROSA, Marcus. Op., Cit., 2014, p. 269 apud MULLER, Liane. Op. Cit., 2013.

³¹³ Ibidem, p. 268.

eram Espiridião e Florêncio Calisto – os últimos eram proprietários da Barbearia onde nasceu o jornal.

De acordo com a bibliografia, já em seus primeiros números é possível identificar o diálogo de *O Exemplo* com diversas associações negras e também de trabalhadores que, como pontuado anteriormente, surgiam no período.³¹⁴ Ainda que se possa identificar no primeiro número características de um jornal voltado para temáticas literárias, a defesa dos interesses de classe e as notícias das associações negras também aparecem nos primeiros exemplares, quando há denúncia a respeito do aumento de impostos realizado pelo município e que, a partir daquele ano (1893), atingiria até mesmo as lavadeiras. Frisando o trabalho extenuante realizado por aquelas mulheres, em contraposição ao salário bastante baixo e o aumento de preços dos gêneros do dia a dia, os redatores denunciam que tal medida degradava ainda mais a vida daquelas mulheres.³¹⁵ Como já destacou Melina Perussatto, é a partir dessas evidências que se pode afirmar que nesses primeiros anos já havia, por parte de *O Exemplo*, alguma relação estabelecida com as questões operárias.³¹⁶

No que se refere ao manifesto de lançamento, destaco dois excertos que acredito serem elucidativos em relação aos propósitos defendidos pelos fundadores e expressos de forma bastante direta.

O nosso programa é simples e podemos exarar-lo em duas palavras: a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos. No desempenho desse encargo não estacaremos ante qualquer eventualidade que por ventura advenha, diante de qualquer obstáculo que surja a embargar-nos o passo, procurando banir de nosso espírito a ideia de enaltecer a nossa classe. (...) mostrar à sociedade que temos um cérebro que se desenvolve segundo o grau do estudo a que o sujeitem e, por consequência, que também nos podemos alistar nas cruzadas empreendidas pela inteligência muito embora algum estulto nos queira acoimar, seja porque desconheça as nossas legítimas aspirações ou seja porque faça parte dos doutrinadores que julgam o homem pela cor da epiderme.³¹⁷

O uso do termo classe por parte de *O Exemplo* já foi discutido na introdução da dissertação, sendo importante relembrar que tal definição era utilizada como forma de aglutinação e mobilização dos homens de cor naquele contexto. Cabe também chamar atenção para a importância do desempenho que deveria ser empregado para o alcance de tais objetivos, traduzidos no “aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”. O objetivo que estava

³¹⁴ MULLER, Liane. Op. Cit., 2013, p. 124; Pinto, Ana Flávia Magalhães. Op. Cit., 2010, p. 143.

³¹⁵ *O Exemplo*, 22/01/1893, p. 1.

³¹⁶ PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., 2018, p. 67.

³¹⁷ *O Exemplo*, 11/12/1892, p. 1.

em jogo era o aperfeiçoamento por meio de um maior acesso à instrução, sendo o adjetivo “mediocre” usado como sinônimo de modéstia ou algo que pode ser aperfeiçoado, recusando o rótulo de incapazes – pelo contrário, advogavam que possuíam um “cérebro que se desenvolve segundo o grau do estudo” – de adquirir conhecimentos, elaborando uma contraposição direta em relação às teses racialistas que pregavam a inferioridade do desenvolvimento intelectual e cultural entre os negros. Não havia, como colocava *O Exemplo*, qualquer diferença entre seus cérebros e os demais, o que de fato não interferia para o alcance de qualquer progresso intelectual. O texto também parece operar com a ideia de que apenas o mérito, adquirido por meio do estudo e dedicação, fosse levado em consideração em uma sociedade recém-republicana que estabelecia, em teoria, a cidadania e a igualdade. Como veremos adiante, a aposta no mérito conquistado por meio da qualificação será acionada em diferentes momentos de *O Exemplo* como forma de demover possíveis discriminações raciais.

De acordo com análise a respeito dos primeiros números de *O Exemplo*, José Antônio dos Santos identifica que a instrução era entendida na época como a “capacidade de saber ler, contar e escrever” tendo também “a aceção de aprimoramento técnico necessário para ocupar o mercado de trabalho”, pois as profissões como músico, carpinteiro, alfaiate, sapateiro e demais “precisavam dos ‘conhecimentos’ advindos da instrução primária que fosse para melhorar seus afazeres cotidianos”, permitindo às profissões artífices livrar-se da ignorância que os impedia também de conquistar “espaços laborais mais modernos”.³¹⁸ Para o autor, a instrução era utilizada pelos redatores de *O Exemplo* como principal meio de mobilidade social, pois seria por meio dela que teriam condições de realizar concursos públicos, vistos como meio de alcançar estabilidade financeira e respeitabilidade.³¹⁹ Como salientado por Melina Perussatto, é preciso ter em mente que os redatores da folha dialogavam com definições de instrução e educação de acordo com seu tempo.³²⁰ De acordo com dicionário francês de 1873, instrução corresponde a algo mais relacionado ao ensino formal adquirido nas escolas, sendo a educação algo mais relacionado aos costumes e boas maneiras.³²¹ No único dicionário brasileiro de língua portuguesa do século XIX localizado por mim (1832) e também utilizado pela autora, instrução significa “ensinar” e “doutrinar”, sendo que doutrina significava “ensinar para formar

³¹⁸ SANTOS, José Antônio dos. Op. Cit., 2011, p. 124.

³¹⁹ Ibidem, p. 155.

³²⁰ PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., 2018, p. 100.

³²¹ Ibidem, p. 100 apud E. M. Campagne, Dicionário universal de educação e ensino: útil à mocidade de ambos os sexos, às mães de família, aos professores, aos diretores e diretoras de colégios, aos alunos que preparam para exames, contendo o mais essencial da sabedoria humana. (tradução Camilo Castelo Branco). vol. 1. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1873, p. 789 apud Noemi Santos Silva, *O Batismo na Instrução: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial*. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014, p. 9.

o entendimento ou a moral” e o termo educação também era acrescido da ideia de boas maneiras, como “criação com ensino de doutrina e bons costumes”.³²² Ou seja, a instrução mais formal era compreendida como saber ler, escrever e, em um nível técnico-profissional, aprender algum ofício, enquanto educação era concebida mais como uma dimensão disciplinadora dos costumes.³²³ Também analisando os primeiros números do jornal, a autora coloca que o termo instrução estava associado ao progresso intelectual e à educação moral, identificando em vários textos a “inter-relação entre instrução e trabalho na busca pelo levantamento intelectual da classe”³²⁴ como via principal para a emancipação de fato.

A questão da moralidade já aparece no exemplar de fundação, pauta apontada também por outros autores.³²⁵ Observando e relatando o comportamento alheio, os redatores formulavam colunas intituladas de “alfinetadas”, “mexericando” e “caçoadas”, dedicadas a um certo controle do comportamento da comunidade negra da capital. No entanto, quero me deter na análise de uma coluna que pode ser vinculada ao tema da moralidade, mas que permite relacionar com mais qualidade esta pauta às estratégias de combate ao racismo elaboradas naquele contexto. O texto traz orientações a respeito do comportamento de algumas meninas, que acabavam sendo iludidas e mesmo abusadas por rapazes que não tinham interesse em casamento. Diz O Exemplo:

Nossas moças, modestas é verdade, não têm sabido (algumas) repelir com honra as intimidativas amorosas e vis que lhes têm sido feitas por seus falsos amantes. É assim que vemos aqui raptada A; ali violentada B; lá seduzida C; mais além, iludida D; e assim uma série de atos praticados sob a capa da amizade e promessas matrimoniais, que enchem de pelo aqueles que podem pactuar com esses indignos procedimentos. Sendo esse estado de coisas aparentemente permanente em nosso meio, urge que contra empreguemos medidas decisivas, já para moralizar a classe, já para cicatrizar o cancro que se mostra incurável.³²⁶

Para além da necessidade de interferência no comportamento feminino de forma a “moralizar a classe”, é necessário também pensarmos a respeito de como o gênero se vincula à raça. O termo “modesta” é usado no sentido de ingenuidade ou incapacidade daquelas meninas e mulheres em ter discernimento para se defenderem dos abusos cometidos por homens. Parece impossível ler a coluna sem refletir acerca dos lugares e práticas sociais que tratam essas

³²² PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da língua brasileira. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832.

³²³ PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., 2018, p. 101.

³²⁴ Ibidem.

³²⁵ MULLER, Liane. Op. Cit., 2013, p. 125.

³²⁶ O Exemplo, 11/12/1892, p. 2.

mulheres como não tendo direito a relacionamentos estáveis. O texto é objetivo ao mencionar as promessas de casamento vazias ou a aproximação pelo viés da amizade que fomentavam expectativas naquelas jovens e que acabavam nunca se concretizando. Em função da idealização, é possível perceber que os desdobramentos da opressão de gênero e raça são sobretudo violentos, exemplificados através de casos envolvendo raptos e a violência sexual.

É nítido que a coluna expõe tais problemas (da violência e do abuso) como algo frequente, e acaba apontando as mães como responsáveis pelos casos e pela superação de tal realidade: “se as mães se valessem pela educação das filhas, se lhes ensinasse claramente o caminho do bem, por certo não veríamos tantos erros e não lamentaríamos tantas desgraças”. Analisando escritos de algumas intelectuais negras no período pós-abolição dos Estados Unidos, Giovana Xavier analisa como aquelas mulheres assumiram a tarefa de construir uma nova imagem pública para a população negra naquele contexto, que deveria estar dissociada da escravização e calcada na educação e na civilidade³²⁷ – podemos adicionar, certamente, a moralidade. A autora identifica um processo de racialização do gênero que reservava a essas mulheres “o papel missionário de civilizar sua raça”,³²⁸ o que também estava ligado às imagens que a imprensa negra dos Estados Unidos criava a respeito do que seria uma “feminilidade negra respeitável”,³²⁹ havendo a necessidade de defendê-la “contra homens ignorantes que duvidavam da sua honra”.³³⁰

Sendo assim, a coluna de *O Exemplo* pode nos sugerir que a “moralização da classe” e o papel educativo das mulheres para o alcance desse objetivo estavam ligadas à necessidade de construção de uma imagem que incutia a elas a responsabilidade tanto pela defesa de sua honra – e não os homens que reproduziam aquele comportamento – quanto a formação de meninas que seguissem um padrão de conduta que as tornassem respeitáveis e educadas o suficiente para resistir aos abusos. Ou seja, parece que aqui a educação, no sentido dos costumes e das boas maneiras, está atrelada ao debate da moralidade, operando como mais uma estratégia construída com o intuito de enfrentamento ao racismo e, nesse caso, também à violência de gênero.

Mesmo não tendo acesso a todos os números de *O Exemplo* na primeira fase, em diálogo com outros estudos é possível afirmar que o principal tema abordado já nos primeiros anos daquele periódico estava em torno da instrução, como maneira de alcançar o progresso da comunidade negra de Porto Alegre. Contudo, identifiquei que esse apelo ao estudo, além do

³²⁷ XAVIER, Giovana. Esculpindo a “Nova Mulher Negra”: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos EUA (1895- 1904). *Cadernos Pagu*, janeiro-junho de 2013, p. 256-257.

³²⁸ *Ibidem*, p. 260.

³²⁹ *Ibidem*, p. 264.

³³⁰ *Ibidem*, p. 273.

intuito de elevar-se intelectualmente, estava desde o início do jornal vinculado à moralidade relacionada ao sentido de educação exposto acima, ou seja, para aprimorar comportamentos e posturas que faziam parte de um escopo de ações acionadas por negros e negras para que pudessem se livrar dos estigmas provocados pelo racismo.

4.1 1902: PROJETOS GESTADOS PARA O INÍCIO DO SÉCULO

Após um intervalo de quatro anos, O Exemplo volta a circular em 1902, novamente expondo em sua primeira edição um manifesto de lançamento. Antes de desenvolver a análise, convém informar que não localizei a íntegra da edição em questão, o que me fez buscar nas edições seguintes do mesmo ano e na bibliografia elementos que pudessem expressar as necessidades e objetivos que tornavam necessária a continuidade do empreendimento. No começo do século XX, O Exemplo passou a carregar o lema “Jornal do Povo”, que o acompanha por cerca de quinze anos. De acordo com José Antônio dos Santos, tal alcunha não tinha como objetivo vislumbrar “qualquer perspectiva política separatista ou desvinculada do que entendiam como ‘povo’, expressão que continha caráter agregado das identificações etnoracial e classista”.³³¹ Os vínculos entre as demandas de cunho racial e classista aparecem a partir desse momento de forma mais explícita, mas não se apresentam como uma novidade. Como também já vimos em outros momentos, apresenta-se nesta fase um maior diálogo com o socialismo, a partir da entrada de um novo redator, Pedro Tácito Pires, bastante ligado ao movimento operário de orientação socialista – foi um dos fundadores da Liga Operária Internacional – tendo sido também tipógrafo e funcionário da instrução pública.³³²

Dentre outros redatores e colaboradores, temos: Alcebíades Azeredo dos Santos, jornalista, advogado e membro da Guarda Nacional; Sofia Ferreira Chaves, de profissão professora; o alfaiate, ator e músico Vital Baptista; assim como a permanência de Espiridião Calisto.³³³ Pode-se perceber, assim como pontuou Marcus Rosa, que a diversidade de ocupações e profissões nesse período segue sendo uma marca entre os redatores de O Exemplo. Se, por um lado, temos indivíduos localizados em postos na área militar e, vale dizer, não necessariamente em hierarquias baixas – Alcebíades, por exemplo, era tenente da Guarda Nacional – por outro, temos barbeiros, alfaiates e funcionário da instrução pública, indicando uma vida mais modesta.³³⁴ Mais uma vez, trajetórias diferentes se encontram para a manutenção

³³¹ SANTOS, José Antônio dos. Op. Cit., 2011, p. 113.

³³² ROSA, Marcus Vinícius de F. Op. Cit., 2014, p. 243.

³³³ ROSA, Marcus. Vinícius de F. Op. Cit., 2019, p. 214- 215.

³³⁴ Ibidem, p. 219.

de um periódico que pudesse ser instrumento de negros e negras na afirmação de direitos que não distinguissem a cor.

A respeito dessa nova fase, irei me deter brevemente na proposta de fundação de uma escola encabeçada pelos redatores do jornal, nomeada de Escola Noturna O Exemplo, destinada ao ensino dos trabalhadores como um todo. O desejo de criação da escola nos indica o entendimento de que os objetivos expostos no manifesto anterior, principalmente a defesa da instrução em sentido amplo como a via mais adequada de atingir a completa emancipação – pensamento compartilhado por vertentes socialistas e anarquistas, que vão encabeçar projetos semelhantes de educação para os filhos da classe trabalhadora por meio de suas atuações no movimento operário³³⁵ –, seguem sendo perseguidos no início do século XX. De acordo com Melina Perussatto, o “caráter deficitário da instrução pública e das práticas racistas no cotidiano escolar presentes na fase extinta” foram fatores que colaboraram para tal experimento. A autora se refere aos textos produzidos sobretudo por Espiridião Calisto a respeito de experiências racistas observadas no cotidiano escolar.³³⁶ Nesse sentido, como demonstra a segunda edição de 1902, no trecho que selecionei e transcrevo abaixo, os redatores ainda identificam a instrução como uma das principais carências enfrentadas pela população negra, realidade que os fez tomar para si a tarefa de intervir naquela conjuntura através da criação de uma escola:

Os nossos homens, nascendo enfaixados na necessidade, nas privações de todo o confortável, de todo o útil, de todo o indispensável a uma vida regular, são desde muito novos atirados às oficinas, aos braços do trabalho antes de terem podido acumular a bagagem intelectual de conhecimentos que fora necessário em toda vida e não podem quando, com reflexão chegam a avaliar o mal que a falta de conhecimento lhes acarreta.³³⁷

O trecho em destaque nos relata a necessidade, enfrentada sobretudo pelos filhos de trabalhadores negros, de encarar o mundo do trabalho desde muito cedo – lembremos que o trabalho de crianças continuou sendo largamente utilizado na Primeira República, sendo que as meninas eram geralmente requisitadas para trabalhos domésticos e os meninos como aprendizes em fábricas e oficinas. A realidade econômica enfrentada pela maioria da classe colocava a necessidade de jovens lançarem-se muito cedo aos “braços do trabalho”, não tendo condições de adquirirem conhecimento – ou instrução – suficientes para seu desenvolvimento. Ao reclamar que “os nossos homens” eram “desde muito novos atirados às oficinas”, O Exemplo nos faz problematizar que, possivelmente, a presença de homens negros em fábricas não era

³³⁵ PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., p. 215.

³³⁶ Ibidem, p. 215.

³³⁷ O Exemplo 12/10/1902, p. 1.

assim tão incomum, o que pode vir ao encontro da visão defendida por Flávio Gomes a respeito de que foi a historiografia que os retirou desses espaços.³³⁸

Durante a pesquisa na primeira edição do ano de 1902, Melina Perussatto encontra uma referência à vida de Booker T. Washington (1865-1915), intelectual nascido nos Estados Unidos que, alcançando a liberdade, propôs-se a pensar a respeito dos problemas enfrentados pela população negra no pós-abolição, bem como em propostas para a ascensão social dos então libertos. Trabalhando desde muito cedo, Booker passou a ver a busca pela instrução, articulando-a ao trabalho e à educação moral como objetivo maior, de forma a distanciar negros e negras dos estigmas da escravidão e permitir a conquista da respeitabilidade e mobilidade social. Em 1875, Booker se forma pelo Instituto Hampton, sendo um incentivador da criação de escolas para o público negro. Logo depois, em 1881, funda o Instituto Tuskegee, que, além de ensinar as primeiras letras ao público negro, exerceu o papel de oferecer aulas de carpintaria e agricultura, dentre outras atividades de cunho mais profissionalizante. Sua trajetória, experiências e propostas são narradas por ele na autobiografia “*Up From Slavery*”, de 1901, referenciada pelo jornal O Exemplo.

Para Booker, a educação intelectual, moral e profissional preparariam uma raça forte e eram ferramentas indispensáveis para a uma integração de negros e negras na sociedade do pós-abolição nos Estados Unidos. No texto citado, o autor narra sua estada em uma das escolas destinadas ao público negro logo após a guerra civil nos Estados Unidos – local em que permanece até a sua formatura, em 1875 –, ressaltando a importância delas no “melhoramento dos pretos”.³³⁹ Booker relata que, assim como os negros em geral, ele também pensava “que a instrução queria dizer vida agradável e fácil, isenta de qualquer trabalho manual”, algo que logo abandonou em prol da ideia de que o trabalho precisa ser “amado pelo bem que nos causa, pela convicção que nos proporciona de podermos ser uteis aos outros.”³⁴⁰ Nesse sentido, a educação intelectual necessitava estar atrelada à educação profissional em um projeto de escola em que os libertos pudessem adquirir ofícios para “pensar na vida prática”.³⁴¹ Ainda que tenha sido uma das maiores referências entre as lideranças negras no início do século XX nos Estados Unidos e, com isso, ter alcançado projeção internacional, Booker enfrentou também críticas de seus contemporâneos.

³³⁸ GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade: legados da pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 20.

³³⁹ WASHINGTON, Booker. T. *Memórias de um negro*. Companhia Editora Nacional. São Paulo- Rio de Janeiro- Porto Alegre, 1940, p. 50.

³⁴⁰ Ibidem, p. 62.

³⁴¹ Ibidem.

Em “The Souls of Black Folk”, publicado em 1903 e já referenciado neste trabalho, W. E. B. Du Bois contrapõe algumas das principais ideias defendidas por Booker. Para Du Bois, Booker aconselhava que os negros desistissem do ensino superior e focassem apenas na qualificação técnica, e que também abdicassem da sua força política para a conquista dos direitos civis.³⁴² O autor de “As almas...” defendia que o progresso econômico negro estava intimamente ligado à conquista de direitos políticos, não adiantando transformar o negro – como advogava Booker – em empresário ou proprietário sem garantir seu direito ao voto. Por fim, é importante colocar que Du Bois rebatia em seu texto a crença de que a impossibilidade de ascensão social colocada aos negros não se dava apenas em função da educação insuficiente, ideia adotada por Booker e por outros intelectuais negros. Para Du Bois, era o racismo incrustado naquela sociedade que colocava barreiras para a conquista desse objetivo, assim como para os demais direitos civis.³⁴³

No primeiro capítulo, desenvolvemos a ideia de que o ensino profissional e moral foi uma aposta da classe dirigente desde meados do século XIX com o objetivo de capacitação dos trabalhadores nacionais para o mundo do trabalho moderno. Porém, ressaltamos que o fomento do ensino profissionalizante também esteve pautado pela população negra desde os Oitocentos em diferentes cidades do Brasil, colocando exemplos de iniciativas como a criação de Sociedades e Liceus de Artes e ofícios no nordeste e sudeste brasileiro. Analisando a formação, por homens negros, da Sociedade de Artes e Ofícios do Recife, Marcelo Mac Cord afirma que a manutenção da escola visava o “aperfeiçoamento” dos seus em nível intelectual e para o trabalho, buscando um afastamento da estigmatização de serviços manuais, vistos como indignos de valorização e prestígio pois eram associados à escravidão.³⁴⁴ Nesse sentido, menciono brevemente o pensamento de um dos fundadores de O Exemplo, Aurélio Júnior. Em textos escritos no jornal no ano de 1895, o autor nos proporciona algumas reflexões acerca das possibilidades de aperfeiçoamento intelectual, apontando que a comunidade negra poderia alcançá-lo por meio do ingresso em escolas de ensino primário, liceus de artífices, caso pretendessem esmerar-se “no estudo da arte que praticamente aprenderam”, e faculdades de ensino livre como uma forma de avanço das pessoas negras no pós-abolição.³⁴⁵

Ainda que não se tenha evidências de que a Escola Noturna de O Exemplo dispunha de cursos técnicos ou profissionalizantes, mas sim que dedicava seus currículos ao ensino da leitura, escrita e noções de aritmética – ou seja, mais direcionada ao ensino primário –, Melina

³⁴² DU BOIS, W. E. B. *As Almas do povo negro*, 1903, p. 76.

³⁴³ *Ibidem*, p. 81.

³⁴⁴ MACCORD, Marcelo. *Op. Cit.*, 2009.

³⁴⁵ PERUSSATTO, Melina K. *Op. Cit.*, 2018, p. 137- 138.

Perussatto chamou atenção para o fato de que havia algum diálogo de O Exemplo com as ideias de Booker T. Washington. A autora levanta duas hipóteses para o acionamento da trajetória de Booker em O Exemplo: “a primeira refere-se à sustentação do programa que estava sendo retomado” (a aposta na instrução como caminho para emancipação) e “a segunda, ao projeto de criação da escola noturna, ou seja, além das ideias socialistas, os redatores se inspiraram no pensamento e nas práticas de Booker T. Washington”.³⁴⁶ Além disso, a partir da existência de projetos de escolas que deveriam combinar o levantamento moral e intelectual de trabalhadores assim como aperfeiçoá-los no mundo do trabalho, apontamos para a existência de um compartilhamento não apenas de referências como também de projetos de vida entre sujeitos negros no mundo atlântico. Como bem lembrou Ana Flávia Magalhães Pinto, o reconhecimento de Booker T. só viria depois de 1895 e seu conhecimento internacional só se consolidou no início do século XX, ou seja, ainda que tenha a referência explícita a ele em O Exemplo, no que se refere a projetos gestados ainda nos Oitocentos, a autora lança a explicação de que foram projetos gestados localmente, como é o caso do Rio de Janeiro.³⁴⁷ Ao contrário desta interpretação, ressalto que a ressignificação do trabalho manual e a necessidade do ensino profissionalizante em conjunto com a educação intelectual como uma das formas possíveis de ascensão social no pós-abolição estiveram presentes em diversas localidades do país, desde o nordeste até o sul, e não apenas na então capital do país.

Há poucos números de O Exemplo no ano de 1903, o que necessitou que, em edição do dia 13 de maio de 1904, houvesse uma nova reafirmação do compromisso do jornal perante seu público:

Hoje como ontem nossa bandeira é a mesma, aberta e tremulante aos ventos dos nossos ideais, sem uma prega sequer onde possam se ocultar interesses subalternos ou cálculos de mesquinha politicagem. Somos do povo esmagado ao peso de estultos preconceitos e vimos cheios de ânimo e de santa convicção, combater os prejuízos todos que tentam arruinar o caráter desse povo.³⁴⁸

No trecho, a referência de continuidade ou fidelidade ao projeto gestado anos antes (em 1892) é acionado como maneira de estimular os leitores que viam o retorno da circulação do periódico. Nesse sentido, parece ser adequado retomar a discussão a respeito do mito de origem, colocada na introdução do capítulo. O mito nos faz pensar a respeito do acionamento de uma narrativa que resgata objetivos e, também, modos de ação que têm origem em um passado que

³⁴⁶ Ibidem, p. 227.

³⁴⁷ PINTO, Ana Flavia Magalhães. Op. Cit., 2018, p. 321.

³⁴⁸ O Exemplo, 13/05/1904, p. 1.

pode ser recuperável, vislumbrando a intenção de convocar personagens diretamente interessados na conquista de determinados objetivos. Assim, os redatores de 1902 evocavam uma ideia de permanência dos objetivos firmados anteriormente, que versavam sobre a necessidade da instrução e do adiantamento da classe e que, naquele momento, ainda permaneciam necessários. Como sabemos, o projeto de Escola Noturna não saiu do papel, o que talvez tenha motivado o tom de apelo e a necessidade de reforçar o comprometimento do coletivo frente aos objetivos traçados desde a inauguração do periódico. Um projeto de instrução que abarcasse diversas frentes não foi abandonado, malgrado o insuficiente entusiasmo que o projeto de Escola havia despertado.

É importante lembrar que nesse período, além da ideia de criação da Escola Noturna, a pauta da instrução segue aparecendo de maneiras propositivas. Ainda em 1904 há uma série de artigos intitulados “As nossas associações”, em que os redatores expõem suas visões acerca do papel que as associações negras deveriam desempenhar em um momento de crescimento desses espaços, destinados às mais diversas atividades. Ainda que O Exemplo visse com entusiasmo o crescimento das sociedades, não foram poupadas críticas àquelas que se preocupavam exclusivamente com bailes e que esqueciam-se da instrução.³⁴⁹ Diante da constatação da diversidade de funções cumpridas pelas associações, a redação de O Exemplo propõe a criação da Liga dos Homens de Cor, que deveria ser “instrutiva, beneficente e recreativa” e que pudesse unificar as sociedades existentes.³⁵⁰ Nesse sentido, lembro do projeto de criação do Asilo 13 de Maio – citado no capítulo anterior –, que começou a ser gestado desde pelo menos 1908.

Destinado principalmente às meninas negras, o projeto procurava solucionar o problema da ausência de políticas públicas, mas também da ação de instituições religiosas que, orientadas pelo racismo, negavam o exercício da caridade às crianças negras. Outro problema enfrentado pelo Asilo 13 de Maio era a persistência de costumes escravistas que orientavam a prática da tutela dessas crianças no pós-abolição, tratando-as ainda como escravizadas.³⁵¹ Nesses espaços, a educação para o trabalho e a moralidade se faziam presentes a partir de uma lógica de dominação e, inclusive, maus tratos. No projeto do Asilo as jovens teriam, além do acolhimento, aulas como de artes e ofícios a partir de uma lógica que pudesse servir como emancipação daquele público, visto que o projeto do asilo, assim como o da Escola Noturna, também abarcava uma concepção de ensino libertária e racionalista.³⁵²

³⁴⁹ ROSA, Marcus Vinicius F. Op. Cit., 2019, p. 244.

³⁵⁰ Ibidem, p. 252.

³⁵¹ PERUSSATTO, Melina K. Op., Cit., 2018, p. 277.

³⁵² Ibidem, p. 298.

Como seguiremos vendo ao longo deste capítulo, as iniciativas de O Exemplo na criação de espaços – e no apoio a estes – que promovessem a instrução dos de baixo permaneceu ao longo de sua existência, ainda que o grau de envolvimento com tais empreendimentos tenha variado. As motivações podem estar relacionadas com o fato de que, ainda que tenha ocorrido um processo de universalização do acesso e gratuidade do ensino durante a Primeira República, que permitiram uma aparente democratização do ensino,³⁵³ isso não significou que práticas individuais e institucionais orientadas pelo racismo não continuassem afastando negros e negras de espaços escolares formais. Historicamente, sabemos que houve no Brasil restrições à entrada e à permanência negra em instituições de ensino. Por exemplo, a Reforma Couto Ferraz de 1854, que era válida para o município do Rio de Janeiro, estabelecia que não seriam admitidas crianças escravizadas em espaços de ensino. No Rio Grande do Sul, a Lei Provincial de 1837 dizia que estavam “proibidos de frequentar Escolas Públicas os escravos e pretos, ainda que sejam livres ou libertos”.³⁵⁴ Tal legislação não impediu que o letramento dessas crianças fosse desenvolvido de diversas formas em espaços informais e privados e nem excluiu que a reivindicação ao acesso a instituições formais e mantidas pelo Estado também fossem realizadas, afinal cada província imperial, assim como posteriormente cada estado da federação, elaborava sua própria legislação educacional.

Observando as edições a partir de 1902 e baseando-me na bibliografia, é possível afirmar que no início do século XX a necessidade da instrução segue como um projeto a ser levantado pelo periódico O Exemplo, algo concretizado com a tentativa de criação da Escola Noturna. Além dela, nos anos imediatamente posteriores são lançadas as propostas de criação da Liga dos Homens de Cor, que abarcava a dimensão instrutiva como algo central e, por fim, o projeto do Asilo 13 de Maio. Nesse sentido, assim como apontou Melina Perussatto, compreendo que há uma maior iniciativa por parte de O Exemplo na elaboração de projetos que visavam preencher a ausência do Estado.³⁵⁵

³⁵³ SILVA, Geraldo; ARAÚJO, Marcia. Da Interdição Escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse (org.). História da Educação do Negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 71.

³⁵⁴ Lei Provincial (RS) número nº 14 de 22.12.1837 – Do Regulamento para as Escolas Publicas de Instrucção Primária. Índice das Leis Promulgadas pela Assembléa Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul desde o ano de 1835 até o de 1851. Porto Alegre, Typographia do Rio Grandense, 1872.

³⁵⁵ PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit, 2018.

4.2 “CONTRA QUALQUER PRECONCEITO QUE VISE DESUNIR O NOSSO POVO”: MUDANÇAS E CONTINUIDADES EM O EXEMPLO A PARTIR DE 1916

Como vimos no segundo capítulo, o ano de 1916 começa com o então jovem estudante de medicina Alcides Chagas Carvalho ocupando a direção do periódico, que passa a ter uma ampliação em seu formato a partir de 1917. Lembremos que Alcides colabora ativamente com o jornal desde pelo menos 1910, data dos primeiros textos analisados por mim nas páginas anteriores. Julio Rabello também tem sua presença marcada no período anterior, aparecendo como gerente em 1909, seguindo presente nessa nova fase e aparecendo como secretário no ano de 1917. Além deles, compunham a redação os filhos do Major da Guarda Nacional João Baptista da Silva, sendo eles João Batista da Silva Júnior, que faleceu ainda jovem e não concluiu a faculdade de Direito, mas chegou a ser diretor de redação do jornal entre os anos de 1917 a 1920, e Felipe Batista da Silva, que, além de Tenente e funcionário da Delegacia Fiscal, cursou medicina e vinculou-se como tesoureiro ao jornal O Exemplo a partir de 1917.³⁵⁶

Algumas novidades a respeito da estrutura e forma de manutenção do periódico aparecem nessa nova fase, como, por exemplo, a aquisição de uma oficina própria, fato que permitiu ao jornal circular no formato tabloide.³⁵⁷ Nos anos anteriores, O Exemplo dependia da tipografia de outros jornais, utilizando por muito tempo o espaço de “O Mercantil”. É possível que seja em função das referidas novidades que, em 1917, quando da saída de Alcides, O Exemplo tenha elaborado uma nota afirmando que a conduta do jovem médico “mudou a antiga orientação do jornal para outra digna de encômios e isenta [de] velharias”,³⁵⁸ o que culminou não só no aumento do formato do jornal como também na elevação do número de assinantes.

O ingresso de Alcides como diretor teria proporcionado “o progresso intelectual e material”³⁵⁹ atingido pelo jornal e observado ao longo daquele ano. Nesse sentido, o que identificamos é a marcação de uma mudança de orientação de O Exemplo destacada pelos próprios redatores. A partir de 1916, de acordo com eles, o jornal passa a ter uma orientação digna de elogios, o que não quer dizer que tenha abandonado orientações e objetivos gestados em anos anteriores, como veremos adiante. Tal interpretação pode vir ao encontro da análise de José Antônio dos Santos sobre O Exemplo a partir de 1916 e, sobretudo, a partir de 1920, apontando que as modificações observadas têm a ver com a busca “de novas alternativas para

³⁵⁶ COSTA, Vitor da Silva. *Objetos de Memória da Família Baptista da Silva: sociabilidades de afrodescendentes no pós-abolição porto-alegrense e a relação de memória entre seus descendentes*. ANPUH-BRASIL, 30 Encontro Nacional de História- Recife, 2019.

³⁵⁷ SANTOS, José Antônio. *Op. Cit.*, 2011, p. 164.

³⁵⁸ O Exemplo, 04/02/1917, p. 1.

³⁵⁹ *Ibidem*.

a integração social dos negros” – em uma cidade que crescia cada vez mais em número de habitantes – e que “o cenário da modernidade impunha-se em todas as direções”.³⁶⁰ Nesse sentido, o jornal dialogava com os ares da modernidade ao afirmar que se afastava de “velharias”, o que era materializado pela mudança na evolução material e intelectual do periódico.

O “progresso” mencionado na nota está muito relacionado com a dedicação pessoal e financeira de Marcílio Freitas, um dos sujeitos que participou da fundação de O Exemplo em 1892, quando provavelmente contava cerca de 16 anos. Perseguindo carreira no funcionalismo público – começando como carteiro dos Correios, como vimos no primeiro capítulo –, Marcílio chega a ser escriturário da Secretaria da Fazenda, cargo que, segundo José Antônio dos Santos, lhe forneceu maior estabilidade econômica e o tornou um dos maiores responsáveis pela manutenção do jornal. De acordo com o autor, a partir de 1916 Marcílio Freitas ocupa o cargo de “presidente do núcleo mantenedor”, criado para administrar a redação e a tipografia que compraram”.³⁶¹ No entanto, parece que a nova fase não foi experimentada sem percalços.

Em março de 1917, O Exemplo estampa em primeira página a notícia de criação da “Sociedade Anônima O Exemplo, fundada a partir de uma reunião na casa de Marcílio Freitas. Na ocasião estavam presentes João Batista da Silva, João Batista de Figueiredo, João Batista da Silva Júnior entre outros. De acordo com a nota, o que motivou tal encontro foi o “estado econômico em que se achava a empresa”³⁶² que, ainda que não tenha sido explicitado na nota, é possível imaginar que não fosse dos melhores, já que foi necessária a reunião das principais figuras do jornal naquela época para debater sua situação. A proposta de criação da sociedade partiu de Marcílio com o objetivo de que a mesma “assumisse o ativo e passivo da empresa, garantindo a existência do jornal e empenhando-se para que não haja solução de continuidade na sua atual orientação de jornal popular, combatendo o preconceito de cores onde quer que ele surja e pugnando pela instrução especialmente dos chamados homens de cor”.³⁶³

Sendo assim, apesar do progresso exibido na ocasião da saída de Alcides em 1917, o ano seguinte mostrava que as antigas dificuldades financeiras reclamadas pelos redatores em anos anteriores não deixaram de ser realidade. É de se imaginar que a ampliação do formato do jornal e a conquista da oficina própria ampliaram as despesas, ainda que se tenha contado com a dedicação e apoio financeiro de Marcílio Freitas. Para além disso, é perceptível que a nota caracteriza O Exemplo como um jornal popular, que combatia o racismo e lutava pela instrução

³⁶⁰ SANTOS, José Antônio. Op. Cit., 2011, p. 163- 164.

³⁶¹ Ibidem. p. 160.

³⁶² O Exemplo, 17/03/1917, p. 1.

³⁶³ Ibidem.

principalmente dos homens negros, fato comentado como algo associado à nova fase do jornal, embora componha traços marcantes em todas as fases deste. Ainda que contassem com colaboradores que estavam presentes em fases anteriores, como Julio Rabello, parece que os redatores desse novo período se preocupavam em marcar a novidade de O Exemplo a partir daqueles anos, mesmo que as estratégias de combate ao racismo não fossem novas em sua totalidade. As comemorações em torno da data de aniversário do jornal passam a ser feitas, inclusive, no mês de janeiro e não mais em dezembro, como acontecia em anos anteriores. Algumas hipóteses a respeito dessa característica serão lançadas logo a seguir. Por enquanto, analiso algumas contribuições colocadas na edição que menciona a refundação de 1916.

Retomando em algumas palavras, o editorial daquele ano colocava que ainda existia motivações para a reunião de um grupo em prol de um objetivo da seguinte forma: “questões palpitam no seio do organismo de nossa pátria que muito de perto nos interessam. Elas requerem o concurso de todos aqueles que são dotados de boa vontade no tocante ao adiantamento coletivo”. A essa altura, já percebemos que o “adiantamento coletivo”, ou seja, a busca pelo progresso da comunidade negra de forma coletiva não é algo propriamente novo, posto apenas nessa fase. Aqui, novamente, os redatores parecem se colocar enquanto membros mais adiantados desse coletivo ou comunidade, já que compreendiam que ainda se tornava necessário o empenho “de tudo quanto pudesse ser proveitoso ao progresso e conagração dos nossos patrícios”.³⁶⁴

Há também a defesa da instrução e da “utilidade de difundi-la cada vez mais” como uma das formas – a principal, talvez – de alcançar esses objetivos. O termo “patrícios” é utilizado desde a fundação de O Exemplo como uma forma de se referirem e de aglutinarem a comunidade negra. Assim, é possível perceber desde já que, se há mudanças sublinhadas pelos mantenedores a partir deste ano, há linhas de continuidade entre os objetivos gestados nos anos anteriores e que são novamente afirmados, sendo a instrução novamente acionada como parte fundamental para a construção de um projeto que envolvia o progresso coletivo. Assim, peço licença para uma análise mais demorada a respeito das definições de instrução e educação para esse contexto, pois, como veremos, as duas noções permanecem sendo acionados pelo periódico como formas de enfrentamento ao racismo.

Anteriormente dialoguei com definições acerca da instrução propostas por dicionários do século XIX. Para o início do século XX, novamente busquei os significados das palavras de forma a relacioná-los com o que era veiculado pelo jornal O Exemplo, buscando compreender como os redatores dialogavam com as designações da época. De acordo com dicionário de

364

O Exemplo, 02/01/1917.

1913,³⁶⁵ ter instrução significava possuir um “complexo de conhecimentos adquiridos”, e instruir o ato de informar, esclarecer, adestrar e “transmitir conhecimentos”. Buscando pela palavra ao longo do dicionário, instrução é relacionada a outras palavras, tais como: “ignorante”, que é definido como “aquele que não tem instrução”; “Ciência”, conceituada como “conhecimento de qualquer coisa ou instrução”; e “Academia”, entendida como um “espaço de instrução superior”. No que se refere à educação, ela é definida como o “ato ou efeito de educar”, sendo correspondida por palavras como “polidez” e “cortesia”. Já “educar” aparece como sinônimo de “instruir”, “domesticar” ou “adestrar”. As duas palavras, educação e educar, aparecem relacionadas às definições de “bruto”, que é caracterizado como sendo um indivíduo sem educação ou mal educado, ou relacionada à ideia de civilidade como um “conjunto de formalidades observadas pelos cidadãos entre si quando bem-educados”. Assim, ainda que algumas definições apareçam para as duas palavras, como “adestrar”, pode-se afirmar que a instrução ainda estava ligada a um ato mais formal de obter conhecimentos, e a educação concebida com um sentido mais amplo, que englobava a instrução, mas relacionava-se sobretudo ao comportamento, à postura e ao modo como se relacionar, polido e civilizado.

Observando as edições de *O Exemplo* a partir de 1916, observamos que os temas da instrução e da educação são abordados de forma constante e parecem dialogar com as definições propostas no dicionário de 1913. Relacionada ao ensino público, a instrução é alvo de algumas críticas e sua oferta segue sendo apontada como deficitária pelo Estado. Em coluna intitulada “Pela Instrução”,³⁶⁶ o ensino público é apontado como “um problema de difícil solução”, embora os dirigentes do país, de acordo com *O Exemplo*, tenham juntado esforços para a resolução do “analfabetismo reinante, que é o nosso grande mal”. De acordo com a coluna, “o que existe em matéria de instrução nada é em vista do tamanho do país e da disseminação de seus habitantes”, reclamando como uma possível solução a obrigatoriedade do ensino, que resolveria o impasse. Há ainda, no texto, uma espécie de apontamento crítico que desvia a responsabilidade do poder público diante da realidade enfrentada, afirmando que “todos descansam as vistas para o governo e dele somente esperam o remédio” contra o já citado analfabetismo. Há de certa forma uma chamada à responsabilidade não apenas o governo, no que se refere a difusão da instrução, mas, sobretudo, o conjunto da população que espera apenas dele a solução para a questão do analfabetismo que, como sabemos, atingia altos níveis naquele contexto.

365

FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1913, p. 1110.

366

O Exemplo, 05/11/1916, p. 1.

No que se refere ao Rio Grande do Sul, a organização da educação durante a Primeira República contou com a intervenção de um governo de orientação positivista, como já observamos ao longo deste estudo. O ensino primário estava sob responsabilidade do governo do estado, enquanto o secundário e o superior estavam disponíveis à iniciativa de particulares. Ao mesmo tempo em que, a nível nacional, havia uma atuação da bancada do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) a favor da retirada da responsabilização do Estado na garantia da educação, pregando o “ensino livre”. O governo estadual a utilizava como uma via de modernização do estado, o que necessitava uma maior intervenção dos líderes positivistas.³⁶⁷ Tal intervenção se deu através de investimentos consideráveis no ensino primário público a fim de garantir a formação de trabalhadores disciplinados, fundamentais para o projeto de modernização conservadora em curso. Para tanto, os saberes eram organizados de forma separada, com foco na preparação para o trabalho e no controle dos estudantes e professores por meio de uma estrutura hierarquizada e centralizada da administração escolar.³⁶⁸ No entanto, em que pese esses investimentos, O Exemplo denunciava a carência do direito da instrução pública, uma realidade que atingia a maioria da população em todo território nacional mesmo com o avançar do século XX.

Além disso, casos de discriminação em estabelecimentos de ensino público seguiam acontecendo, o que requeria denúncias realizadas pelo jornal também a partir dessa fase. Em relação ao ensino no estado, O Exemplo traz “numerosas queixas”³⁶⁹ a respeito de exames realizados na Escola Complementar – de preparação para o magistério – que não estariam sendo realizados de forma idônea. De acordo com o texto, havia alunas que mesmo não conseguindo nota suficiente nos exames de primeira fase conseguiam passar para a realização de exames seguintes por meio de pedidos endereçados ao diretor da escola, fato que deveria ser urgentemente extirpado com o intuito de “acabar com favoritismo e empenhos, para que o mérito de cada qual possa sobressair”. O senhor Vergara, então diretor da Escola Complementar, muito provavelmente tinha seus critérios para o aceite de tais pedidos que eram feitos, de acordo com a coluna, por pais de alunas.

Mesmo em uma sociedade que deveria se organizar, de acordo com as premissas republicanas, a partir do merecimento individual e não por critérios pessoais ou de origem, o poder de influência de alguns setores seguia operando como um instrumento importante para abrir ou fechar portas. Tendo isso em mente, podemos compreender melhor a revolta expressa

³⁶⁷ CORSETTI, Berenice. Cultura Política Positivista no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). *Cadernos de Educação* FaE/PPGE/UFPel. Pelotas [31]: julho/dezembro 2008, p. 63.

³⁶⁸ Ibidem, p. 67.

³⁶⁹ O Exemplo, 3/12/1916, p.1.

em O Exemplo (ou melhor, a continuidade dessa revolta) e o apelo feito ao triunfo do mérito como único critério para aquela sociedade, uma das formas encontradas para combater os privilégios herdados do período imperial que continuavam a operar na sociedade republicana, ainda hierarquizada por critérios de classe e raça, bem como por relações privadas.

Também em 1916 há uma ampla denúncia contra o diretor anterior da Escola Complementar, presente em colunas intituladas “Os preconceitos na Instrução”,³⁷⁰ nas quais os redatores repudiavam a determinação do Dr. Clemente Pinto em barrar a presença de “alunas de cor” nas homenagens à Independência do Brasil, que ocorreria no Teatro São Pedro. Marcando que mesmo a mestiçagem não impedia a ocorrência de discriminações, já que tais colunas também caracterizavam as colegas como “de cor trigueira ou morena”, o texto de denúncia defendia que “tal atitude era inadmissível pois criava cizanias e motivos de discórdia” entre a população e que, como educador, o senhor Clemente Pinto deveria almejar “a unificação social de todos os brasileiros para que a grandeza de nossa nacionalidade seja efetiva”. Aqui, mais uma vez, os casos de racismo são colocados como elementos que desunem o povo e comprometem uma ideia de nacionalidade que, de acordo com eles, deveria abarcar a todos sem distinções a partir da cor.

Na edição seguinte,³⁷¹ O Exemplo aborda a repercussão “extraordinária” que a denúncia alcançou, relatando que o jornal recebeu inúmeras “felicitações e parabéns” pela postura adotada. Como forma de afirmar sua atuação e, novamente, marcar uma distinção em relação aos anos anteriores, colocam que tal reverberação é

prova do quanto se enganam aqueles que julgam acanhada a zona de nosso influxo. O Exemplo de hoje tem um raio de ação maior e mais amplo que o de outros tempos. Sua circulação é maior, como maiores são também o acatamento e a acolhida dados às opiniões que emite.³⁷²

Assim, percebe-se que os redatores não se autoafirmam apenas no resgate de um passado fundador. Há novamente a marcação da novidade como forma de legitimação, fruto sobretudo das modificações oriundas do aumento de seu formato e, como aponta José Antônio dos Santos, na ampliação e diversificação de assuntos abordados em artigos escritos por diferentes intelectuais do período.³⁷³

³⁷⁰ O Exemplo, 10/09/1916, p. 1.

³⁷¹ O Exemplo, 17/09/1916, p. 1.

³⁷² O Exemplo, 17/09/1916, p. 1.

³⁷³ SANTOS, José Antônio. Op. Cit., 2011, p. 164.

De todo o modo, e voltando ao que mais nos interessa neste momento, a instrução, ainda nessa fase, aparece com um sentido de conhecimentos básicos oferecidos sobretudo em instituições de ensino mantidas pelo governo, como era o caso da Escola Complementar, ou mesmo privadas. Sendo assim, as colunas demonstram que havia uma invocação ao empenho não apenas do Estado como também do coletivo da população para que o alcance da instrução chegasse a uma maioria que permanecia analfabeta.

A partir de março de 1917 localizamos uma série de textos publicados em coluna intitulada “Da Educação”, que passa a ocupar a primeira ou segunda página do jornal. Na leitura realizada por mim, não encontrei assinatura de autoria em tais textos, porém Maria Angélica Zubaran informa que os mesmos haviam sido escritos por Alcides Chagas Carvalho e que veiculavam um discurso alinhado às teorias higienistas em voga na época. Por meio de textos que abordavam diversas dimensões do convívio em sociedade, os escritos recomendavam posturas que deveriam ser adotadas pela comunidade negra da cidade. A família, conceituada como “célula *mater* da sociedade”, é colocada como o espaço onde o “indivíduo deve aurir os primeiros ensinamentos que o formarão moralmente para o ingresso na vida social”.³⁷⁴ É posto também que os filhos deveriam seguir o exemplo dos pais e que, em função disso, os mesmos deveriam ter boa conduta “e costumes plenamente isentos de qualquer lacuna”, porém, à mãe é inculcado maior grau de responsabilidade devido o “seu espírito terno e complacente”. Aqui, novamente é atribuído à mulher um papel decisivo entre a comunidade negra, de forma a colocá-la como responsável pela educação e obtenção de um status de respeitabilidade, concepção presente também na primeira edição de *O Exemplo* em 1892, analisada anteriormente.

Em colunas posteriores, há recomendações a respeito de como os pais devem agir com os filhos no que se refere ao Colégio, devendo incentivá-los a frequentar as aulas. No texto há uma clara referência à evasão escolar das crianças negras, causada por fatores que nem sempre estariam ligados à preguiça – explicação que em muito tem a ver com visões racistas em relação ao comportamento de pessoas negras. De acordo com a interpretação oferecida pelos redatores, “a causa do aluno ausentar-se à aula repousa sempre na falta de compreensão de um estudo e o medo de ser repreendido ou disciplinado pelo professor”. Aqui, novamente o racismo aparece como motivação principal para o afastamento de crianças negras de espaços escolares formais, pois a visibilidade observada nesses lugares incutem a elas uma maior cobrança, sobretudo por parte dos educadores. Assim, ao orientar aos pais que cuidem da educação dos filhos, demonstrando a eles “a importância de frequentar as aulas”, o texto parece reforçar o trazido

374

O Exemplo, 18/03/1917, p. 1.

pela coluna “Pela Instrução”, abordada anteriormente, já que coloca não apenas a responsabilidade aos pais como também os convoca para o engajamento na garantia da frequência das crianças às aulas. Nessa coluna em específico, nota-se também uma correlação entre educação e instrução, ou seja, os conhecimentos desenvolvidos no Colégio por meio da instrução são algumas das “áreas” abarcadas pela noção de educação exposta em O Exemplo.

As colunas “Da Educação” seguem abarcando diversas outras temáticas, tais como o comportamento em lugares públicos, a exemplo de teatros, cinemas e bailes. Recomendava-se não fazer comentários desnecessários e não falar em tom de voz alto especialmente em cinemas, espaços que ainda eram novidades para o grande público da capital. Para os bailes, as colunas se dedicavam a sugerir desde as vestimentas como os cumprimentos e a maneira de dançar, sobretudo no que dizia respeito aos homens. As conversas na rua, as visitas na casa de amigos ou realizadas em virtude da morte de alguém também foram tema de orientações ao longo de todo o ano de 1917. Enfim, as colunas traziam uma série de repertórios que deveriam constituir uma pessoa educada, acionando maneiras e comportamentos que, se adotados, poderiam fazer frente ao racismo e aos estereótipos colocados às pessoas negras.

As colunas “Da Educação” já foram tema de artigo realizado por Vargas e Zubaran no intuito de identificar o potencial pedagógico do jornal na maneira como ele buscou educar seu público principal. O artigo também aponta para a existência de um diálogo das colunas com os discursos e ideais médico-higienistas, principalmente quando ditava regras em relação aos modos de comer, vestir, no comportamento à mesa e nos gestos que deveriam ser praticados em público.³⁷⁵ Analisando com mais minuciosidade cada uma das colunas, as autoras também chegam à conclusão de que o objetivo dos redatores era em torno da superação de visões preconceituosas baseadas nas teorias racistas e que, ao mesmo tempo, eles também visavam “promover a integração e ascensão social de negros e negras na sociedade branca”.³⁷⁶ Ainda que não seja meu objetivo a análise mais detalhada de cada uma das colunas, acredito que o exposto até aqui permite vislumbrar que a seleção de temas e orientações operava muito mais como maneiras de combate ao racismo encontradas por aqueles personagens que, em que pese terem ascendido socialmente sobretudo pela via da carreira pública, ainda enfrentavam diversos percalços em função da cor de sua pele e de outras marcações que os impediam de exercer uma cidadania de fato em todas as dimensões da vida social e de espaços públicos. Ainda, essa era uma forma de reproduzir gestos ou comportamentos que, se realizados por eles enquanto negros, eram vistos como sinônimo de incivilidade ou ausência de educação.

³⁷⁵ VARGAS, Juliana Ribeiro de; ZUBARAN, Maria Angélica. Pedagogias das boas maneiras: Formando cidadãos civilizados e higiênicos. *Hist. Educ. (Online)*. Porto Alegre, v. 22, n. 54, jan/abr.2018.

³⁷⁶ *Ibidem*, p. 295.

Voltando ao tema que envolve as percepções de educação e instrução, percebo que tais colunas trazem um entendimento de que a educação abarcava noções de conduta, comportamento e também a instrução, adquirida com a frequência nos colégios, espaços formais de ensino. Em trabalho realizado na década de 1950, no contexto dos estudos sobre relações raciais no Brasil e Estados Unidos promovidos pela UNESCO, Oracy Nogueira se dedica a problematizar as definições de preconceito racial de marca e preconceito racial de origem, expressões do racismo nos dois países. Em determinado trecho do texto, ele oferece definições sobre educação e instrução aproximadas das abordadas até o momento ao afirmar que

No Brasil, costuma-se fazer uma distinção entre “educação” e “instrução”. Uma pessoa pode ser educada sem ser instruída e vice-versa. O conceito de “educação” envolve, principalmente, a ideia de “polidez” ou “tato”, no contato com as demais pessoas, enquanto o de “instrução” inclui, antes de tudo, a de “erudição” ou acervo de conhecimento formal, bibliográfico ou acadêmico.³⁷⁷

De forma a concretizar como o racismo opera em espaços distintos, o autor afirma que, no Brasil, opera-se uma discriminação baseada na aparência das pessoas, em seus traços físicos, em seus gestos, no seu modo de falar. Quando o “preconceito” é baseado apenas na suposição de que determinado indivíduo pertence a um grupo racializado, diz-se que é de origem, característica da discriminação nos Estados Unidos.³⁷⁸ No Brasil, por exemplo, se o indivíduo for negro, mas demonstrar superioridade por meio da “inteligência ou instrução, em educação, profissão” etc., pode conseguir acesso a espaços que não lhe seriam permitidos devido à cor da pele.³⁷⁹ No contexto estadunidense, por outro lado, tais atributos não impediam que grupos negros fossem barrados de certos espaços. Ainda que Nogueira esteja trabalhando com um contexto bastante específico, em que as leis de segregação racial ainda eram vigentes nos Estados Unidos, acredito que o exposto pelo autor em relação à aquisição de educação e instrução no Brasil poderia operar como uma forma de acesso a espaços barrados a pessoas negras. Contudo, convém advertir que no Brasil a possibilidade de ultrapassar a barreira racial tendeu a ser sempre mais individual do que coletiva no que diz respeito à população de cor, mesmo que tenha sido um projeto amplamente compartilhado. Apropriar-se de uma série de orientações prescritas nas colunas “Da Educação”, como já afirmei anteriormente, constituía-

³⁷⁷ NOGUEIRA, Oracy. Preconceito Racial de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre as relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, 1998, p. 304.

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 292.

³⁷⁹ *Ibidem*, p.292.

se como mais um manejo de estratégias de combate ao racismo que ia para além do aperfeiçoamento por meio da instrução formal e da ascensão social, mas que, devido às diversas manifestações alcançadas pelo racismo, exigia que a comunidade negra adotasse procedimentos que a eximisse de estereótipos a ela lançados e, também, a acessar determinados espaços.

Por fim, retomo um último trecho da edição que menciona a fundação de 1916 para problematizar algumas questões que acho pertinentes no sentido das continuidades no discurso/projeto apresentado. Diz a redação:

pugnaremos tenazmente contra qualquer preconceito que vise desunir o nosso povo, parcelando-o em trações antagônicas. Queremos o consagrado do mérito, do bem e do trabalho, para isso abatendo egoísmos e mesquinhasias. Há indivíduos e coletividades que precisam ser desoprimidos para conseguir a posição que lhes é devida na sociedade.³⁸⁰

Percebe-se que o compromisso com o combate aos preconceitos – referindo-se certamente ao “preconceito de cor” – é reafirmado pelos redatores e segue permanecendo como uma necessidade, assim como sua mobilização a partir do pertencimento a um grupo que ainda enfrentava discriminações em função de características físicas. Assim, coloco algumas reflexões de Katiuska Monagreda, no sentido de que continua presente no manifesto de 1916 o acionamento de uma identidade mobilizadora pelos responsáveis pelo jornal *O Exemplo*. A autora aponta que grupos ou sujeitos que foram socialmente construídos como subalternos passam a construir um processo de afirmação de uma identidade que é ressignificada a partir da necessidade de garantia de direitos e reivindicações políticas.³⁸¹ Nesse sentido, em que pese as várias passagens – também já abordados neste trabalho – em que *O Exemplo* reivindica o pertencimento a uma nacionalidade que deveria abarcar diferenças raciais, é no cotidiano das relações sociais que os responsáveis pela sua manutenção experimentam casos de discriminação que põem em risco a construção desse projeto nacional. O texto sublinha a existência da individualidade e coletividade como algo que os constitui enquanto grupo ainda subalterno em função de um pertencimento racial, mas, como afirma a mesma autora, é justamente essa noção de pertencimento que pode e, nesse caso, é acionada, operando então com potencial emancipador e aglutinador.³⁸²

Outro recurso acionado e mencionado no mesmo trecho é o mérito, utilizado como uma das formas de combate a qualquer tipo de discriminação. Os redatores do texto acionam o

³⁸⁰ *O Exemplo*, 02/01/1917.

³⁸¹ MONAGREDA, Katiuska J. A raça como construção de uma identidade política. *Mediações*. Londrina, v.21 N2, P. 366-393, Jul/Dez, 2017. p. 386.

³⁸² *Ibidem*, p. 387.

conceito de meritocracia como único critério de diferenciação possível de ser aceito – e não a cor, por exemplo –, de forma a garantir a igualdade almejada contra qualquer tipo de privilégio. Outros autores também identificaram o uso do mérito nos manifestos de relançamento do jornal em 1892 e 1902,³⁸³ o que nos indica a permanência de uma estratégia que parecia ainda ser adequada para se atingir a igualdade sem disparidades. A retórica liberal republicana é mais uma vez acionada no sentido de garantia de uma cidadania em uma sociedade que havia abolido os privilégios, razão pela qual os redatores seguem afirmando que “a única distinção seria aquela oriunda do mérito e das virtudes individuais”.³⁸⁴

No que se refere às demandas dos trabalhadores enquanto classe, o texto afirmava que foram inúmeras as vezes em que O Exemplo se pronunciou acerca de diversos tentames que visavam encarecer ainda mais o passadio do proletariado” – tema que, de fato, foi amplamente trabalhado pelos redatores no contexto analisado. Como já vimos, os anos que seguem a partir de 1916 são bastante marcados por uma degradação ainda maior das condições de vida da maioria da população, um dos fatores que contribuirão para o crescimento de movimentos reivindicatórios. Assim, parece fazer sentido a defesa do trabalho com objetivo de conquistar condições dignas de vida para o conjunto de trabalhadores – especialmente negros e negras – que certamente sentiam de forma acentuada a crise que assolava Porto Alegre naquele período.

A defesa do trabalho digno é um tema bastante presente para as discussões que envolvem o processo de construção da liberdade, indicando as disputas acerca do mundo do trabalho livre, nas quais homens e mulheres negras estavam inseridos – e também buscavam disputá-lo a partir de suas próprias expectativas. Novamente é importante lembrar que a defesa da instrução e do aperfeiçoamento de conhecimentos e habilidades foram projetos alavancados ou apoiados pelo jornal O Exemplo desde os primórdios, como a Escola Noturna (1902), a Liga dos Homens de Cor (1904) o Asilo 13 de Maio (1910) e a Escola Moderna (1916). Tais modelos pautavam a necessidade de instrução, aperfeiçoamento intelectual ou para o trabalho em três períodos distintos do jornal e contaram com o envolvimento, em maior ou menor grau, de sujeitos que eram ou haviam sido redatores de O Exemplo.

A partir de agora, trarei alguns elementos a respeito da fundação da Escola Moderna de Porto Alegre e sua relação, ainda que tímida, com O Exemplo na fase analisada. O Exemplo acompanhou os primeiros passos da Escola a convite de seus idealizadores, estando na inauguração, noticiando e participando como convidados de algumas atividades realizadas pela Escola. Nesse sentido, acredito ser possível afirmar que o apoio e o acompanhamento a tal

383 PERUSSATTO, Melina K. Op. Cit., 2018, p. 91.

384 DOMINGUES, Petrônio. Op. Cit., 2014, p. 137.

empreendimento tenham sido orientados pelo objetivo exposto em 1916 de que o jornal deveria empenhar-se em iniciativas que pudessem ser interessantes ao “progresso e conagração dos nossos patrícios”.³⁸⁵ Ainda que a Escola não fosse destinada exclusivamente a pessoas negras – assim como não era o projeto da Escola Noturna –, a iniciativa poderia ter sido vista como uma forma importante de atingir esse público.

A Escola Moderna foi fundada em Porto Alegre em maio de 1916 por iniciativa da União Operária Internacional e do Centro de Estudos Sociais. Tais empreendimentos também foram adotados em outras partes do país, inspirados nos preceitos racionalistas e no modelo de Escola Moderna pensada e colocada em prática pelo educador de origem catalã Francisco Ferrer na cidade de Barcelona, na Espanha, a partir de 1901.³⁸⁶ Como também mencionado no capítulo anterior, a pedagogia racionalista era fortemente baseada nas ciências naturais, na observação de fenômenos e na educação pela razão que pudesse permitir aos sujeitos um raciocínio próprio, sem distinção de educação entre meninos e meninas, uma das expressões que procuravam questionar o ensino religioso. Em Porto Alegre, os primeiros modelos baseados na Escola Moderna de Francisco Ferrer surgiram desde o início da República, sendo um exemplo destas a conhecida Elyséu Réclus, fundada em 1906 e que contou com a participação do nosso conhecido Christiano Fettermann. A Escola Moderna a que nos referimos estava localizada na Rua Ramiro Barcelos e, de acordo com Juliana Matosinho, “foi a mais amadurecida proposta de ensino racionalista e cientificista no estado”.³⁸⁷ De acordo com a autora, havia aulas mistas (ambos os sexos) noturnas e diurnas para jovens e adultos – o curso noturno feminino da Escola Moderna só é inaugurado em outubro do mesmo ano, sob a responsabilidade da professora Lyra Bandeira³⁸⁸ –, além de “cursos especiais e gratuitos de teoria profissional”.³⁸⁹ O programa curricular das duas primeiras Escolas Modernas fundadas em São Paulo apontava para a existência de cursos preparatórios de artífices,³⁹⁰ o que indica a aposta em cursos profissionalizantes também nas escolas de ensino racionalista.

Em coluna de maio de 1916³⁹¹ O Exemplo noticia a sessão de inauguração da Escola Moderna, que funcionaria no número 197 da Rua Ramiro Barcelos contando com um “número superior a 100 alunos de ambos os sexos”, distribuídos em cursos noturnos e diurnos. Entre os

385 O Exemplo, 02/01/1917.

386 MATOSINHO, Juliana. Op. Cit., 2009 p. 32.

387 Ibidem, p. 39.

388 O Exemplo, 15/10/1916, p. 3.

389 MATOSINHO, Juliana. Op. Cit., 2009, p. 39.

390 MORAES, José Damiro de. “Leitura que recomendamos, o que todos devem ler”: Impresso didáticos e ensino de História nas Escolas Anarquistas. *Cadernos de História da Educação*, v. 12, n. 1, jan./jun. 2013, p. 48.

391 O Exemplo, 28 de maio de 1916, p. 1.

fundadores estavam Cecílio Villar, Paulino Diamico, Zenon de Almeida, tendo o primeiro feito uma fala na ocasião a respeito “da superioridade do ensino racionalista” como forma de combater “o atual sistema adotado nos colégios públicos e clericais e demonstrando a deficiência e inconvenientes do mesmo”. A mesma coluna traz a informação de que, para além das aulas de instrução elementar, funcionariam também as de bordado, pintura, desenho, canto e música.

Podemos localizar, entre os fundadores da Escola Moderna, alguns conhecidos da bibliografia do movimento operário no Rio Grande do Sul. Zenon de Almeida, por exemplo, é um dos reconhecidos militantes anarquistas nascidos em Porto Alegre, ligado à Escola Eliseu Réclus e também bastante atuante no meio operário desde a década de 1910 e nas greves de 1917. Zenon foi teatrólogo, jornalista e um crítico fervoroso da Igreja Católica e de sua influência no ensino formal, sendo um defensor da educação para os trabalhadores, assim como sua elevação cultural.³⁹² De acordo com algumas notas de *O Exemplo*, é possível perceber a dedicação de Zenon a esses objetivos através do teatro na exibição de peças para categorias de trabalhadores.³⁹³ Da mesma forma, encontro Cecílio Villar em *O Exemplo* também atuando no meio teatral,³⁹⁴ assim como na União Tipográfica.³⁹⁵ Villar, na verdade, era o pseudônimo de Henrique Martins, diretor de redação *O Exemplo* em 1911 e já brevemente mencionado no capítulo anterior. O uso de um nome falso por parte de Henrique Martins foi necessário após o mesmo ter se envolvido em uma disputa com o líder socialista Francisco Xavier da Costa, que o processou por calúnia e difamação. Como resultado do processo, além de uma indenização, Martins fora condenado à prisão, mas antes fugiu para o Rio de Janeiro adotando o citado pseudônimo.³⁹⁶ Voltando a Porto Alegre por volta de 1914, segue atuando com destaque no meio operário e tem papel importante na greve geral de 1917 na cidade.

Quando abordamos a trajetória de Christiano Fettermann, apontamos que o mesmo também participou da fundação da Escola Moderna localizada na Rua Ramiro Barcelos, número 197. Nos exemplares de *O Exemplo*, entre os anos de 1917 e 1918, encontro anúncios de aulas particulares noturnas oferecidas por Christiano no número 246 daquela mesma rua, sugerindo a proximidade entre a escola e a possível residência de Christiano nos arredores da Colônia Africana. Os anúncios em questão nos trazem a informação de que, para além dele, Waldomiro Fettermann também se dispunha a dar aulas no mesmo local e horário. Não pude verificar o

³⁹² BARTZ, Frederico Duarte. *Op. Cit.*, 2014, p. 119- 120.

³⁹³ *O Exemplo*, 26/03/1916, p. 2.

³⁹⁴ *O Exemplo*, 16/04/1916, p. 2.

³⁹⁵ *O Exemplo*, 30/04/1916, p. 3.

³⁹⁶ PERUSSATTO, Melina K. *Op. Cit.*, 2018, p. 274.

grau de parentesco possível entre Christiano e Waldomiro. Para além disso, torna-se certo que ambos compartilhavam projetos de defesa da instrução bem como a prática do ensino, já que Waldomiro também aparece como um dos professores da Escola Moderna. Assim, acredito ser importante fornecer informações mais detalhadas a respeito de Waldomiro Fettermann que foram possíveis de serem localizados na pesquisa.

Waldomiro tem sua trajetória atravessada pelo Instituto Técnico Profissional, fundado em 1906 (passa a chamar Instituto Técnico Parobé a partir de 1917) por iniciativa do governo do Estado do Rio Grande do Sul em meio aos projetos positivistas de qualificação dos trabalhadores e modernização burocrática. Não foi possível saber com exatidão a data de ingresso de Waldomiro na escola, mas é certo que desde pelo menos 1910 ele frequentava as aulas de eletrônica, mecânica e química do Instituto.³⁹⁷ Em 1912 fora enviado, junto a outros estudantes, para uma estadia na Europa para que pudesse se aperfeiçoar no ramo da mecânica, tendo regressado em 1914.³⁹⁸ De acordo com Inês Lesch, a partir desse ano a Escola de Engenharia passa a arcar com as despesas de manutenção de alunos que iam para os Estados Unidos e Europa, com o objetivo de que aqueles estudantes aprimorassem “seus estudos e conhecimentos práticos, para, na sua volta, assumir cargos da própria Escola de Engenharia”.³⁹⁹ De acordo com a autora, Waldomiro realizou na Alemanha o curso de eletricidade e máquinas, na Technische Hochschule zu Berlin,⁴⁰⁰ tendo retornado em 1914. Seu regresso motivou a realização de uma homenagem organizada por amigos e admiradores ocorrida no salão da Floresta Aurora em 1915, ano em que assumiu a direção das oficinas mecânicas da Escola de Engenharia.⁴⁰¹ Ao ler a notícia veiculada pela Federação, podemos vislumbrar que um considerável número de pessoas esteve envolvida na homenagem, que contou com uma recepção, um concerto e uma sessão literária, além de bandas musicais. Entre os amigos que fizeram parte da organização do evento estavam Julio Rabello e Vital Baptista, se fazendo presente na ocasião o nosso também conhecido Alcides Chagas Carvalho.⁴⁰² Todos eles tiveram suas trajetórias marcadas pelo projeto de O Exemplo. Assim, além do possível grau de parentesco entre Waldomiro e Christiano, acredito ser possível sugerir, de acordo com o mapeamento de espaços por ele ocupados, que Waldomiro também era um homem de cor que viveu aquele período e tornou-se referência entre a comunidade negra de Porto Alegre.

³⁹⁷ A Federação, 26/11/1910, p. 1.

³⁹⁸ A Federação, 8/04/1914, p. 1

³⁹⁹ LESCH, Inês Martina. *A busca de um ideário urbanístico no início do século XX: Der Stadtebau e a Escola de Engenharia de Porto Alegre*. Tese (Doutorado), UFRGS, 2014, p. 228.

⁴⁰⁰ Ibidem.

⁴⁰¹ A Federação, 22/09/1915, p. 3.

⁴⁰² A Federação, 28/09/1915, p. 3.

O apoio de O Exemplo à iniciativa de criação da Escola Moderna indica uma continuidade da aproximação do jornal aos projetos gestados no seio do movimento operário. Os casos de racismo ocorridos em estabelecimentos de ensino seja em Porto Alegre ou em outros locais – a exemplo da expulsão do filho do professor Hemetério, abordado no capítulo anterior –, além da existência de posturas pouco idôneas entre a administração daqueles espaços, certamente motivaram O Exemplo, no ano de 1916, a apoiar um projeto que visava combater “judiciosamente o atual sistema adotado nos colégios públicos e clericais, demonstrando a deficiência e inconvenientes do mesmo”.⁴⁰³ Contudo, observo que há um envolvimento mais tímido do que o observado na gestação de projetos anteriores que tinham a instrução básica como foco. Talvez, para os redatores envolvidos nessa fase, tais projetos não necessitassem do nível de dedicação observada em anos anteriores. Ainda que a pauta envolvendo a defesa de vida digna ao conjunto dos trabalhadores tenha sido uma constante em O Exemplo, é sobretudo a partir de 1902 que há uma maior entrada de figuras ligadas diretamente ao Movimento Operário, o que se segue ao longo da década. A partir de 1916, há uma maior presença de membros que angariam outras trajetórias de formação para além do serviço público, como foi o caso dos médicos Arnaldo Dutra, Diógenes Baptista e, claro, Chagas Carvalho. Assim como eram outros personagens, Porto Alegre também era outra. Crescia o número de habitantes, os espaços de sociabilidade também cresciam e a ideia de modernidade estava cada vez mais colocada. Dedicamo-nos a pensar as relações e experiências de homens e mulheres no tempo. Sendo assim, é de imaginar que o avançar dos anos e a diversificação dos redatores tenha imputado outras estratégias de enfrentamento ao racismo.

No entanto, é bom lembrar, temos outros homens negros – como os irmãos Christiano e Djalma Fettermann – que seguiram dedicando a vida para a execução de projetos que pudessem abarcar uma instrução distinta da observada até então. Para além de entender a fundação da Escola Moderna como uma iniciativa de militantes do meio operário, que viam nas escolas racionalistas um meio de contenção de um modelo de ensino baseado na lógica dominante e ainda com influência da Igreja Católica, cabe levantar os pontos de convergência e particularidades que podem ter motivado aqueles homens negros, para além de suas atuações no movimento operário (no caso de Christiano e Djalma Fetterman), no prosseguimento daqueles projetos. A organização de sistemas educacionais pouco democráticos, que viam os filhos e filhas das classes trabalhadoras como mão de obra a ser domesticada, certamente eram vistos por aqueles homens negros como espaços propícios de serem ainda mais opressivos às crianças negras. Em foto da Escola Moderna datada de 1917, em que é possível avistar Djalma

⁴⁰³

O Exemplo, 28/05/1916, p. 1.

Fettermann e Zenon Almeida no canto esquerdo, podemos localizar algumas crianças negras, colocando mais um indício de que tal espaço também fora construído por sujeitos negros que viam a necessidade de uma instrução que não reproduzisse determinados padrões de opressão, sejam raciais ou de classe. Em que pese a historiografia tenha reservado, por muito tempo, um lugar único de subalternidade e ausência de projetos gestados por negros e negras no imediato pós-abolição e nos anos posteriores, o que podemos perceber são indícios de uma realidade que caminha em outro sentido. Foram diversos os projetos e estratégias elaborados ao longo dos anos, e que muito têm a ver com os movimentos possíveis de serem realizados em cada contexto.



Escola Moderna, 1917. MARCAL, J. B.; MARTINS, M. T. A. . Dicionário Ilustrado da Esquerda Gaúcha: anarquistas, comunistas, socialistas e trabalhistas. Porto Alegre: Evangraf, 2008. 152 p.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que foi possível, a análise das trajetórias de sujeitos subalternos realizada neste trabalho – seja através do estudo sobre suas vidas em particular ou das articulações sociais com outros sujeitos do período, o que tornou possível a criação e a atuação do jornal *O Exemplo* – foi capaz de revelar alguns dos aspectos da sociedade brasileira após o 13 de maio de 1888. Como colocado ao longo do texto, desde o século XIX as elites do país pensaram em um projeto nacional que dialogava com uma ideia de raça que visava a interdição do exercício da cidadania e acesso a direitos pela população negra. Tendo como base uma sociedade que se organizava a partir de hierarquias de classe e profundamente informada pelo racismo, aqueles sujeitos pensaram e acionaram alianças para que pudessem pensar em novos modelos de sociedade. Nesse sentido, procurei aprofundar e demonstrar as articulações políticas possíveis que foram construídas por eles na arena política da Primeira República.

A análise das trajetórias de Julio Rabello, Christiano Fettermann e Alcides Chagas Carvalho permitiram-me descortinar as múltiplas possibilidades construídas por aqueles indivíduos de maneira a participar ativamente dos debates acerca de qual projeto de República interessava àquele grupo de homens negros. Naquele capítulo, afastei-me momentaneamente de *O Exemplo* para tentar percorrer alguns caminhos e espaços ocupados por eles. Pude observar que o investimento na instrução sua e dos seus familiares foi uma característica presente em pelo menos duas trajetórias, assim como a busca pelo ingresso no serviço público. Julio Rabello, por exemplo, pensou a formação intelectual e para o trabalho como um projeto de família, visto as aproximações que obtive através da pesquisa com a trajetória de suas filhas e de seu filho. Tal projeto, contudo, não deixava de sofrer certos condicionamentos de raça, de classe e de gênero, já que as mulheres seguiram pela carreira do magistério enquanto o jovem Pitágoras conseguiu investir no ensino superior através da engenharia. A carreira construída através do trabalho como porteiro e logo após cartorário do arquivo público pode nos permitir inferir que a rede de relações construídas por Julio através dos espaços associativos em que esteve presente, possivelmente permitiu a esse trabalhador angariar uma formação diferenciada a suas filhas e filho.

Para o caso de Christiano Fettermann, procurei demonstrar como ele esteve presente em locais e organizações que ao mesmo tempo tinham uma importância significativa para a população negra da cidade e para as organizações do movimento operário. O engajamento na defesa dos direitos dos trabalhadores e da população negra estavam articulados em sua atuação política e nos dão o tom dos desafios e anseios colocados para a população negra, enfrentados

de diferentes maneiras por aqueles sujeitos. Christiano lançou mão dos ideais libertários e se aproximou do republicanismo, demonstrando como as correntes políticas disponíveis no período foram utilizadas como instrumentos na busca pela ampliação de direitos. Somado a isso, a abordagem de sua trajetória pode nos permitir perceber como a defesa da educação e a atuação em projetos que envolviam essa pauta foram para ele um meio importante para que se alcançasse a emancipação. No entanto, não consegui me aproximar o suficiente das trajetórias dos familiares de Christiano, principalmente Djalma, o irmão mais novo e que também construiu uma vida de dedicação a projetos coletivos, porém, mais reservados ao movimento operário.

Procurei demonstrar, por meio da trajetória de Alcides, a importância da carreira médica como uma importante via de atuação, mas que não foi a única possibilidade construída por ele em vida. Ainda que não tenha muitos elementos, parece-me plausível afirmar que, ao contrário de Christiano, por exemplo, o médico construiu uma visão política inclinada ao Partido Republicano Riograndense (PRR) de forma mais direta, principalmente ao defender a permanência do “ensino livre” no país. Tal condição, afinal, possibilitou o ingresso na medicina de um jovem negro que, como procurei demonstrar ao destacar alguns aspectos de sua formação, também pertencia a uma posição social menos favorecida. Como havia salientado José Antônio dos Santos, o republicanismo e a atuação no PRR foi utilizada como um meio de garantir certa mobilidade social em uma sociedade que permanecia profundamente desigual. Como pudemos observar, foi provavelmente através dessa atuação que a carreira como médico foi trilhada, assim como a permanente e destacada atuação de Alcides no meio republicano. Assim como foi o caso de Christiano, também não foi possível para mim a aproximação mais detalhada com as trajetórias familiares de Alcides, o que poderia ter me auxiliado no entendimento de sua atuação profissional e política. Por fim, acredito que seu ativismo também poderia ter sido explorado para o contexto a partir de 1930, algo que se tornou inviável visto o tempo para desenvolvimento da pesquisa e também por tratar-se de um período histórico bastante diverso em relação ao início da República.

Como demonstrado por Ana Flávia Magalhães Pinto, o diálogo e as redes de relações construídas por sujeitos negros entre o século XIX e início do século XX foram essenciais para a viabilidade de suas trajetórias,⁴⁰⁴ dimensão que se demonstrou essencial para o desenvolvimento do trabalho. Seja através de O Exemplo ou de outras organizações de cunho político e beneficente, observei que não foi raro o cruzamento de trajetórias através do diálogo em diferentes espaços.

⁴⁰⁴ PINTO, Ana Flávia Magalhães. Op. Cit., 2018.

Compreendendo o jornal como um instrumento político, debruçei-me em edições selecionadas visando tanto uma aproximação da conjuntura política observada entre os anos de 1910 a 1919, amplamente debatida pelo jornal, como também a análise de alguns textos produzidos pelos três agentes históricos discutidos no primeiro capítulo, de forma a melhor visualizar as ideias defendidas por eles. Entre os anos de 1910 e 1911, os debates que tangem o socialismo libertário aparecem com maior nitidez, assim como as denúncias de discriminação racial ainda vividas na sociedade gaúcha e, também, a defesa dos trabalhadores enquanto classe. Sendo assim, as colunas tematizavam o cotidiano dos trabalhadores e debatiam as implicações que a liberdade e a república traziam ao dia a dia de negros e negras. Se por um lado encontramos textos que se referiam ao 1º de maio daqueles anos de forma crítica, apelando à combatividade por parte do operariado porto-alegrense, não era raro encontrarmos momentos de diálogo e até mesmo de defesa do Partido Republicano Riograndense (PRR) em suas páginas.

Os anos a partir de 1916, contexto da Primeira Guerra Mundial, são marcados por um acirramento das tensões em função da carestia de vida – fruto do aumento de preços, sobretudo dos alimentos. A denúncia da política econômica vigente e a defesa de uma vida digna continuam marcando presença nas páginas do periódico. As colunas de O Exemplo abordavam o mundo do trabalho no pós-abolição e demonstravam a atuação ativa de trabalhadores negros em prol não apenas de seus próprios direitos, mas em benefício de toda a classe trabalhadora, incluindo reivindicações pela garantia de uma vida digna. Contudo, algo que não tive condições de identificar (e que acredito ser possível a partir de pesquisas futuras) é a verificação do posicionamento de O Exemplo em relação à postura do governo do Estado do Rio Grande do Sul quanto às greves ocorridas naquele período em Porto Alegre. No que se refere à questão racial, também identifiquei uma permanência de denúncias envolvendo casos de racismo em Porto Alegre e em outras cidades do centro do país, inclusive com O Exemplo aderindo a campanhas de rechaço a tais casos. Neste período, e de maneira a justamente se contraponem à discriminação, percebo um diálogo que remete à ideia de um “Brasil mestiço”, constituído por três raças fundadoras e que, em função disso, não poderia tolerar a pretensa superioridade racial de nenhum grupo. Novamente, compreendo que tais ideias são trabalhadas no sentido de reafirmação de direitos – qual seja, a igualdade de tratamento entre os cidadãos, independentemente da cor ou origem – ainda no avançar da República.

A partir da análise dos manifestos que mencionam a fundação de O Exemplo em 1892 e as refundações dos anos de 1902 e 1916, procurei perceber quais foram as permanências ou rupturas em relação ao projeto político anunciado pelo jornal no ano de sua fundação. Tais escritos expressavam em certa medida as necessidades de rearticulação e adequações de

estratégias de enfrentamento ao racismo em diferentes momentos da República. Assim, foi apresentada uma tentativa de problematizar a ideia de permanência do primeiro projeto editorial uma vez que, assim como pesquisas anteriores apontaram, pôde-se verificar linhas de continuidade ao longo do tempo principalmente no que tange à pauta da instrução em sentido amplo. Destacando o tema da educação, percebi que principalmente a partir do manifesto de refundação do ano de 1902 há uma postura mais propositiva, como a ideia de fundação da Escola Noturna e, posteriormente, a partir de 1909, o projeto de criação do Asilo 13 de maio dedicado às meninas.

No entanto, observei que os anos a partir de 1916 expressaram significativas transformações no interior do periódico, fruto tanto de certa mudança no perfil de seus mantenedores como no sentido das pautas levantadas por aqueles homens negros em um período em que já avançava o século XX. O acionamento da educação se dava por meio da incorporação de comportamentos associados a sentidos de respeitabilidade social – o que em certa medida também observei em anos anteriores – bem como a ampliação de reclamações dirigidas ao Estado no que dizia respeito à instrução formal. Ao mesmo tempo, numa perspectiva mais individualizante, havia a atribuição de responsabilidade a cada indivíduo na obtenção de um sentido de educação que abarcasse comportamentos a serem seguidos. O projeto da Escola moderna, por exemplo, estava mais atrelado a sujeitos que outrora fizeram parte de O Exemplo, como Christiano Fettermann, sem parecer ligada a um projeto do qual o jornal fizesse parte para além de divulgar suas atividades.

Finalizo salientando que a pesquisa permitiu-me uma aproximação a diferentes indivíduos que possuíram e construíram trajetórias de vida bastante diversas, mas que por um longo período aglutinaram esforços para manter um veículo de comunicação com a comunidade negra e trabalhadora de Porto Alegre. E, principalmente através do jornal O Exemplo, expressaram anseios e concepções de cidadania e direitos que permaneciam urgentes após o fim da escravidão e a consolidação da República.

RELAÇÃO DE FONTES UTILIZADAS**Jornal O Exemplo**

O Exemplo, Porto Alegre, 1892-1930

01/01/1910
01/05/1910
13/05/1910
23/10/1910
13/11/1910
01/01/1911
13/03/1911
28/11/1911
20/02/1916
26/03/1916
16/04/1916
30/04/1916
04/06/1916
28/ 06/1916
10/09/1916
17/09/1916
28/09/1916
15/10/1916
29/10/1916
05/11/1916
12/11/1916
02/01/1917
28/01/1917
18/03/1917
08/04/1917
29/04/1917
06/05/1917
13/05/1917
09/09/1917
30/09/1917
07/10/1917
11/11/1917
02/01/1918
14/04/1918
05/05/1918
13/05/1918
22/09/1918
06/10/1918
20/10/1918
01/12/1918
02/01/1919
04/05/1919
11/05/1919
20/07/1919

05/10/1919
09/11/1919
23/11/1919

Jornal A Federação:

A Federação, Porto Alegre 1884-1937. Periodicidade diária.

14/ 12/1904
24 /01/1907
16/ 03/1908
01/02/1911
18/ 02/1912
11/ 06/1912
26/ 07/1915
16/02/1917
21/08/1917
06/08/1919
09/08/1919
15/12/1920
04/01/1926
02/09/1927
29/03/1928
24/12/1928
13/03/1929
27/04/1931
16/02/1937

Outros jornais:

Correio da Manhã (Rio de Janeiro): 05/05/1920 e 20/08/1930

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1901-1974. Periodicidade diária.

O Jornal (Rio de Janeiro): 03/05/1920.

O Jornal. Rio de Janeiro: Diários Associados. 1919-1974. Periodicidade diária.

Fontes localizadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul:

Estado do RS, Poder Judiciário, 1 cartório de família e sucessões. Processo n. 4.822/110, 1959.

Secretaria de Estado dos negócios do interior e justiça. Processo n. 4439523, folha 5, 1950.

Dicionários utilizados:

Pinto, Luiz Maria da Silva. Dicionário da língua brasileira. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

Figueiredo, Candido de. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 1913. Lisboa: Clássica Editora.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTO, Paulina L. *Termos de Inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha*. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BARTZ, Frederico Duarte. *O Horizonte vermelho: O impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul (1917- 1920)*. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto alegrenses (1896- 1920)*. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. Imprensa e educação operária: a análise da difusão do ensino racionalista em jornais anarquistas (1900- 1920), *Educação Unisinos*, v. 20, n. 2, 2016.

_____. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906- 1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BOHRER, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da História: Raça, classe e Cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. 2014. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

_____. Grupos teatrais da comunidade afrodescendente de Porto Alegre (Primeira República): alguns apontamentos históricos, *8 Encontro de Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre (UFRGS), 2017.

CORSETTI, Berenice. Cultura Política Positivista no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930), *Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel*, Pelotas, v. 31, jul./dez., 2008.

COSTA, Vitor da Silva; ZUBARAN, Maria Angélica. As trajetórias de Médicos negros e a Escola Médico Cirúrgica no pós-abolição em Porto Alegre/RS: Entre protagonismos e ausências. *Unilasalle*, SEFIC, 2017.

COSTA, Vitor da Silva. *Objetos de Memória da Família Baptista da Silva: sociabilidades de afrodescendentes no pós-abolição porto-alegrense e a relação de memória entre seus descendentes*. ANPUH- BRASIL, 30 Encontro Nacional de História- Recife, 2019.

DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república, *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, 2009.

DOMINGUES, Petrônio. Associativismo negro. Schwarcz, Lilia Moritz; Gomes, Flávio dos Santos. (Orgs). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. IN: Domingues, Petrônio; Gomes, Flávio (org.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

_____. “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política, *Novos Estudos*, São Paulo, n. 95, mar. 2013.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. IN: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

GLEDHILL, Sabrina. De guerreiros a doutores negros: a contribuição de Manuel Querino. IN: Chalhoub Sidney; Pinto, Ana Flávia Magalhães. (Orgs.). *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil séculos XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

_____. Manuel Querino: operários e negros diante da desilusão republicana. In: Bacelar, Jeferson; Pereira, Cláudio (orgs.). *Política, instituições e personagens na Bahia (1850- 1930)*. Salvador: Editora da UFBA, 2013.

GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e Política (1888- 1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

_____, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade: legados da pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

GOMES, Nataniel dos Santos; PAULINO, Eliane dos Santos. Álvaro Bomílcar e a “Língua brasileira”: do Almanack Corumbaense à Revista Gil Blas – Uma visão diacrônica, *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 21, n. 61: Anais VII SINEFIL. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan/abr, 2014.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Quando o privado tem interesse público: a fundação e a trajetória institucional da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1900- 1937), *História*, São Paulo, v. 28, n. 2, 2009.

_____. *Ensino Jurídico e Política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900- 1937)*. 2005. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça), *Contemporânea*, São Carlos, n 2, jul.-dez. 2011.

LESCH, Inês Martina. *A busca de um ideário urbanístico no início do século XX: Der Stadtebau e a Escola de Engenharia de Porto Alegre*. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-

Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LONER, Beatriz. Gill, Lorena A. História de uma cidade e de seus trabalhadores em tempos de Guerra: Pelotas (1914-1918), *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, jan./jun. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. IN: Priore, Mary Del (org); Bazzanezi, Carla (coord.). *História das mulheres no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MACCORD, Marcelo. *Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836- 1880*. 2009. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, Campinas, 2009.

MACEDO, Cassia Daiane; ROSA, Marcus Vinicius. O voo de ícaro: Arthur da Rocha e o mundo letrado na Porto Alegre do século XIX. IN: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (Org.). *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil séculos XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

MARÇAL, João Baptista. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE, 1995.

MATOSINHO, Juliana de Oliveira. *Embates pela Educação: as iniciativas libertárias de ensino e o Estado na Primeira República em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MATTOS, Hebe. André Rebouças e o pós-abolição: entre a África e o Brasil (1888- 1898). IN: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (Org.). *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil séculos XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

MONAGREDA, Katiuska J. A raça como construção de uma identidade política, *Mediações*, Londrina, v. 21, n. 2, jul./dez. 2017.

MONSMA, Carl. Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 2010.

MORAES, José Damiro de. “Leitura que recomendamos, o que todos devem ler”: Impresso didáticos e ensino de História nas Escolas Anarquistas. *Cadernos de História da Educação*, v. 12, n. 1, jan./jun. 2013.

MOREIRA, Paulo Staudt. Havemos de ser atendidos em nossos direitos, uma vez que servimos para votantes e soldados, não obstante a nossa cor: associativismo, direitos e cidadania (a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Autora, séc. XIX). *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 11, 2019.

MULLER, Liane S. *O Exemplo: O jornal negro cujas raízes estão na Irmandade do Rosário de Porto Alegre*. Ciclo de debates sobre o Jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas [recurso eletrônico] / Organizado por: SILVA, Fernanda Oliveira da; PERUSSATTO, Melina Kleinert; WEIMER, Rodrigo de Azevedo; SILVA, Sara Calvi Amaral. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2015, p. 7.

_____. *As contas do meu Rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Editora Pragmatha, 2013.

MULLER, Maria Lucia. A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República. *Revista Interfaces da Educação*. Paranaíba, v. 5, n. 14, 2014.

NASCIMENTO, Alvaro Pereira do. Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910). In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da Cunha; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

NASCIMENTO, Alvaro Pereira. Trabalhadores negros e o paradigma da ausência. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez., 2016.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma História do homem negro. *Revista de Cultura Vozes*. v. 68, n. 1, p. 41-45, 1974.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito Racial de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre as relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 1, 1998.

OLIVEIRA, Angela. *A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935*. 2017. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação História, UFPEL, 2017.

OLIVEIRA, Fernanda da Silva. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. 2011. Dissertação (mestrado), PUCRS, 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 192.

OLIVEIRA, Walter da Silva. *Narrativas à luz da “Lanterna”*: anticlericalismo, anarquismo e representações. 2008. Dissertação (mestrado), Programa de pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

PACHECO, Ricardo de. A modernidade envolve o campo político: representações e práticas do processo eleitoral na Porto Alegre da década de 1920. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n. 50, 2005.

PEREIRA, Leonardo de Miranda. *Fooballmania: Uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902- 1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PERUSSATTO, Melina K *Arautos da Liberdade: Educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do Jornal O Exemplo de Porto Alegre (1892-1911)*. 2018. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

PETERSEN, Silvia Regina F. *Que a união Operária seja a nossa pátria!*: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: editora UFSM, 2001.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

_____. *Escritos de Liberdade: Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

_____. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, jan./abr., 2019.

Pinto, Celi. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS 1889-1930)*. Porto Alegre: LPM, 1986.

QUEIRÓS, César Augusto, B. *Estratégias e identidades: relações entre governo estadual, padrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República (1917/1919)*. 2012. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2012.

_____. A questão social no RS: positivismo, borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, jan./jun., 2009.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, v. 2, n. 2, p. 189-220, jan./jun. 1954. Republicado em: SCHWARTZMAN, Simon. *O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília, Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981, p. 39-69.

REIS, Marina Oliveira. O pacto narcísico da casa-grande: a representação das mulheres negras a partir de Lélia Gonzales e Gilberto Freyre. *Humanidades Em Diálogo*, v. 9, n. 1, 2019.

RIOS, Ana Maria; Mattos, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, jan./jun. 2004.

Rosa, Marcus Vinicius F. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884- 1918)*. 2014. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação História, Unicamp, 2014.

_____. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884- 1918)*. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

ROSA, Renata Marques da. *Feminização do magistério: representações e espaço docente*. *Revista Pandora Brasil*, n. 4, 2011.

SANTOS, José Antônio dos. *Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro*. In: *RS negro [recurso eletrônico]: cartografias sobre a produção do conhecimento / organizadores: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

_____. *Prisioneiros da História: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

_____. *1876–1928: Itinerários de um jornalista e burocrata negro*. Anais... XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, Rio Grande do Norte, jul., 2013.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil (1870- 1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Geraldo; Araújo, Marcia. Da Interdição Escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: *História da Educação do Negro e outras histórias*. ROMÃO, Jeruse (org.). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Luara dos Santos. *Etymologias Preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888- 1920)*. 2015. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em História, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, Jenny Gil. *Os mitos de origem e a identidade nacional: A presença de D. Dinis no imaginário Leiriense*.

STEPHANOU, Maria. *Forjando novos trabalhadores: A experiência do ensino técnico-profissional no Rio Grande do Sul (1890-1930)*. 1990. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em Educação (UFRGS), 1990.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2004.

VARGAS, Juliana Ribeiro de; Zubaran, Maria Angélica. Circulação de ideias e apropriações culturais na diáspora negra. *Comunicação Mídia e Consumo*. São Paulo, v. 12, n. 35, set./dez. 2015.

_____. Pedagogias das boas maneiras: Formando cidadãos civilizados e higiênicos. *História da Educação*. (Online). Porto Alegre, v. 22, n. 54, jan./abr., 2018.

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

VIEIRA, Daniele. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre 2017.

VIEIRA, Felipe Almeida. Os “representantes do Sindicato Médico e a luta pela regulamentação profissional da medicina no Rio Grande do Sul, 1931- 1939. *II Encontro Estadual de História*, PUCRS, 2013.

W. E. B, Du Bois. *As almas do povo negro*, 1903.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria: Editora da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

WEBER, Beatriz Teixeira. ‘Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre’. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v. 3, p. 583-601, nov. 1998- fev. 1999.

WASHINGTON, Booker. T. *Memórias de um negro*. São Paulo-Rio de Janeiro-Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940.

XAVIER, Giovana. Esculpindo a “Nova Mulher Negra”: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos EUA (1895- 1904). *Cadernos Pagu*, jan./jun., 2013.

XAVIER, Regina Celia. Raça, cor e classe: debates em torno da construção de identidades no RS no pós-abolição. In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe (org.). *Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

ZUBARAN, Maria Angélica. A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: Imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910). *Revista de Iniciação Científica da ULBRA*, 2006.

_____. Produzindo e educando mulheres negras: entre o espaço do lar e o direito à instrução e à emancipação (Porto Alegre, RS). *Educação Unisinos*, jan./mar., 2019.

_____. Médicos Negros no pós-Abolição: Chagas Carvalho, Arnaldo Dutra e Diógenes Baptista (Porto Alegre, RS). In: *Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras*/ MENDONÇA, Joseli MarNunes; Teixeira, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, organizadoras. Salvador: Sagga, 2020.